

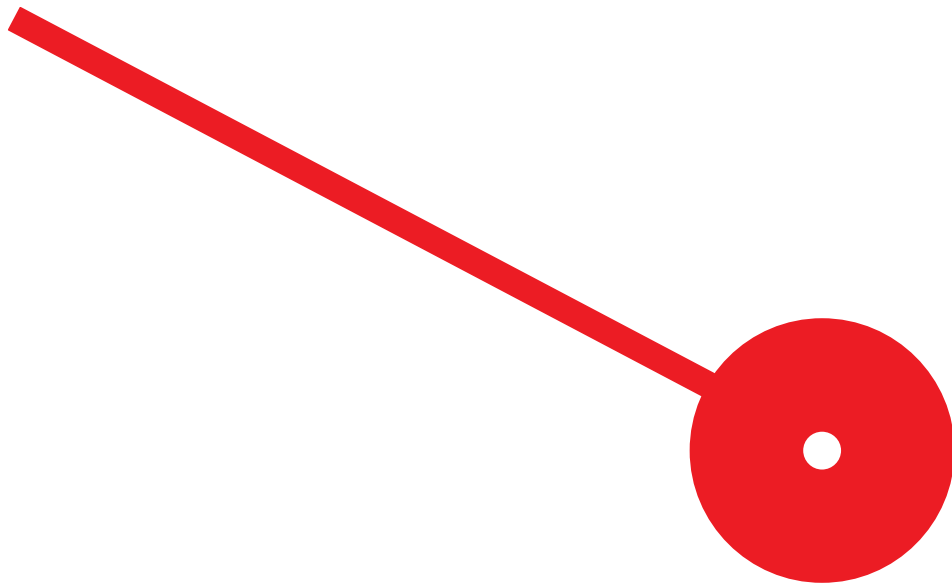
M

MESTRADO  
Auditoria

# Pressões para o envolvimento da gestão de topo em práticas de Responsabilidade Social Empresarial e seus impactos: teoria institucional

Marta Filipa de Sousa Magalhães

10/2025



M

MESTRADO  
Auditoria

# Pressões para o envolvimento da gestão de topo em práticas de Responsabilidade Social Empresarial e seus impactos: teoria institucional

Marta Filipa de Sousa Magalhães

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria sob orientação das Professoras Doutora Amélia Cristina Ferreira da Silva e Doutora Albertina Paula Monteiro**

Marta Filipa de Sousa Magalhães. Pressões para o envolvimento da gestão de topo em práticas de Responsabilidade Social Empresarial e seus impactos: teoria institucional  
10/2025

## **Agradecimentos**

A elaboração desta dissertação representa a concretização de mais um objetivo de vida, a obtenção do grau de Mestre em Auditoria. Este percurso exigiu dedicação, resiliência e a superação de desafios, algo que só foi possível graças ao apoio de todas as pessoas que, de diferentes formas, estiveram presentes ao longo deste percurso.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha profunda gratidão à orientadora, Professora Doutora Amélia Silva, e à coorientadora, Professora Doutora Albertina Monteiro, pela disponibilidade, dedicação e apoio incansável. A realização desta dissertação só foi possível graças à vossa ajuda.

Um agradecimento especial aos meus pais por terem investido na minha educação e proporcionado a oportunidade de me formar, pelo amor incondicional e força que me transmitem todos os dias.

Agradeço a todos os familiares pelo apoio, motivação e palavras de encorajamento. Um agradecimento especial ao meu irmão que, mesmo já não estando presente fisicamente, sempre acreditou em mim, tornando esta conquista nossa.

Quero agradecer ao meu namorado, Rui, por todo o apoio, paciência, confiança e gestos de carinho que me ajudaram a enfrentar esta jornada de forma mais leve.

Por último, agradeço também aos auditores, contabilistas e gestores que responderam ao inquérito, contribuindo de forma essencial para o desenvolvimento deste estudo.

A todos, muito obrigada!

## **Resumo:**

As recentes evoluções regulatórias europeias intensificaram as exigências associadas à divulgação e garantia da informação sobre sustentabilidade. Uma vez que a implementação de práticas de responsabilidade social depende, em grande parte, da gestão de topo, é importante compreender os fatores que impulsionam o seu envolvimento neste processo. Este estudo analisa a forma como as pressões institucionais, de ordem coerciva, mimética e normativa influenciam o envolvimento da gestão de topo em práticas de responsabilidade social e a sua relação causal com o envolvimento dos *stakeholders*, a divulgação e garantia dos relatórios de sustentabilidade, a qualidade da informação e o desempenho empresarial.

Para esse efeito, foi desenvolvido um modelo conceptual, testado através de Modelo de Equações estruturais, com base em dados recolhidos através de um questionário aplicado a auditores, contabilistas e gestores/diretores.

Com base numa amostra de 431 observações, os resultados indicam que as pressões normativas têm um impacto positivo no nível de envolvimento da gestão de topo, bem como na divulgação e garantia dos relatórios de sustentabilidade. Em sentido oposto, as pressões coercivas e miméticas têm efeitos negativos no nível de envolvimento da gestão de topo e na divulgação do relato de sustentabilidade, contrariando as expectativas teóricas iniciais. O efeito dessas pressões na garantia do relato de sustentabilidade não é significativo. Além disso, verificou-se uma relação causal entre o nível de envolvimento da gestão de topo, o nível de envolvimento dos *stakeholders*, a qualidade da informação e a melhoria do desempenho das empresas. A garantia da informação também revelou ser determinante para a qualidade da informação e o sucesso empresarial.

Este estudo contribui para a literatura ao fornecer evidências empíricas sobre as pressões institucionais que moldam o envolvimento da gestão de topo na sustentabilidade empresarial, reforçando a importância dos *stakeholders* e da qualidade da informação divulgada no desempenho empresarial.

## **Palavras chave:**

RSE; pressões institucionais; gestão de topo; envolvimento dos *stakeholders*; relato de sustentabilidade; auditoria; qualidade da informação; desempenho empresarial.

**Abstract:**

Recent European regulatory developments have intensified the requirements associated with the disclosure and assurance of sustainability information. As the implementation of corporate social responsibility (CSR) practices largely depends on top management, it is crucial to understand the factors that drive their involvement in this process. This study analyzes how institutional pressures, whether coercive, mimetic and normative influence top management's involvement in CSR practices and its causal relationship with stakeholder engagement, sustainability reporting and assurance, information quality and corporate performance.

To achieve this objective, a conceptual model was developed and tested through Structural Equation Modelling, based on data collected from a questionnaire administered to auditors, accountants and managers/directors.

Based on a sample of 431 observations, the results show that normative pressures have a positive impact on top management involvement, as well as on sustainability reporting and assurance. Conversely, coercive and mimetic pressures have negative effects on top management involvement and sustainability reporting, contradicting the initial theoretical expectations. The effect of these pressures on sustainability assurance is not statistically significant. Furthermore, a causal association between top management involvement, stakeholder engagement, information quality, and improvements in corporate performance. Sustainability assurance also proved to be a determinant of information quality and corporate success.

This study contributes to the literature by providing empirical evidence on the institutional pressures shaping top management involvement in corporate sustainability, reinforcing the importance of stakeholder engagement and the quality of disclosed information for corporate performance.

**Key words:**

CSR; institutional pressures; top management; stakeholder engagement; sustainability reporting; audit; information quality; corporate performance.

## Índice geral

<b>Capítulo I- Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo II – Revisão da Literatura.....</b>	<b>5</b>
2.1    Referencial teórico.....	6
2.1.1    Teoria dos <i>stakeholders</i> .....	6
2.1.2    Teoria da legitimidade: .....	7
2.1.3    Teoria institucional .....	9
2.2    Responsabilidade Social das Empresas .....	11
2.2.1    Pressões para as práticas de RSE – teoria institucional.....	14
2.2.1.1    Pressão coerciva .....	14
2.2.1.2    Pressão mimética .....	15
2.2.1.3    Pressão normativa.....	16
2.2.2    Envolvimento da gestão de topo.....	17
2.2.3    Envolvimento dos <i>stakeholders</i> .....	18
2.3    Divulgação do relato de sustentabilidade .....	20
2.3.1    Organizações de referência no relato de sustentabilidade .....	20
2.3.2    Evolução das diretivas da UE para a divulgação de informação sobre sustentabilidade .....	22
2.3.2.1    Enquadramento da Diretiva 2014/95/UE .....	22
2.3.2.2    Enquadramento do Decreto-Lei n.º 89/2017 .....	24
2.3.2.3    Enquadramento da Diretiva (UE) 2022/2464.....	25
2.3.2.4    Enquadramento da Diretiva (UE) 2024/1760.....	27
2.3.3    Garantia do relato de sustentabilidade.....	28
2.3.4    Qualidade da informação sobre sustentabilidade .....	30
2.4    Desempenho empresarial.....	32
<b>Capítulo III – Objetivos, modelo conceptual e hipóteses de investigação .....</b>	<b>34</b>
3.1    Objetivos de investigação.....	35

3.2	Modelo conceptual .....	35
3.3	Hipóteses de investigação.....	35
<b>Capítulo IV – Metodologia de investigação.....</b>		<b>40</b>
4.1	Instrumento de medida .....	41
4.2	Pré-teste .....	41
4.3	Estrutura do inquérito por questionário .....	41
4.4	Processo de recolha de dados da amostra.....	45
4.5	Procedimentos estatísticos na análise de dados.....	46
4.5.1	Análise preliminar dos dados .....	46
4.5.2	Avaliação do modelo de medida .....	46
4.5.3	Avaliação do modelo estrutural.....	48
<b>Capítulo V – Análise e discussão dos resultados.....</b>		<b>49</b>
5.1	Análise preliminar dos dados .....	50
5.1.1	Dados em falta .....	50
5.1.2	Análise da tendência central e da normalidade .....	50
5.1.3	Valores extremos .....	51
5.1.4	Dimensão da amostra.....	51
5.1.5	Caracterização da amostra .....	52
5.1.5.1	Caracterização dos respondentes .....	52
5.1.5.2	Caracterização da empresa .....	53
5.2	Avaliação do modelo de medida .....	55
5.3	Avaliação do modelo estrutural.....	58
5.3.1	Avaliação do modelo estrutural inicial.....	58
5.3.2	Avaliação do modelo estrutural revisto .....	60
5.3.3	Avaliação do efeito direto, indireto e total .....	62
5.4	Discussão dos resultados .....	63
<b>Capítulo VI – Conclusão .....</b>		<b>68</b>

6.1	Principais conclusões.....	69
6.2	Contribuições do estudo .....	70
6.3	Limitações do estudo .....	70
6.4	Linhas de investigação futura .....	71
	<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>72</b>
	<b>Apêndices.....</b>	<b>96</b>
	Apêndice I – Grupo de questões relacionadas com a caracterização do respondente	97
	Apêndice II – Grupo de questões relacionadas com a caracterização da empresa .....	98
	Apêndice III – Primeiro e-mail enviado às empresas .....	100
	Apêndice IV – Restantes e-mails enviados às empresas .....	101
	Apêndice V – Descrição dos valores em falta .....	102
	Apêndice VI – Teste de normalidade .....	104
	Apêndice VII – Análise descritiva.....	106
	Apêndice IIX – Fiabilidade das medidas .....	108

## Índice de Figuras

Figura 1 – The Triple Bottom Line .....	13
Figura 2 – Modelo conceptual .....	35
Figura 3 – Género dos inquiridos .....	52
Figura 4 – Idade dos inquiridos .....	52
Figura 5 – Nível de escolaridade dos inquiridos .....	52
Figura 6 – Função dos inquiridos na empresa .....	52
Figura 7 – Experiência profissional dos inquiridos .....	52
Figura 8 – Dimensão da empresa .....	53
Figura 9 – Indústria altamente sensível .....	53
Figura 10 – Empresas auditadas .....	53
Figura 11 – Auditorias realizadas por Big Four .....	53
Figura 12 – Empresas com comité dedicado à RSE .....	53
Figura 13 – Divulgação de informação sobre sustentabilidade .....	54
Figura 14 – A divulgação do relato de sustentabilidade obrigatória .....	54
Figura 15 – Meios de comunicação do relato de sustentabilidade .....	54
Figura 16 – Relatos de sustentabilidade sujeitos à auditoria externa .....	54
Figura 17 – Empresas abrangidas pela Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD).....	54
Figura 18 – Diagrama de caminhos do modelo estrutural inicial.....	59
Figura 19 – Diagrama de caminho do modelo estrutural revisto .....	60

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Organizações de referência no relato de informação de sustentabilidade ....	21
Tabela 2 – Prazos de implementados pela Diretiva (UE) 2022/2464 e pela Diretiva (UE) 2025/794.....	26
Tabela 3 - Síntese das hipóteses de investigação formuladas .....	39
Tabela 4 – Itens relativos à PIC, PIM e PIN .....	42
Tabela 5 – Itens relativos à DRS .....	43
Tabela 6 – Itens relativos à QIS .....	43
Tabela 7 – Itens relativos ao NEGT .....	43
Tabela 8 – Itens relativos ao NES .....	44
Tabela 9 – Itens relativos ao DEF e DENF .....	44
Tabela 10 – Medidas de ajustamento do MEE e valores de referência.....	47
Tabela 11 – Medidas para a fiabilidade e validade e valores de referência .....	48
Tabela 12 – Variáveis com outliers .....	51
Tabela 13 – Medidas de ajustamento de cada construto antes do ajustamento.....	55
Tabela 14 – Itens retidos e eliminados com base na análise fatorial confirmatória .....	55
Tabela 15 – Medidas de ajustamento de cada construto após ajustamentos .....	56
Tabela 16 – Análise fatorial confirmatória de cada construto.....	57
Tabela 17 – Medidas de ajustamento global do modelo estrutural inicial .....	58
Tabela 18 – Resultados da avaliação do modelo estrutural inicial.....	59
Tabela 19 – Medidas de ajustamento global do modelo estrutural final.....	61
Tabela 20 – Resultados da avaliação do modelo estrutural revisto.....	61
Tabela 21 – Avaliação do efeito direto, indireto e total .....	62
Tabela 22 - Síntese das hipóteses do modelo teórico .....	67

## **Lista de abreviaturas**

AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
CE	Comissão Europeia
CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i>
CDSB	<i>Climate Disclosure Standards Board</i>
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CSRD	<i>Corporate Sustainability Reporting Directive</i>
DRS	Divulgação do Relato de Sustentabilidade
DEF	Desempenho Empresarial Financeiro
DENF	Desempenho Empresarial Não Financeiro
EFRAG	<i>European Financial Reporting Advisory Group</i>
EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
ESRS	<i>European Sustainability Reporting Standards</i>
GRS	Garantia do Relato de Sustentabilidade
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IESBA	<i>International Ethics Standards Board for Accountants</i>
IESSA	<i>International Ethics Standards for Sustainability Assurance</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISSA	<i>International Standard on Sustainability Assurance</i>
ISSB	<i>International Sustainability Standards Board</i>
MEE	<i>Modelo de equações estruturais</i>

NEGT	Nível de Envolvimento da Gestão de Topo
NES	Nível de Envolvimento dos <i>stakeholders</i>
NRFD	<i>Non-Financial Reporting Directive</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIC	Pressão Institucional Coerciva
PIM	Pressão Institucional Mimética
PIN	Pressão Institucional Normativa
QIS	Qualidade da Informação sobre Sustentabilidade
ROC	Revisor Oficial de contas
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
TBL	Triple Bottom Line
TCFD	<i>Task Force on Climate – related Financial Disclosures</i>
UE	União Europeia
VRF	<i>Value Reporting Foundation</i>

## **CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO**

---

O presente capítulo enquadra e explica a pertinência do problema em estudo, delimita o seu objetivo e descreve a estrutura do trabalho.

A responsabilidade social das empresas (RSE) tornou-se um tema central no contexto empresarial contemporâneo, refletindo a crescente exigência por transparência e compromisso das organizações com as questões sociais e ambientais. O conceito de RSE refere-se ao conjunto de ações voluntárias adotadas pelas empresas para mitigar impactos negativos e maximizar impactos positivos nas comunidades onde operam, indo além da mera maximização de lucros (Carroll, 2015; Rivera et al., 2021). Neste contexto, as empresas são obrigadas a demonstrar não só os resultados financeiros, mas também a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar social.

No entanto, a adoção de práticas de RSE não ocorre de forma espontânea, sendo frequentemente impulsionada por diferentes pressões externas. De acordo com a teoria institucional, proposta por DiMaggio e Powell (1983), a adoção dessas práticas pode resultar de diferentes pressões institucionais exercidas sobre as organizações. Essas pressões podem ser de natureza coerciva (PIC), quando derivam de imposições legais ou requisitos contratuais; mimética (PIM) quando resultam da imitação de empresas de referência em contextos de incerteza; e normativa (PIN) quando emergem de valores profissionais e normas ou práticas sociais aceites pela comunidade organizacional.

A nível europeu, a legislação sobre o tema da sustentabilidade e transparência tem-se intensificado. A recente Diretiva (UE) 2022/2464, também conhecida como *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), veio reforçar a exigência de divulgação de informação sobre sustentabilidade e a auditoria dessas informações. Além disso, substituiu a expressão “informação não financeira” por “informação sobre sustentabilidade”, por se considerar que a primeira expressão poderia induzir em erro ao sugerir que a informação não tem relevância financeira, quando, na realidade, assume um papel cada vez mais relevante no desempenho empresarial (Comissão Europeia, 2022).

A gestão de topo desempenha um papel determinante na forma como as empresas interpretam e respondem às pressões institucionais. A literatura, reconhece que o nível de envolvimento da gestão de topo (NEGT) é essencial para o sucesso das estratégias de RSE, pois são estes que definem as prioridades estratégicas, mobilizam recursos e influenciam a cultura organizacional (González-Benito & González-Benito, 2010; Liang et al., 2007; Wijethilake et al., 2017). Um maior NEGTT traduz-se, assim, numa maior

probabilidade de integrar práticas socialmente responsáveis e de responder de forma eficaz às diversas exigências.

Contudo, apesar do reconhecimento teórico, da importância das pressões institucionais e do papel da gestão de topo, a investigação sobre o tema permanece limitada. A maioria dos estudos foca-se no impacto das pressões institucionais na adoção de práticas de RSE (Aggarwal & Jha, 2019; Colwell & Joshi, 2013; Han & Ito, 2024; Kobrossy et al., 2022; Ng et al., 2022; Yin, 2017), sem avaliar diretamente o seu efeito no NEGOT. Com base no exposto, coloca-se a seguinte questão: Que pressões institucionais (PIC, PIM e PIN) influenciam o NEGOT em práticas de RSE?

Paralelamente, os *stakeholders* também desempenham um papel importante neste tema. O envolvimento dos *stakeholders* (NES) pode ser importante no processo de partilha de ideias e opiniões com a empresa, de forma a encontrarem as práticas de RSE mais adequadas e gerar benefícios mútuos (Rhee et al., 2021). Além disso, os *stakeholders* valorizam cada vez mais a informação sobre questões sociais e ambientais nas suas tomadas de decisões. No entanto, a simples divulgação do relatório de sustentabilidade (DRS) não é suficiente, é necessário garantir a qualidade da informação sobre sustentabilidade (QIS) (Adamczyk, 2019).

Posto isto, a garantia do relato de sustentabilidade (GRS) é um processo importante, na medida em que permite verificar a veracidade da informação divulgada, reforçando a sua transparência e fiabilidade. Uma maior confiança dos *stakeholders* na informação disponibilizada pode influenciar positivamente as suas decisões, nomeadamente ao nível do investimento, da relação comercial ou da reputação organizacional.

Desta forma, este estudo investiga se as pressões institucionais (PIC, PIM e PIN) têm influência no NEGOT, na DRS e na GRS. Além disso, pretende-se averiguar o impacto do NEGOT no NES; O impacto do NES na DRS. O impacto da DRS e da GRS na QIS e, em última instância, se esta influência o desempenho empresarial financeiro e não financeiro (DEF e DENF).

Para estudar essas relações, será realizada uma investigação quantitativa, com recolha de dados através da aplicação de um questionário *online*. O inquérito é dirigido aos auditores, contabilistas e diretores/gerentes, por se tratar de profissionais diretamente envolvidos no tema.

A análise dos dados será realizada inicialmente no SPSS, versão 29, e posteriormente utilizado o software AMOS, versão 26 para a análise estatística do Modelo de Equações Estruturais (MEE).

O estudo está organizado em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, onde são abordados os principais conceitos relacionados com a investigação. Posteriormente, o terceiro capítulo é dedicado aos objetivos, modelo conceptual e às hipóteses de investigação. Por sua vez, o quarto capítulo explica a metodologia adotada. O quinto capítulo apresenta e discute os resultados da investigação. Por fim, o sexto capítulo encerra com as conclusões da investigação.

## **CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA**

---

A presente revisão de literatura articula três linhas analíticas centrais: a evolução normativa e tecnológica do relato de sustentabilidade, as teorias que explicam a adoção e divulgação de práticas de responsabilidade social (RSE) e as evidências empíricas relativas à garantia e qualidade do relato. Esta articulação procura não apenas descrever os marcos históricos e regulatórios, mas também identificar mecanismos causais que justificam as hipóteses propostas. Por exemplo, procurar explorar como as pressões institucionais (coercivas, miméticas, normativas) e a saliência dos *stakeholders* influenciam decisões de reporte e auditoria. Ao estruturar o capítulo desta forma pretende-se construir uma ponte clara entre enquadramentos teóricos clássicos e os desenvolvimentos práticos mais recentes, nomeadamente a transição de regimes voluntários para modelos obrigatórios de relato (NFRD → CSRD / ESRS) e as exigências subsequentes de garantia externa.

## **2.1 Referencial teórico**

A investigação científica sobre a RSE tem-se apoiado em diferentes abordagens teóricas que procuram explicar as motivações, os comportamentos e as relações entre as empresas e a sociedade. Entre as mais reconhecidas e frequentemente utilizadas destacam-se a teoria da legitimidade, a teoria dos *stakeholders* e a teoria institucional (Billedeau et al., 2025; Figueira et al., 2023; Madime & Gonçalves, 2022; Rhee et al., 2021; Vashchenko, 2017).

Assim, para compreender os fatores que influenciam o comportamento organizacional face à RSE, é essencial analisar as principais teorias que fundamentam este estudo.

### **2.1.1 Teoria dos *stakeholders***

A teoria dos *stakeholders* foi inicialmente desenvolvida por Freeman (1984), que definiu os negócios como um conjunto de relações entre grupos com interesses nas atividades de uma empresa. Nesse sentido, as organizações devem considerar não só os interesses dos acionistas, mas também as necessidades de todos os *stakeholders*, de forma a criar valor para todos e assegurar o seu sucesso a longo prazo (Dmytriiev et al., 2021; Freeman, 1984).

Segundo, Freeman (1984), os *stakeholders* são todas as pessoas ou grupos que afetam e/ou são afetados pela prossecução dos objetivos da empresa. A composição destes grupos pode variar consoante o setor de atividade e o modelo de negócio (Dmytriiev et

al., 2021), mas, de um modo geral, inclui clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, governo, comunidade local, ambientalistas, organizações de defesa do consumidor, concorrentes e meios de comunicação social (Freeman, 1984).

Segundo Freeman (1984), os *stakeholders* podem ser divididos em dois grupos: (1) *stakeholders* internos (acionistas, clientes, colaboradores e fornecedores), e (2) *stakeholders* externos (governo, concorrentes, organizações de defesa do consumidor, ambientalistas, grupos de interesse especiais, órgãos de comunicação social e comunidade local). Posteriormente, Clarkson (1995), aprofundou esta tipologia e distinguiu os *stakeholders* primários, cuja participação é essencial para a continuidade da empresa (acionistas, investidores, colaboradores, clientes, fornecedores, governo e as comunidades locais), e os *stakeholders* secundários, que embora não participem diretamente em transações com a organização, podem influenciar a sua legitimidade e reputação (meios de comunicação social e organizações sem fins lucrativos).

A ligação entre a teoria dos *stakeholders* e a RSE é amplamente reconhecida. A implementação de práticas de RSE reflete o compromisso da empresa com o bem-estar dos seus *stakeholders*. Além disso, os investidores, os consumidores e os ambientalistas avaliam as práticas de RSE antes de tomarem decisões de investimento ou de compra (Awa et al., 2024). Neste sentido, Dmytriyev et al. (2021) defendem que aplicar a teoria dos *stakeholders* à RSE implica integrar essas práticas no núcleo das atividades empresariais, em vez de as considerar separadas do negócio principal.

Uma das formas de operacionalizar esta abordagem é através do envolvimento dos *stakeholders*. Isto é, as empresas devem envolver os diferentes *stakeholders* na definição das suas estratégias e programas de RSE, de forma a promover a partilha de ideias e opiniões que lhes permita identificar as questões ambientais e sociais relevantes para a empresa e para os *stakeholders* (Devin & Lane, 2014; Dmytriyev et al., 2021). Assim, o envolvimento dos *stakeholders* é uma ferramenta estratégica que permite às organizações obter uma visão abrangente das suas expectativas (Greenwood, 2007), de forma a gerar benefícios mútuos e atingir os objetivos de RSE (Park et al., 2021).

### **2.1.2 Teoria da legitimidade:**

A teoria da legitimidade parte do princípio de que as organizações procuram garantir que as suas atividades e estratégias são percecionadas pela sociedade como legítimas, ou seja, que o seu sistema de valores está alinhado com as normas, valores, expectativas e

exigências da sociedade em que estão inseridas (Deegan, 2002; Panwar et al., 2014). De acordo com Deegan (2002), quando a sociedade não reconhece uma organização como legítima, revoga o “contrato” que sustenta a sua existência. Este fenómeno pode manifestar-se, por exemplo, através da redução ou eliminação da procura dos produtos da empresa por parte dos consumidores, da interrupção do fornecimento de mão de obra e de capital financeiro por parte dos fornecedores ou da pressão dos eleitores sobre o governo para aumentar os impostos, multas ou aprovar leis que proíbam ações que não estejam em conformidade com as expectativas da comunidade. Neste sentido, segundo esta teoria, a legitimidade é considerada um recurso crítico do qual as organizações dependem para garantirem a sua sobrevivência e continuidade (Dowling & Pfeffer, 1975).

Importa salientar que a legitimidade não é estática. À medida que as normas, os valores e as expectativas evoluem, as empresas são forçadas a adaptar as suas práticas e estratégias ao contexto ético e moral vigente (Madime & Gonçalves, 2022). Atualmente, esta necessidade de atualização é ainda mais evidente devido à influência das redes sociais e de outras plataformas digitais, que amplificam as críticas dos *stakeholders* (Luo et al., 2016).

No âmbito da RSE, a legitimidade está associada ao desempenho das empresas em termos sociais e ambientais (Panwar et al., 2014). A necessidade de obter legitimidade leva as empresas a tomarem decisões que reflitam as expectativas da sociedade em termos de proteção ambiental, equidade social e responsabilidade económica (Mousa & Hassan, 2015). Assim, muitas empresas recorrem à RSE de forma estratégica para satisfazer as necessidades e expectativas públicas, bem como projetar uma imagem positiva da organização (Olateju & Olateju, 2021).

A literatura também evidencia que esta teoria pode explicar a motivação das empresas para a DRS. Estes relatórios são frequentemente utilizados para ganhar, manter ou recuperar a legitimidade e construir uma imagem positiva junto dos seus *stakeholders* (Mousa & Hassan, 2015). Contudo, estas práticas podem dar origem a fenómenos de *greenwashing*, em que as empresas procuram transmitir uma imagem de responsabilidade social e ambiental mais favorável do que a realidade (Bowen & Aragon-Correa, 2014). Ou seja, por vezes, as empresas divulgam informação sobre as suas práticas amigas do ambiente, mas omitem toda a informação sobre os custos e os impactos associados. Assim, o *greenwashing* consiste na divulgação seletiva de informação positiva, ocultando

a negativa, com o objetivo de criar uma imagem empresarial excessivamente positiva (Lyon & Maxwell, 2011).

### **2.1.3 Teoria institucional**

A teoria institucional, proposta por Meyer e Rowan (1977), refere que muitas práticas implementadas pelas empresas não visam maximizar a eficiência, mas sim serem percebidas como apropriadas ou legítimas no contexto institucional em que a organização está inserida. Ao contrário das abordagens mais tradicionais, que se centram na eficiência, esta teoria defende que as organizações operam em ambientes institucionais compostos por normas, valores, crenças e expectativas sociais que moldam as suas práticas e estruturas (Campbell, 2007).

DiMaggio e Powell (1983) afirmam que as empresas inseridas no mesmo meio ou setor tendem a tornar-se semelhantes ao longo do tempo, devido às pressões externas que enfrentam. Este processo, designado por isomorfismo, ocorre quando uma organização assemelha-se a outras que enfrentam o mesmo conjunto de condições. Ou seja, as empresas, ao conformarem-se com as normas, valores e expectativas predominantes no seu ambiente institucional, tornam-se mais homogêneas e reforçam a sua legitimidade, fator essencial para assegurar a sua sobrevivência e continuidade (DiMaggio & Powell, 1983; Meyer & Rowan, 1977).

Contudo, Pache e Santos (2013) demonstram que as pressões institucionais não conduzem necessariamente à homogeneização total. As empresas possuem alguma margem de manobra para responderem de forma diferenciada às pressões. Por exemplo, as empresas cotadas em bolsa enfrentam uma maior pressão institucional, dado o seu elevado nível de exposição pública (Boubakri et al., 2016). Assim, as organizações podem divergir nas suas interpretações e debater o compromisso com a RSE, sobretudo em países em desenvolvimento marcados pela complexidade institucional (Hoffman, 1999).

Nesta teoria, o isomorfismo resulta das pressões institucionais que moldam o comportamento das organizações (Bhakoo & Choi, 2013). DiMaggio e Powell (1983) identificaram três tipos de pressões institucionais: coercivas, miméticas e normativas.

A pressão coerciva resulta das exigências impostas por entidades das quais a organização depende (DiMaggio & Powell, 1983), como a obrigatoriedade de cumprir procedimentos, controlos e estruturas impostos por diferentes entidades, por exemplo, fornecedores,

clientes, organismos reguladores e a empresa mãe (Ke et al., 2009; Shi et al., 2008). De acordo com Shi et al. (2008), é possível distinguir dois tipos de pressão coerciva: a pressão competitiva, associada ao receio de perder vantagens competitivas, e a pressão regulatória, resultante de exigências impostas por entidades governamentais ou organismos reguladores. Neste sentido, dado que as organizações dependem de recursos externos e temem a exclusão, tendem a conformar-se com as expectativas do ambiente institucional em que estão inseridas (Ke et al., 2009). Assim, o isomorfismo coercivo ocorre quando uma empresa adota práticas diferentes das inicialmente previstas, devido à imposição de uma organização ou entidade com maior poder (Khan et al., 2021).

As pressões miméticas, também conhecidas como pressões imitativas, ocorrem quando as organizações copiam, de forma voluntária e consciente, as mesmas práticas e comportamentos de outras organizações consideradas bem-sucedidas e de elevado estatuto (Dimaggio & Powell, 1983). Este fenómeno é particularmente evidente em contextos de incerteza, em que as empresas não conseguem identificar os meios mais eficazes para atingir determinados objetivos e inspiram-se em concorrentes que consideram legítimos (Dimaggio & Powell, 1983). Neste processo, as práticas como o benchmarking e a divulgação de boas práticas em relatórios ou publicações contribuem para a difusão de comportamentos organizacionais semelhantes (Zsidisin et al., 2005). Assim, a imitação é uma estratégia para reduzir a incerteza e os custos associados à investigação (Kauppi & Luzzini, 2022).

Por fim, as pressões normativas ocorrem quando os profissionais adotam, de forma voluntária e inconsciente, as mesmas atitudes, comportamentos e práticas de outros profissionais (Harcourt et al., 2005). Estas pressões resultam da profissionalização, ou seja, da partilha de normas, valores e padrões entre os profissionais de uma determinada área (Kauppi & Luzzini, 2022). Segundo Liang et al. (2007), a educação e as redes profissionais contribuem para a criação de grupos de colaboradores com formações, visões e valores semelhantes que, embora desempenhem funções em organizações diferentes, apresentam comportamentos semelhantes. Assim, os profissionais imitam comportamentos e práticas que já foram adotados por um grande número de profissionais ou repetidos durante longos períodos, tornando-se a forma correta de agir. Em suma, as práticas tornam-se tão institucionalizadas que muitos profissionais desconhecem a existência de alternativas ou não ponderam a possibilidade de as adotar (Harcourt et al., 2005). Esta homogeneidade é reforçada não só por trajetórias profissionais semelhantes,

mas também pela partilha de práticas e tendências através de associações, feiras, publicações ou consultores (Combs et al., 2009; Dimaggio & Powell, 1983). Contudo, estas práticas diferem em função da cultura, das normas e dos valores do ambiente institucional em que a empresa está inserida (Khan et al., 2021).

Embora as teorias dos *stakeholders*, da legitimidade e a institucional ofereçam quadros complementares, é importante explicitar a forma como se articulam para explicar o comportamento organizacional em matéria de RSE. A teoria institucional explica a pressão exógena e os mecanismos de convergência organizacional; a teoria da legitimidade clarifica a motivação comunicativa das organizações; e a teoria dos *stakeholders* identifica a heterogeneidade dos interesses que moldam as decisões corporativas. Em conjunto, estas perspetivas permitem antecipar que a divulgação e a qualidade do relato resultam de uma combinação de pressões externas (regulação, clientes, mercados), incentivos internos (governança, cultura) e da capacidade da organização para gerir conflitos entre *stakeholders* com diferentes níveis de saliência (Mitchell et al., 1997). Esta integração teórica justifica a escolha da teoria institucional como enquadramento principal, mas invoca simultaneamente variáveis de nível organizacional e de stakeholders que serão operacionalizadas no modelo conceptual.

## **2.2 Responsabilidade Social das Empresas**

A RSE começou a ganhar relevância no período após a Segunda Guerra Mundial, altura em que surgiram movimentos de defesa dos direitos civis, das mulheres, dos consumidores e do ambiente (Carroll, 2015). Uma das primeiras referências ao tema na literatura ocorreu em 1953, com a publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman*, da autoria de Howard Bowen, considerado por Carroll (2008) o pai da RSE, devido ao seu grande contributo para o tema. Segundo Bowen (1953), citado por Carroll (2008), a RSE implica que os empresários procurem políticas e tomem decisões que sejam desejáveis, tendo em conta os objetivos e valores da sociedade.

A relação entre a sociedade e as empresas tem evoluído ao longo do tempo. Inicialmente, a principal preocupação das empresas era maximizar os lucros, contudo, ao longo dos anos, a atenção e o interesse pelas questões sociais e ambientais começaram a aumentar. Embora, as empresas contribuam para a sociedade através da criação de riqueza e do fornecimento de bens, não podem descurar a forma como o fazem. Ou seja, as empresas

não devem afetar negativamente a sociedade, pelo contrário, devem trabalhar em prol do seu bem-estar, respeitando os direitos e a dignidade das pessoas (Garriga & Melé, 2004).

De acordo com Grimstad et al. (2020), no passado, a RSE era considerada opcional, no entanto, o atual ambiente empresarial global e competitivo não permite que as empresas negligenciem a importância desta responsabilidade. Estudos recentes, evidenciam que o aumento das preocupações com o desenvolvimento sustentável levou as empresas a integrarem a RSE nas suas estratégias, alterando o foco inicial, centrado apenas nos benefícios económicos, para um compromisso ativo com a sociedade e o meio ambiente (Wu et al., 2023; Zhang, 2024).

Apesar de amplamente estudado, o conceito de RSE permanece aberto e é constantemente revisto e adaptado à medida que evoluem as boas práticas e as expectativas da sociedade. Em termos gerais, a RSE consiste num compromisso ético das organizações, que as leva a integrar, de forma voluntária, ações que abordam questões sociais, ambientais e económicas nos seus processos de tomada de decisão. Ao fazê-lo, as empresas não só contribuem para a resolução de grandes desafios globais como também reforçam a sua resiliência e viabilidade a longo prazo (Billedeau et al., 2025). Carroll (2015) e Modreanu et al. (2021), acrescentam que a RSE pode ser vista como um conjunto de ações voluntárias através das quais as empresas, para além de cumprirem as exigências legais, procuram responder às preocupações sociais e ambientais da comunidade em que operam. Para a sua implementação, é essencial integrar a perspectiva dos *stakeholders* nas suas políticas, decisões e operações.

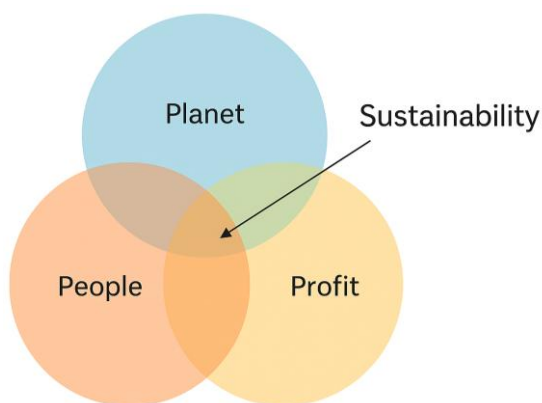
Em 2001, a Comissão Europeia (CE), apresentou à comunidade da União Europeia (UE) a uniformização do conceito, definindo a RSE como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (Comissão Europeia, 2001, p. 7). Esta definição, consta do Livro Verde, onde a CE divide a RSE em duas dimensões: externa e interna. A dimensão interna abrange práticas relacionadas com os trabalhadores, como o investimento na sua saúde e segurança, bem como na gestão dos recursos naturais utilizados nos processos produtivos. Já a dimensão externa destaca o contributo das empresas para a comunidade local, através da criação de emprego e da distribuição de rendimentos sob a forma de salários, bem como para todas as partes interessadas, nomeadamente parceiros comerciais, fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG.

Acresce ainda a preocupação com questões ambientais, nomeadamente, a necessidade de reduzir os níveis de poluição (Comissão Europeia, 2001).

A implementação da RSE é um processo exigente, uma vez que implica que o foco das empresas deixe de ser meramente económico, centrado na simples oferta de bens e serviços, e passe a incorporar aspetos sociais e ambientais, de modo a contribuir para um mundo mais sustentável (Cho et al., 2009). Para alcançar este objetivo, é essencial encontrar um equilíbrio entre três fatores: pessoas, planeta e lucro. Este equilíbrio deve refletir-se nas políticas organizacionais e ser aceite por todos os colaboradores de forma a garantir a eficácia das práticas adotadas (Van Der Heijden et al., 2010).

Neste contexto, Garriga e Melé (2004) defendem que o desempenho das organizações deve ir além da abordagem tradicional de *Bottom Line*, centrada exclusivamente nos lucros, e adotar o modelo de *Triple Bottom Line* (TBL) (Figura 1), que avalia o desempenho empresarial com base em três dimensões: económica, social e ambiental. O conceito de TBL, também conhecido como os “3Ps”, foi introduzido por Elkington (1997) e ampliou a forma de avaliar o desempenho empresarial ao defender que o sucesso de uma organização não deve ser medido apenas pelos resultados financeiros, mas também pelos seus impactos sociais e ambientais. Esta perspetiva defende que as empresas devem criar valor económico de forma responsável, promovendo simultaneamente o bem-estar das pessoas (*People*) e a proteção do ambiente (*Planet*), sem comprometer a rentabilidade (*Profit*). Assim, uma empresa que responda a estes três pilares está a assumir responsabilidade social, ambiental e económica.

Figura 1 – The Triple Bottom Line



Fonte: adaptado de Elkington (1997)

De acordo com Carroll (2015), as empresas envolvem-se em atividades de responsabilidade social pelos benefícios que estas geram para a sociedade, mas também pelos benefícios que trazem à própria organização. A literatura evidencia que a implementação eficaz da RSE pode proporcionar às organizações vários benefícios, tais como melhorias no desempenho empresarial, resultantes da melhoria da imagem e da reputação (Ali et al., 2020; Virvilaite & Daubaraite, 2011; Yu & Hu, 2014), a longo prazo, redução dos custos operacionais, reforço das vantagens competitivas (Modreanu et al., 2021; Porter & Kramer, 2006) e ainda leva a uma maior satisfação dos colaboradores (Koh & Boo, 2004; Zhang, 2024).

### **2.2.1 Pressões para as práticas de RSE – teoria institucional**

As decisões das empresas quanto à adoção de práticas de RSE não resultam apenas de cálculos económicos isolados; são sobretudo respostas a um conjunto concatenado de pressões institucionais. Estas pressões manifestam-se sob formas coercivas (legislação, requisitos contratuais), miméticas (imitação de empresas de referência em contextos de incerteza) e normativas (profissionalização, standards e sociedades civis), e operam em diferentes níveis de intensidade consoante o setor, a exposição pública e o grau de internacionalização da empresa. Há estudos empíricos recentes que indicam que a combinação e a interação entre estas pressões explicam tanto a adoção de práticas quanto o formato e a profundidade do relato, condicionando igualmente a procura por serviços de garantia externa. Neste sentido, é importante compreender de que forma estas pressões atuam.

#### **2.2.1.1 Pressão coerciva**

No contexto da RSE, as pressões coercivas manifestam-se através de exigências formais ou informais impostas por entidades institucionais com poder sobre as organizações (Dimaggio & Powell, 1983).

Um dos principais agentes de pressão coerciva é o governo, reconhecido pela sua capacidade de impor normas legais e regulamentos, bem como de incentivar a adoção de práticas socialmente responsáveis através de mecanismos como benefícios fiscais (Bagur-Femenias et al., 2013; Ervits, 2021; Gond et al., 2011).

A nível europeu, a CE exerce uma forte pressão coerciva ao introduzir normas e iniciativas destinadas a promover a adoção de práticas de RSE (Berg et al., 2018). Entre

estas iniciativas, destacam-se a Diretiva 2014/95/UE, que estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação de informação não financeira para determinadas entidades e, recentemente, a Diretiva (UE) 2022/2464, que alargou o âmbito dessa obrigação e impôs a realização de uma auditoria à referida informação (Comissão Europeia, 2014, 2022). O desenvolvimento das normas ESRS pela EFRAG, constitui igualmente uma forma de pressão coerciva, na medida em que harmonizam e padronizam a forma como as empresas devem divulgar o relato de sustentabilidade, cujo cumprimento é obrigatório para todas as empresas abrangidas pela CSRD (Comissão Europeia, 2023).

Para além das imposições regulatórias, os parceiros comerciais também podem exercer pressão coerciva sobre as empresas. Por exemplo, os fornecedores podem exigir o cumprimento de normas ambientais internacionais, como a ISO 1400 ou as diretrizes do da GRI, como requisito essencial para manter uma relação comercial (Matten & Moon, 2008). Este tipo de pressão é particularmente eficaz quando os fornecedores são grandes e não dependem do cliente para sobreviver, o que lhes confere uma posição negocial mais forte e a capacidade de influenciar o comportamento ético dos clientes, uma vez que as ações dos fornecedores podem afetar diretamente a qualidade dos produtos e o desempenho da empresa (Sharma & Henriques, 2005). Além disso, os fornecedores que se associam a empresas reconhecidas pela sua conduta ética podem obter vantagens comerciais, o que os motiva a promover práticas de RSE junto dos seus parceiros (Rhee et al., 2021).

Os clientes representam igualmente uma fonte importante de pressão coerciva, uma vez que, através das suas decisões de compra e avaliações, conseguem influenciar diretamente o comportamento das empresas (Sen & Bhattacharya, 2001). Vários estudos evidenciam que muitos consumidores preferem adquirir produtos e serviços de empresas socialmente responsáveis (Barnett, 2007; Madime & Gonçalves, 2022). Assim, o fácil acesso à informação sobre as práticas empresariais tornou os consumidores mais exigentes, podendo levar a que as empresas percam quota de mercado e clientes para os concorrentes que estejam mais alinhados com as suas expectativas (B. Il Park et al., 2014).

### **2.2.1.2 Pressão mimética**

A incerteza e a complexidade associadas às questões sociais e ambientais, aliadas às rápidas mudanças nas expectativas da sociedade, tornam as empresas mais suscetíveis às pressões miméticas, uma vez que, para manterem a sua legitimidade e reduzirem as

incertezas e as dúvidas relacionadas com as questões sociais, tendem a replicar as práticas, os comportamentos e as estruturas de outras empresas (He & Harris, 2020; Kim et al., 2018; Ng et al., 2022).

Por exemplo, quando um concorrente tem sucesso graças à sua imagem social ou ambientalmente responsável, outras empresas tendem a imitá-lo para não perderem clientes, reputação ou legitimidade no mercado (Christmann, 2004). Assim, à medida que as práticas de RSE tornam-se mais comuns, as empresas que ainda não as implementaram sentem-se pressionadas a fazê-lo para assegurar a sua legitimidade. Esta imitação pode ocorrer tanto entre empresas do mesmo setor ou de setores diferentes, vasta que as práticas adotadas sejam consideradas possíveis de ser aplicadas (Han & Ito, 2024).

As empresas imitam as ações de organizações bem-sucedidas e de elevado estatuto devido à crença de que essas práticas terão maior probabilidade de gerar resultados positivos. Assim, ao fazê-lo, conseguem simultaneamente reduzir os custos de investigação, minimizar os custos associados à experimentação e evitar riscos associados à inovação (Shi et al., 2008).

### **2.2.1.3 Pressão normativa**

As pressões normativas resultam de ambientes institucionais em que os profissionais, associações e instituições salientam a importância da adoção de práticas socialmente responsáveis. Este tipo de pressão aumenta a probabilidade de incorporação da RSE, uma vez que tais práticas passam a ser percebidas como legítimas e desejáveis (Oware et al., 2024). Assim, o grau de incorporação de práticas socialmente responsáveis depende das normas institucionalizadas no setor ou na sociedade em que a organização atua (Campbell, 2006), bem como da consciencialização das suas necessidades (Marquis et al., 2007). Neste sentido, Yin (2017) defende que, quanto maior for a valorização organizacional das normas e dos valores sociais, maior será a probabilidade de adoção de comportamentos socialmente responsáveis.

As normas que orientam estes comportamentos são definidas por diferentes atores sociais, incluindo ONG, investidores institucionais, órgãos de comunicação social, organizações de movimentos sociais e associações educativas e profissionais (Muthuri & Gilbert, 2011). Estes atores desempenham um papel fundamental na promoção de condutas responsáveis, sobretudo porque muitos aspetos do comportamento empresarial aceitável

e questões moralmente contestáveis não estão explicitamente regulamentados (Khan et al., 2021).

Neste contexto, a GRI é um exemplo de pressão normativa, uma vez que fornece orientações amplamente reconhecidas sobre a forma como as empresas devem divulgar o relato de sustentabilidade. Embora a sua adoção não seja obrigatória, o facto de a GRI ser amplamente utilizada e reconhecida a nível internacional faz com que as suas diretrizes sejam consideradas práticas institucionalizadas, tornando-se uma referência para as organizações que procuram alinhar-se com as expectativas socialmente aceites (Brown et al., 2009).

### **2.2.2 Envolvimento da gestão de topo**

A gestão de topo é responsável por definir, elaborar e comunicar as políticas organizacionais (Digalwar et al., 2013), capazes de mudar as culturas, estruturas, políticas e práticas organizacionais (Liang et al., 2007).

Diversos autores reconhecem que o sucesso das missões e dos objetivos das organizações depende, em grande parte, do empenho e compromisso da gestão de topo (Mullane, 2002; Williams et al., 2014). Assim, o envolvimento da gestão de topo representa o seu compromisso emocional, intenção, convicção e atitude no desenvolvimento dos objetivos organizacionais (Bagozzi, 1992). Um envolvimento reduzido pode comprometer os objetivos organizacionais (Baetz & Bart, 1996).

Segundo Srivastva (1983), a imagem mental que os gestores têm do futuro desejado para a organização orienta o planeamento das estratégias, das decisões e dos comportamentos organizacionais a implementar. Contudo, o ambiente externo é capaz de influenciar as crenças da gestão de topo e, por sua vez, o seu comportamento e as suas decisões estratégicas (Walsh, 1988). Assim, nesta perspetiva, conclui-se que as ações da gestão de topo baseiam-se principalmente nas suas convicções.

De acordo com Liang et al. (2007), se a gestão de todo tiver uma visão positiva sobre a RSE tomará decisões destinadas a integrar sistemas e práticas sustentáveis. Nesse sentido, uma gestão de topo socialmente responsável demonstra-o através da definição de estratégias, objetivos, metas e métricas ambientais e sociais (Berry & Rondinelli, 1998), bem como na elaboração de políticas e práticas que tenham impactos positivos no desempenho ambiental, social e económico das empresas (Parast & Adams, 2012; Wang

et al., 2019). Assim, o envolvimento da gestão de topo revela-se particularmente relevante na implementação de práticas de RSE, uma vez que estas exigem a alocação de recursos, a tomada de decisões estratégicas e a gestão de riscos associados (Bansal & Roth, 2000; González-Benito & González-Benito, 2010; Wijethilake et al., 2017).

Por outro lado, de acordo com Liang et al. (2007), as pressões institucionais externas só afetam o comportamento das organizações após influenciarem o comportamento da gestão de topo. Isto porque é a gestão de topo que tem a responsabilidade de transformar essas pressões em ações concretas, como a alteração das estruturas organizacionais e o estabelecimento de políticas. Assim, as pressões externas, por mais intensas que sejam, só têm efeito nas organizações quando afetam o comportamento e as decisões dos gestores de topo. Em suma, as pressões institucionais (PIC, PIM e PIC) primeiro influenciam as percepções e convicções dos gestores de topo relativamente à RSE e, posteriormente, estes decidem se querem ou não envolver-se. Contudo, antes de serem tomadas quaisquer ações reais, os gestores das empresas devem primeiro reconhecer a importância da RSE e os seus potenciais benefícios para o desempenho da empresa (Chen et al., 2018).

### **2.2.3 Envolvimento dos *stakeholders***

De acordo com a teoria dos *stakeholders*, a RSE deve ter em consideração as necessidades e preocupações de todos os grupos que podem afetar ou ser afetados pelas atividades da empresa (Freeman, 1984). Desta forma, espera-se que as empresas não apenas estejam cientes das necessidades dos seus *stakeholders*, como também os envolva ativamente nos processos de tomada de decisão (Trapp, 2014).

O envolvimento dos *stakeholders* pode ser definido como o conjunto de práticas que as organizações desenvolvem para os envolver nas suas atividades (Greenwood, 2007). Segundo Park et al. (2021), o envolvimento dos *stakeholders* na RSE consiste num processo comunicativo e interativo entre a organização e os seus *stakeholders* com o objetivo de atingir metas de RSE e gerar benefícios mútuos. Estes autores acrescentam dois pontos de vista complementares:

- Do ponto de vista organizacional, o envolvimento pode ser definido como os esforços da organização para incluir os *stakeholders* no desempenho socialmente responsável.

- do ponto de vista dos *stakeholders*, traduz-se na disponibilidade e vontade destes participarem, investindo a sua energia, esforços e recursos (tempo e dinheiro) nos programas de RSE de uma organização.

Este envolvimento é fundamental no planeamento e implementação de políticas de sustentabilidade (Yuen et al., 2020) porque permite a partilha de ideias e opiniões sobre as atividades e programas de RSE adequados para a empresa (Devin & Lane, 2014).

Existem 4 argumentos que explicam porque o envolvimento dos *stakeholders* melhora a integração da sustentabilidade nas estratégias empresariais: (1) permite reconhecer as tendências atuais e futuras da sustentabilidade (Yuen et al., 2016), reforçando a proatividade da empresa (Yuen et al., 2020); (2) promove transparência, reduz riscos reputacionais e fortalece a confiança pública (Shin & Thai, 2015; Yuen et al., 2020); (3) melhora a ligação entre os valores dos *stakeholders* e o impacto das políticas de sustentabilidade, promovendo um uso mais eficiente dos recursos organizacionais (Yuen et al., 2019); (4) fortalece a criação de valor partilhado (Córdova-Aguirre & Ramón-Jerónimo, 2024).

Por outro lado, os *stakeholders* têm o poder de influenciar o desempenho de uma empresa. Por exemplo, as empresas que não conseguem satisfazer as necessidades dos stakeholders podem enfrentar consequências negativas, como a falta de apoio dos colaboradores ou a perda de clientes (Wood, 1991). Em contrapartida, quando uma empresa adota iniciativas de RSE alinhadas com as preferências dos *stakeholders* e aloca recursos a essas iniciativas de forma estratégica, o efeito positivo reflete-se no desempenho empresarial (Boesso et al., 2015; Michelon et al., 2013).

Além disso, o envolvimento dos *stakeholders* está intrinsecamente ligado à DRS. As empresas divulgam relatórios de sustentabilidade para responder às expectativas, pressões e críticas dos *stakeholders* que desejam estar bem informados sobre os impactos sociais e ambientais das atividades empresariais (Boiral, 2013). A DRS contribui ainda para reduzir as assimetrias de informação entre a empresa e os *stakeholders*, permitindo que os *stakeholders* disponham de mais informação o que, por sua vez, reduz o custo de capital (Cuadrado-Ballesteros et al., 2016; F. Gao et al., 2016). No entanto, os benefícios esperados apenas se concretizam se a informação divulgada for transparente e representar de forma realista o desempenho e os impactos das empresas (Boiral, 2013).

## **2.3 Divulgação do relato de sustentabilidade**

A informação sobre sustentabilidade abrange uma vasta gama de temas e questões, como políticas e impactos ambientais e sociais, por exemplo, utilização de energia, emissão de gases com efeito de estufa, poluição, biodiversidade, alterações climáticas, tratamento de resíduos, saúde e segurança dos trabalhadores, igualdade de género, educação, corrupção e suborno (Balluchi et al., 2020; Manes-Rossi et al., 2018), devendo também revelar os riscos e as oportunidades associados para os investidores e outros *stakeholders* (Lin, 2022). Assim, as empresas elaboram relatórios de sustentabilidade com o objetivo de medir e divulgar aos *stakeholders* os impactos causados pelas suas atividades. Este tipo de relatórios confere maior transparência e integridade ao desempenho de sustentabilidade da organização e, por outro lado, reforça a sua relação com a sociedade e o meio ambiente (Campos et al., 2013).

Normalmente, a DRS pode ser apresentada de várias formas, por exemplo em (1) relatórios sociais e (2) ambientais que, por norma integram esses relatórios num só denominado por (3) Relatórios de Sustentabilidade (Jastrzębska, 2016), dentro do (4) Relatório de Gestão, ou ainda em conjunto com a informação financeira, no (5) relatório Integrado (Carmo & Ribeiro, 2022; Krasodomska et al., 2021; Tarquinio & Posadas, 2020). Relativamente aos relatórios de sustentabilidade, estes englobam os impactos económicos, ambientais e sociais das atividades das empresas (Jastrzębska, 2016). Já os relatórios integrados apresentam informação financeira e informação sobre sustentabilidade (Krasodomska et al., 2021).

Os *stakeholders* preocupam-se cada vez mais com a informação sobre sustentabilidade das empresas, o que aumentou as exigências de divulgação (van Wyk & Els, 2023). Para dar resposta a estas exigências, foram criados vários quadros de referência, bem como normas e iniciativas que as organizações podem utilizar para elaborar relatórios relevantes e eficazes.

### **2.3.1 Organizações de referência no relato de sustentabilidade**

A Tabela 1 apresentada as principais instituições que surgiram ao longo dos anos com o propósito de promover, normalizar e harmonizar a DRS.

Tabela 1 – Organizações de referência no relato de informação de sustentabilidade

Ano	Organização	Contributo
1946	ISO ( <i>International Organization for Standardization</i> )	Organização internacional responsável pela criação de normas técnicas e de gestão reconhecidas globalmente. No domínio da sustentabilidade, destacam-se a ISO 140000 (gestão ambiental, 1996) e a ISO 260000 (responsabilidade social, 2010) (ISO, 2010, 2015).
1997	GRI ( <i>Global Reporting Initiative</i> )	Primeira iniciativa internacional dedicada à criação de diretrizes para relatórios de sustentabilidade (GRI, sem data).
2000	CDP ( <i>Carbon Disclosure Project</i> )	Plataforma internacional que promove a divulgação voluntária de impactos ambientais nas áreas climáticas, de desflorestação e de segurança hídrica, promovendo a transparência ambiental e a medição de impactos climáticos (CDP, 2023).
2007	CDSB ( <i>Climate Disclosure Standards Board</i> )	Desenvolveu um quadro de relato que integra informação ambiental e financeira (CDSB, 2022).
2010	IIRC ( <i>International Integrated Reporting Council</i> )	Criado para promover o relato integrado, combinando informação financeira e não financeira. Em 2013, publicou o <IR> Framework, que teve uma influência significativa nas práticas de relato global (IIRC, 2013).
2011	SASB ( <i>Sustainability Accounting Standards Board</i> )	Desenvolveu normas específicas por setor de atividade para divulgar informação de sustentabilidade relevante para os investidores (SASB, sem data).
2015	TCFD ( <i>Task Force on Climate – related Financial Disclosures</i> )	Estabeleceu recomendações globais para a divulgação de riscos e oportunidades climáticas, promovendo a integração do risco climático na estratégia empresarial (TCFD, 2017)
2021	VRF ( <i>Value Reporting Foundation</i> )	Resultou da fusão entre os organismos SASB e IIRC. Integra as normas do SASB e a estrutura de relatórios integrados do IIRC (VRF, sem data).
2021	ISSB ( <i>International Sustainability Standards Board</i> )	Criado pela IFRS Foundation para harmonizar as normas internacionais de relato de sustentabilidade, com base nas estruturas do CDSB, SASB, TCFD e VRF (ISSB, sem data).
2022	EFRAG ( <i>European Financial Reporting Advisory Group</i> )	Sob a supervisão da CE, foram desenvolvidos os ESRS, que são normas de sustentabilidade obrigatórias no âmbito da Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD) (Comissão Europeia, 2023).

Fonte: Elaboração própria

De acordo com, Krivogorsky (2024), a intenção global de criar um sistema robusto de relatórios de sustentabilidade tem sido impulsionada principalmente por cinco instituições: (1) Global Reporting Initiative (GRI), (2) Climate Disclosure Project (CDP), (3) Climate Disclosure Standards Board (CDSB), (4) International Integrated Reporting Council (IIRC), (5) Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Estas entidades manifestaram a intenção de trabalhar em conjunto no desenvolvimento de um modelo de relato corporativo abrangente e obrigatório. Em consonância com este compromisso, ocorreram vários acontecimentos relevantes. Em 2021, a SASB e o IIRC fundiram-se para formar a VRF. Posteriormente, a IFRS Foundation incorporou a VRF e o CSDB num único organismo regulador, o ISSB. Este conselho lançou as normas IFRS S1, que definem os requisitos gerais para a divulgação de relatórios de sustentabilidade, e a norma IFRS S2, que centra-se nas divulgações relacionadas com o clima (Krivogorsky, 2024).

Paralelamente, os órgãos legislativos e normativos da UE têm vindo a reforçar a sua legislação, a fim de promover uma maior responsabilidade e transparência empresarial no domínio da sustentabilidade. A EFRAG foi nomeada pela CE para desenvolver os ESRS (*European Sustainability Reporting Standards*), que marcaram a transição de práticas voluntárias para normas obrigatórias e harmonizadas (Krivogorsky, 2024). De acordo com a Comissão Europeia (2023), os ESRS garantem a relevância e a comparabilidade da informação divulgada, ajudando as empresas a integrar a RSE e o desenvolvimento sustentável nos seus modelos de negócio.

### **2.3.2 Evolução das diretivas da UE para a divulgação de informação sobre sustentabilidade**

#### **2.3.2.1 Enquadramento da Diretiva 2014/95/UE**

Antes de 2014, a DRS pelas empresas ocorria de forma voluntária. Contudo, com a publicação da Diretiva 2014/95/UE, também conhecida como *Non-Financial Reporting Directive* (NFRD), a essa divulgação passou a ser obrigatória para as grandes empresas e para as empresas-mãe de um grande grupo, classificadas como entidades de interesse público, que tenham, à data de encerramento do respetivo balanço, um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício financeiro (Comissão Europeia, 2014).

De acordo com esta diretiva, as entidades devem divulgar informação sobre as suas políticas, resultados e riscos associados a matérias ambientais, bem como medidas relacionadas com os trabalhadores, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e ao suborno, e promoção da diversidade nos conselhos de administração em termos de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais (Comissão Europeia, 2014).

A diretiva não impõe a utilização de um quadro de referência específico para a elaboração da demonstração não financeira, deixando às empresas a possibilidade de recorrer a diferentes instrumentos já existentes, desde que a entidade explique claramente o sistema adotado (Comissão Europeia, 2014).

Posteriormente, a CE publicou uma comunicação com orientações não vinculativas sobre a metodologia de relato de informações sobre sustentabilidade, incluindo indicadores-chave de desempenho não financeiro, gerais e setoriais, com vista a facilitar a DRS pertinentes, úteis e comparáveis. Estas orientações destinam-se sobretudo às empresas abrangidas pela diretiva, mas também podem servir como boas práticas para qualquer empresa que pretenda divulgar voluntariamente informação sobre sustentabilidade (Comissão Europeia, 2017). Neste documento, são apresentados seis princípios fundamentais para a elaboração de demonstrações não financeiras (Comissão Europeia, 2017):

- Divulgar informações pertinentes (“materiais”);
- Rigorosas, equilibradas e compreensíveis;
- Abrangentes, mas concisas;
- Estratégicas e prospetivas;
- Orientadas para as partes interessadas;
- Lógicas e coerentes.

No que diz respeito à garantia do relato de sustentabilidade, a NFRD exige que o revisor oficial de contas (ROC) ou a sociedade oficial de contas (SROC) verifique se as demonstrações não financeiras ou o relatório separado são fornecidos. No entanto, a diretiva permitiu aos Estados-Membros a possibilidade de exigir que esses relatórios fossem verificados por um prestador de garantia independente (Carmo & Ribeiro, 2022).

Os Estados-Membros da UE foram obrigados a transpor a Diretiva 2014/95/UE para as respetivas legislações nacionais até 6 de dezembro de 2016. Em consequência, as entidades abrangidas ficaram obrigadas a publicar as suas primeiras demonstrações não financeiras relativas aos exercícios económicos de 2017.

### **2.3.2.2 Enquadramento do Decreto-Lei n.º 89/2017**

Portugal cumpriu essa obrigação através do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho de 2017. Apesar do atraso, o referido decreto-lei aplicou-se aos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017.

A diretiva tem a particularidade de ser um instrumento jurídico não totalmente vinculativo, impondo apenas aos Estados-Membros que respeitem o resultado a alcançar, cabendo a cada país definir a forma de o implementar (Carmo & Ribeiro, 2022). Em Portugal, a transposição respeitou o quadro estabelecido pela NFRD, exigindo que todas as entidades de interesse público que, no final de cada ano, excedam um número médio de 500 trabalhadores apresentem uma demonstração não financeira. Esta deve conter informação relativa à evolução, desempenho, posição e impacto das suas atividades em matérias ambientais, sociais, empregados, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e ao suborno (Decreto-Lei n.º 89/ 2017).

A demonstração não financeira deve ainda incluir (Decreto-Lei n.º 89/ 2017):

- uma breve descrição do modelo de negócio;
- a descrição das políticas seguidas em relação aos assuntos acima descritos, incluindo os processos de diligência implementados;
- os resultados dessas políticas;
- a descrição dos principais riscos e impactos adversos provocados nas operações da entidade e da forma como estes têm sido geridos;
- os principais indicadores de desempenho não financeiros relevantes para a sua atividade específica.

A informação exigida deve ser divulgada, a menos que a entidade não tenha políticas relacionadas com uma ou mais das matérias descritas e, nesse caso, deve apresentar uma explicação clara e fundamentada para essa ausência. Além disso, a demonstração deve incluir referências e explicações adicionais sobre os montantes comunicados nas demonstrações financeiras anuais, se for o caso (Decreto-Lei n.º 89/ 2017).

Posteriormente, a CE reconheceu limitações na aplicação da NFRD e, em 2020, realizou uma consulta pública. Os utilizadores da informação sobre sustentabilidade consideraram-na insuficiente em termos de comparabilidade, fiabilidade e relevância, enquanto os responsáveis pela sua elaboração salientaram a necessidade de definições

mais claras e detalhadas das informações a divulgar e referiram as dificuldades em obter as informações necessárias para cumprirem com a sua obrigação de relato. Ambos os grupos concordam com a criação de uma norma comum para a DRS, a obrigatoriedade de auditoria destas e a extensão do âmbito de aplicação da diretiva a um número maior de empresas (Comissão Europeia, 2020).

Como resposta, em abril de 2021 foi publicada uma proposta de revisão da Diretiva 2013/34/UE, que visa melhorar a comunicação de informações sobre a sustentabilidade, reduzir os custos desnecessários associados a essa comunicação e garantir a disponibilização de informações públicas suficientes sobre os riscos que as questões de sustentabilidade representam para as empresas (Comissão Europeia, 2021).

### **2.3.2.3 Enquadramento da Diretiva (UE) 2022/2464**

Com o intuito de superar as limitações identificadas na NFRD, foi publicada em 2022 a Diretiva (UE) 2022/2464, também conhecida como *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD). Esta diretiva veio reforçar as exigências de transparência e fiabilidade da DRS, impondo às empresas abrangidas a obrigação de comunicarem os fatores de sustentabilidade que as afetam, bem como os dados necessários para compreender o impacto das suas atividades na sociedade, no meio ambiente e ao longo da cadeia de valor (Comissão Europeia, 2022).

As principais inovações da CSRD incluem: (1) a ampliação do âmbito de aplicação, que passa a abranger todas as grandes empresas e as pequenas e médias empresas (PME) cotadas em mercados regulamentados, à exceção das microempresas; e (2) a obrigatoriedade de garantia independente dos relatórios de sustentabilidade. Este último aspeto constitui um desafio para a profissão de auditoria, mas visa reforçar a credibilidade e a fiabilidade da informação divulgada (Comissão Europeia, 2022; Deloitte, 2022).

A inclusão das PME cotadas justifica-se pela sua grande representatividade no mercado europeu e pela necessidade de proteger os investidores, garantindo-lhes acesso a informações consistentes sobre o desempenho sustentável dessas entidades. Ainda que as PME não cotadas não estejam abrangidas, a diretiva prevê a possibilidade de adesão voluntária às normas de relato (Comissão Europeia, 2022)

De acordo com a CSRD, a entrada em vigor das obrigações de relato será faseada, de forma a permitir que as empresas se adaptem. Assim, diferentes categorias de entidades

estão sujeitas a prazos distintos para a publicação do seu primeiro relatório de sustentabilidade, dependendo da sua dimensão e natureza jurídica. Recentemente, a Diretiva (UE) 2025/794 alterou os prazos para a divulgação. A Tabela 2 resume os principais marcos temporais estabelecidos pela Diretiva (UE) 2022/2464 bem como os novos prazos implementados pela Diretiva (UE) 2025/794.

Tabela 2 – Prazos de implementados pela Diretiva (UE) 2022/2464 e pela Diretiva (UE) 2025/794

Categoria de empresas	Ano de emissão do 1º relato relativo ao exercício do ano anterior	
	Diretiva (UE) 2022/2464	Diretiva (UE) 2025/794
Empresas abrangidas pela NFRD (Diretiva 2014/95/UE)	2025	-
Grandes empresas não abrangidas pela NFRD	2026	2028
PME cotadas	2027	2029
PME cotadas que optem pela exclusão	2029	-
Empresas de países terceiros com atividades significativas na UE	2029	-

Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2022, 2025a)

A Diretiva (UE) 2022/2464 evidenciou que a natureza facultativa das orientações anteriormente existentes não garantia a comparabilidade das informações divulgadas pelas empresas nem assegurava que todos os dados relevantes fossem efetivamente comunicados aos utilizadores. Nesse sentido, concluiu-se que era fundamental desenvolver normas de relato de sustentabilidade comuns e obrigatórias, capazes de atribuir às informações de sustentabilidade um estatuto equiparável ao das informações financeiras (Comissão Europeia, 2022).

Até então, a elaboração de normas e orientações de relato de sustentabilidade tinha sido desenvolvida e liderada por instituições privadas. Contudo, em julho de 2023, a CE deu um passo decisivo ao adotar o primeiro conjunto de ESRS, desenvolvido pelo EFRAG, que passa a ser aplicado de forma obrigatória a todas as empresas abrangidas pela CSRD (Comissão Europeia, 2023).

A transposição da CSRD para os estados-membros deveria ter ocorrido até 6 de julho de 2024. No entanto, Portugal ainda não cumpriu com o prazo, mantendo em vigor apenas a legislação que transpôs a NFRD (Decreto-Lei n.º89/2017). A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), consciente desta situação, recomendou em dezembro de

2024 que as empresas sob a sua supervisão iniciassem a preparação voluntária para cumprirem as exigências da CSRD, cuja aplicação obrigatória prevê-se a partir dos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2025 (CMVM, 2024).

A UE tem vindo a desenvolver um conjunto de exigências regulatórias destinadas a reduzir a assimetria de informação entre os diferentes *stakeholders* e assegurar que a informação divulgada sobre a sustentabilidade é fiável, relevante e útil para a tomada de decisões. Todavia, continua a verificar-se uma forte pressão dos *stakeholders* no sentido de tornar obrigatórias regras de *due diligence* em matérias de sustentabilidade. Neste contexto, a UE aprovou a Diretiva (UE) 2024/1760.

#### **2.3.2.4 Enquadramento da Diretiva (UE) 2024/1760**

A Diretiva (UE) 2024/1760 entrou em vigor a 25 de julho de 2024 e estabelece o dever de *due diligence* empresarial em matéria de sustentabilidade empresarial. O principal objetivo desta diretiva é promover um comportamento empresarial sustentável e responsável nas operações das empresas. Para isso, as empresas devem integrar a *due diligence* nas suas políticas e nos seus sistemas de gestão de risco. Além disso, as medidas adotadas devem ser monitorizadas e divulgadas (Comissão Europeia, 2024).

As empresas passam a ser responsáveis por analisar os potenciais e reais impactos negativos decorrentes da sua atividade, incluindo os das suas subsidiárias e parceiros comerciais que integrem a sua cadeia de valor. Além da identificação desses impactos, a diretiva exige a sua avaliação, prevenção, mitigação ou eliminação. Se não for possível prevenir, atenuar ou pôr termo a todos os impactos identificados em simultâneo, as empresas devem estabelecer uma ordem de prioridades para o seu combate. As empresas devem também disponibilizar mecanismos de reclamação, para que as pessoas ou organizações com preocupações legítimas e fundamentadas as possam apresentar à empresa em causa. Complementarmente, as empresas devem envolver os *stakeholders* no tema (Comissão Europeia, 2024).

Esta diretiva aplica-se às (Comissão Europeia, 2024):

- Grandes sociedades e parceiras da UE com mais de 1000 funcionários e um volume de negócios líquido superior 450 milhões de euros;
- Grandes empresas não pertencentes à UE com mais de 450 milhões de euros de volume de negócios (líquido) na UE.

As microempresas e as PME não são abrangidas pelas regras. No entanto, reconhece-se que poderão ser indiretamente afetadas enquanto parceiras na cadeia de valor e, por isso, a diretiva prevê medidas de apoio que facilitem a sua adaptação.

A implementação da diretiva será supervisionada. Cada Estado-Membro deverá designar uma autoridade competente para monitorizar o seu cumprimento e aplicar medidas corretivas e sanções, caso não seja cumprida. A nível europeu, será criada uma Rede Europeia de Autoridades de Supervisão, que reunirá representantes dos organismos nacionais para assegurar uma abordagem coordenada (Comissão Europeia, 2024).

Em fevereiro de 2025, a CE apresentou seis propostas legislativas conhecidas como “pacote *Omnibus*”. A proposta *Omnibus* I propõe alterações específicas à legislação da UE no domínio da sustentabilidade, com o objetivo de: (1) simplificar as obrigações em matéria de dever de diligência; (2) tornar o relato de sustentabilidade mais acessível e mais fácil de aplicar; (3) simplificar e reforçar o mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço da UE. Assim, o objetivo é reduzir a complexidade dos requisitos da UE e, simultaneamente, preservar os seus objetivos económicos, sociais e ambientais (Comissão Europeia, 2025c).

### **2.3.3 Garantia do relato de sustentabilidade**

Tal como referido anteriormente, a Diretiva 2013/34/UE exige que os Estados-Membros assegurem que o ROC ou a SROC confirmem se as demonstrações não financeiras, ou o relatório separado, foram efetivamente apresentados pela empresa. Contudo, não prevê a verificação das informações por um auditor, o que compromete a credibilidade das informações divulgadas (Comissão Europeia, 2022).

Com a aprovação da Diretiva (UE) 2022/2464, foi estabelecida uma abordagem gradual para aumentar o nível de garantia das informações sobre a sustentabilidade. Num primeiro momento, o ROC ou a SROC devem emitir um parecer sobre a conformidade do relato de sustentabilidade com os requisitos europeus, com base em trabalhos de garantia limitada. No entanto, o objetivo é evoluir progressivamente para uma garantia razoável (Comissão Europeia, 2022). Contudo, um dos objetivos da recente proposta *Omnibus* I é reduzir os custos de garantia para as empresas e, nesse sentido, propõe suprimir a obrigação de garantia razoável (Comissão Europeia, 2025b).

De acordo com a ISAE 3000 (Revista), a garantia razoável implica a recolha de prova suficiente e apropriada para reduzir o risco de distorção material a um nível aceitavelmente baixo, permitindo a emissão de uma conclusão positiva. Nestes casos, o auditor expressa a sua opinião sobre se a informação em questão foi preparada em conformidade com os critérios aplicáveis. Já a garantia limitada proporciona um nível de segurança mais moderado, embora o auditor também procure reduzir o risco de distorção material, este permanece mais elevado do que no caso de garantia razoável. A conclusão emitida é de natureza negativa, em que o auditor com base nos procedimentos realizados e na evidência obtida, nada chegou ao conhecimento do profissional que o leve a acreditar que a informação está materialmente distorcida (IFAC, 2013), ou seja, o auditor não garante positivamente, apenas afirma que não encontrou indícios de erro material.

A CMVM (2024) salienta que a GRS é essencial para assegurar a transparência e fiabilidade da informação. Para Simnett et al. (2009), a profissão de auditoria já possui vários requisitos importantes que contribuem para uma auditoria de qualidade, nomeadamente normas bem desenvolvidas, princípios éticos e de independência, bem como mecanismos de controlo de qualidade. Contudo, a sua aplicação no domínio da sustentabilidade exigirá investimentos adicionais em formação adequada, a participação de especialistas nas diversas áreas e a definição de metodologias de trabalho específicas (CMVM, 2024).

No contexto português, um estudo realizado por Eugénio et al. (2022) revelou que a maioria dos auditores reconhece a necessidade de um modelo padrão de declarações de garantia, bem como de normas adicionais sobre o assunto. Em agosto de 2023, foi proposta a ISSA 5000 (International Standard on Sustainability Assurance), a qual estabelece os requisitos gerais para os compromissos de garantia de sustentabilidade. Esta norma abrange informações de sustentabilidade em qualquer área temática e preparadas de acordo com diferentes estruturas, incluindo as mais recentes normas de divulgação do relato de sustentabilidade da IFRS Foundation (IAASB, 2023). A ISSA 5000 foi aprovada em novembro de 2024, tendo como objetivo aumentar a confiança dos investidores, dos reguladores e de outros *stakeholders* interessados nas informações sobre sustentabilidade. Além disso, esta norma servirá como uma norma abrangente e autónoma, adequada para quaisquer compromissos de garantia de sustentabilidade (IAASB, 2024).

Paralelamente, em dezembro de 2024, o International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) aprovou as International Ethics Standards for Sustainability

Assurance (IESSA) e as respectivas revisões do Código de Ética aplicáveis à garantia dos relatórios de sustentabilidade. Estas normas éticas e de independência visam garantir que os profissionais cumpram padrões de conduta equivalentes aos exigidos nas auditorias de informação financeira, evitando práticas de “greenwashing” e promovendo uma maior confiança por parte do público e das instituições responsáveis pela DRS das empresas (IESBA, 2024).

Assim a GRS é vista como um passo necessário para colocar os relatórios de sustentabilidade em pé de igualdade com os relatórios financeiros e aumentar a confiança dos *stakeholders* na informação fornecida (Krasodomska et al.,2021)

#### **2.3.4 Qualidade da informação sobre sustentabilidade**

Os *stakeholders* estão cada vez mais interessados na informação sobre sustentabilidade para tomarem as suas decisões, no entanto, necessitam que esta seja de elevada qualidade e atempada, a fim de reduzir a incerteza e o risco associados à tomada de decisões (Adamczyk, 2019).

Para que a informação sobre sustentabilidade seja considerada de elevada qualidade, é necessário que as informações económicas, ambientais e sociais das operações sejam compreensíveis e valiosas para os *stakeholders*. A forma do relatório, bem como o conteúdo e o âmbito temático da informação divulgada, determinam a QIS divulgada pelas empresas (Adamczyk, 2019).

Adamczyk (2019), define a QIS através de duas perspetivas:

- Comparativa: a qualidade da informação está relacionada com a sua usabilidade para o utilizador, ou seja, a QIS é avaliada com base na sua capacidade de satisfazer as necessidades dos *stakeholders*.
- Descritiva: a QIS é entendida como um conjunto de características funcionais. Neste caso, a informação não é avaliada pela sua utilidade ou suficiência para o utilizador, mas sim pelos atributos objetivos que possui, ou seja, a qualidade é observada dentro da própria informação, como por exemplo a forma de transferência de informação ou o método utilizado.

Em suma, nesta ótica, a QIS pode ser interpretada pelo seu conteúdo e respetivo valor para os *stakeholders*, ou então pela forma como é divulgada.

Cambourg et al. (2019) estabeleceram seis princípios que devem ser verificados para garantir a QIS. Estes princípios baseiam-se nos padrões de qualidade aplicados à informação financeira e contabilística. Os seis princípios são:

- **Fiabilidade:** a informação deve refletir a realidade que pretende descrever, permitindo ao leitor formar a sua própria opinião;
- **Relevância:** a informação deve ser relevante, fornecendo dados úteis sobre aspetos significativos, de forma a permitir ao destinatário fazer um julgamento e tomar uma decisão informada;
- **Compreensibilidade:** a informação deve ser clara, imparcial e compreensível para os utilizadores razoavelmente informados;
- **Comparabilidade:** a informação deve ser comparável ao longo do tempo e entre empresas;
- **Verificabilidade:** a informação deve poder ser verificada com base em evidências objetivas, de modo a assegurar a sua credibilidade;
- **Tempestividade:** a informação deve ser disponibilizada atempadamente, ou seja, num momento que permita aos destinatários utilizá-la nas suas decisões.

Para além destes seis requisitos, o mesmo autor refere que existem mais duas qualidades específicas da informação sobre sustentabilidade (Cambourg et al., 2019):

- **Inclusividade:** a informação não deve ser direcionada exclusivamente aos investidores, mas sim a todos os *stakeholders* relevantes. A sua utilidade deve ser pensada para uma multiplicidade de utilizadores.
- **Conectividade:** a informação sobre sustentabilidade deve estar interligada com a informação financeira, de forma a proporcionar uma visão global da realidade da empresa em termos de desempenho global e do contributo social da organização.

Importa realçar que, a qualidade do relato de sustentabilidade não pode ser reduzida a um *checklist*: implica decisões de materialidade dinâmica, robustez metodológica na mensuração de indicadores e alinhamento entre informações financeiras e não financeiras (conectividade). Os principais desafios identificados na literatura incluem: a heterogeneidade das métricas setoriais, a dificuldade de mensurar impactos intangíveis e de cadeia de valor, e a suscetibilidade ao *greenwashing* quando os mecanismos de verificação são fracos. Estas limitações têm consequências claras para a auditoria de

sustentabilidade, nomeadamente exigem metodologias de prova de auditoria adaptadas e competências multidisciplinares.

## **2.4 Desempenho empresarial**

As empresas disponibilizam relatórios sobre as suas políticas, práticas e desempenho ambientais, sociais e económicos, com um propósito. Em primeiro lugar, estes relatórios são uma ferramenta de gestão que permite melhorar a qualidade das suas operações através da melhoria contínua. Além disso, fornecem informações que abordam as necessidades e expectativas dos *stakeholders* relativamente à informação ambiental, social e económica (Bennett et al., 2017).

O desempenho das empresas é avaliado com base num conjunto de métricas utilizadas pelas empresas para verificar se o desempenho alcançado corresponde às metas estratégicas e operacionais estabelecidas. Através destas métricas, as empresas conseguem monitorizar o seu desempenho, comparando os objetivos com os resultados reais (Abubakar et al., 2019).

De acordo com Omondi-Ochieng (2019), o desempenho financeiro reflete a eficácia e a eficiência de uma organização no alcance das suas metas financeiras. A eficácia financeira consiste na capacidade das organizações escolherem as atividades, iniciativas, estratégias e políticas mais adequadas para gerar um desempenho financeiro sustentável a longo prazo. A eficiência financeira está relacionada com a minimização do desperdício financeiro durante as operações, através da otimização da alocação e utilização de recursos financeiros limitados. Assim, o desempenho financeiro mede até que ponto a organização atinge os seus objetivos económicos com eficácia (fazer as escolhas certas) e eficiência (usar bem os meios disponíveis).

O desempenho não financeiro complementa o desempenho empresarial, refletindo a eficiência dos colaboradores, a melhoria da qualidade de bens e serviços, a rotatividade e a satisfação dos colaboradores e dos seus clientes (Sanjaya, 2020).

As empresas que consideravam os acionistas como os seus únicos intervenientes enfrentavam um desafio de mensuração relativamente mais simples, uma vez que podiam concentrar-se apenas nos resultados financeiros que afetavam o preço das suas ações. No entanto, atualmente, os acionistas não são os únicos *stakeholders*. Nos dias de hoje, as empresas focam-se em múltiplas partes interessadas e, por isso, enfrentam um desafio de

gestão mais complexo, uma vez que as métricas financeiras, por si só, já não fornecem informações suficientes aos *stakeholders* sobre o modo como a empresa corresponde às suas expectativas (Eccles et al., 2014). Isto significa que, para além do desempenho financeiro, as empresas estão cada vez mais preocupadas com a transparência da informação e com os níveis de desempenho ambiental e social (Bennett et al., 2017), ou seja, com o desempenho não financeiro. Assim, para medir o desempenho são necessários indicadores financeiros e não financeiros (Dossi & Patelli, 2010).

Em suma, a revisão evidencia que (i) os *stakeholders* e os fatores institucionais condicionam a adoção e a forma do relato; (ii) a qualidade do relato depende de mecanismos institucionais (normas e garantia) e de capacidades internas (governança e sistemas de informação); e (iii) as alterações regulatórias recentes criam um contexto propício à intervenção da profissão de auditoria no processo de relato. Estas conclusões orientam o modelo conceptual proposto, no qual pressões institucionais e determinantes organizacionais influenciam as práticas de divulgação e níveis de garantia, que, por sua vez, afetam perceções de qualidade de relato e, em última instância, o desempenho e a confiança dos *stakeholders*. Estas hipóteses são formalizadas no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO III – OBJETIVOS, MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

---

Concluído o enquadramento teórico, este capítulo apresenta o objetivo do estudo, o modelo conceptual, assim como as hipóteses de investigação.

### 3.1 Objetivos de investigação

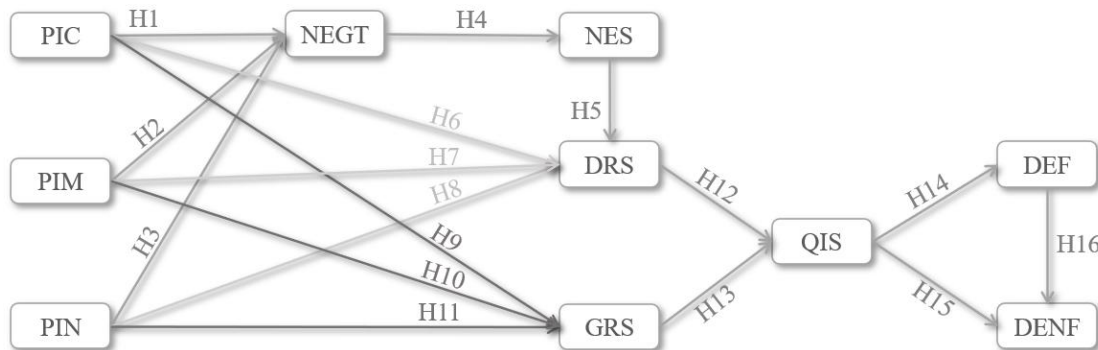
Neste estudo, pretende-se avaliar se:

1. A PIC, PIM e PIN influenciam diretamente o NEGT, a DRS e GRS;
2. O NEGT influencia diretamente o NES;
3. O NES influencia diretamente a DRS;
4. A DRS e a GRS influenciam diretamente a QIS;
5. A QIS influencia diretamente o DEF e o DENF;
6. O DEF influencia diretamente o DENF.

### 3.2 Modelo conceptual

Para cumprir os objetivos mencionados acima, propõe-se a avaliação do modelo conceptual apresentado na Figura 2, onde as relações entre as diferentes variáveis estão traduzidas em 16 hipóteses de investigação.

Figura 2 – Modelo conceptual



Legenda: PIC – Pressão Institucional Coerciva; PIM – Pressão Institucional Mímica; PIN – Pressão Institucional Normativa; NEGT – Nível de Envolvimento da Gestão de Topo; NES – Nível de envolvimento dos *stakeholders*; DRS – Divulgação do Relato de Sustentabilidade; GRS – Garantia do Relato de sustentabilidade; QIS – Qualidade da Informação sobre Sustentabilidade; DEF – Desempenho Empresarial Financeiro; DENF – Desempenho Empresarial não Financeiro

### 3.3 Hipóteses de investigação

Tendo por base o modelo teórico proposto e as evidências empíricas previamente apresentadas, estabelecem-se as seguintes hipóteses de investigação.

A literatura defende que as pressões institucionais (PIC, PIM e PIN) têm um impacto positivo nas práticas de RSE (Aggarwal & Jha, 2019; Colwell & Joshi, 2013; Ng et al., 2022). No entanto, alguns estudos concluíram que apenas algumas pressões causam esse impacto. Um estudo realizado por Han e Ito (2024) na Coreia, onde a implementação de RSE não é obrigatória, concluiu que a PIM está positivamente relacionada com a adoção da RSE. Já, Yin (2017) realizou um estudo com empresas chinesas e concluiu que as PIC e PIN influenciam as empresas a adotarem comportamentos socialmente responsáveis. Por outro lado, um estudo realizado no Líbano concluiu que as iniciativas de responsabilidade social são impulsionadas predominantemente pelas PIM e PIN (Kobrossy et al., 2022)

Neste contexto, a gestão de topo tem um papel importante na implementação de práticas de RSE, uma vez que a alocação de recursos, a tomada de decisões estratégicas e a gestão de riscos associados dependem do seu grau de envolvimento (Bansal & Roth, 2000; González-Benito & González-Benito, 2010; Wijethilake et al., 2017). Além disso, Liang et al. (2007), defendem que a pressão institucional não tem efeito no comportamento das organizações sem primeiro influenciar o comportamento da gestão de topo. Nesse sentido, Colwell e Joshi (2013) demonstram que as empresas apenas aumentam a resposta às pressões institucionais quando a gestão de topo está fortemente envolvida no ambiente.

Por conseguinte, considera-se que as pressões institucionais influenciam o NEGТ em matéria de RSE. Assim, formula-se as seguintes hipóteses de investigação:

**H1:** A PIC tem impacto positivo no NEGТ em práticas de RSE.

**H2:** A PIM tem impacto positivo no NEGТ em práticas de RSE.

**H3:** A PIN tem impacto positivo no NEGТ em práticas de RSE.

O envolvimento dos *stakeholders* é considerado um mecanismo de gestão estratégica (Greenwood, 2007) que permite alinhar os interesses externos com os objetivos organizacionais (Maak, 2007) e estabelecer uma relação mutuamente benéfica (Park et al., 2021). Neste sentido, o envolvimento dos *stakeholders* contribui para benefícios económicos e sociais (Ghezal, 2024), reforça a aprendizagem organizacional, a capacidade de inovação e criação de valor sustentável (Alshukri et al., 2024). Desta forma, considera-se que o NEGТ desempenha um papel determinante no NES nas iniciativas de RSE, o que leva à formulação da seguinte hipótese:

**H4:** O NEGТ influencia positivamente o NES.

Os *stakeholders* exercem pressão, manifestam expectativas e exigem maior transparência por parte das organizações. Como resposta, muitas empresas optam pela DRS (Boiral, 2013). Nesse sentido, vários estudos mostram que os *stakeholders* intensificam a DRS (Huang & Kung, 2010; Pustikaningsih et al., 2024). Desta forma, considera-se que o envolvimento dos *stakeholders* pode incentivar a DRS. Assim, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

**H5:** O NES influencia positivamente a DRS.

De acordo com a teoria da legitimidade, a DRS é utilizada para demonstrar conformidade com as expectativas sociais e reforçar ou criar uma imagem legítima (Villiers & van Staden, 2006; Deegan, 2002). Com base na perspectiva neoinstitucional Jahid et al. (2023) concluíram que a DRS está positivamente relacionada com o ambiente institucional do país. Já Xiao et al. (2024) tiveram por base empresas listadas da China e dos Estados Unidos e concluíram que as empresas mais expostas às pressões institucionais são mais propensas a divulgar relatórios de RSE. Com base no exposto, formulam-se as seguintes hipóteses:

**H6:** A PIC para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS.

**H7:** A PIM para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS.

**H8:** A PIN para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS.

A GRS constitui um mecanismo complementar para aumentar a legitimidade e a credibilidade da informação divulgada (Martínez-Ferrero e García-Sánchez, 2017). Um estudo realizado por Martínez-Ferrero & García-Sánchez (2017) a 696 empresas não financeiras de 16 países durante 2007 e 2014 demonstram que garantia voluntária é influenciada pela PIC, PIM, PIN. Com base no exposto, desenvolvem-se as seguintes hipóteses de investigação:

**H9:** A PIC para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a GRS.

**H10:** A PIM para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a GRS.

**H11:** A PIN para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a GRS.

De acordo com Chauvey et al. (2015), o aumento da DRS tem-se refletido numa melhoria gradual dos níveis de QIS. Paralelamente, Fernandez-Feijoo et al. (2014) salientam que a transparência nos relatórios de sustentabilidade é um dos principais indicadores de QIS. Nesse sentido, espera-se que a informação divulgada seja transparente e represente de forma realista os impactos e o desempenho empresarial (Carmo & Ribeiro, 2022). Face ao exposto, elabora-se a seguinte hipótese:

**H12:** A DRS influencia positivamente a QIS.

A garantia independente é essencial para melhorar a QIS, uma vez que verifica se os relatórios cumprem as normas e os critérios internacionais (IFAC, 2013; Simnett et al., 2009). Estudos demonstram que a realização de auditorias às informações sobre sustentabilidade aumenta a sua credibilidade e confiabilidade (Beelde & Tuybens, 2015; Hodge et al., 2009; Krasodomska et al., 2021; Pflugrath et al., 2011). Assim, surge a seguinte hipótese de investigação:

**H13:** A GRS influencia positivamente a QIS.

A QIS melhora a precisão da análise da informação pelos analistas, reforçando a transparência e a confiança o que permite obter melhores condições de financiamento, diminuir os custos de capital (Cuadrado-Ballesteros et al., 2016; F. Gao et al., 2016) e gerar vantagens competitivas (Modreanu et al., 2021). Tudo isto proporciona benefícios económicos (F. Gao et al., 2016). Neste contexto, é formulada a seguinte hipótese:

**H14:** A QIS influencia positivamente o DEF.

Por outro lado, a QIS reforça a satisfação e a lealdade dos colaboradores e dos clientes (Koh & Boo, 2004; Sanjaya, 2020; Zhang, 2024), bem como a imagem, reputação e a legitimidade percebida (Ali et al., 2020; Villiers & van Staden, 2006; Panwar et al., 2014; Yu & Hu, 2014). Neste contexto, formula-se a seguinte hipótese:

**H15:** A QIS influencia positivamente o DENF.

Por sua vez, o DEF proporciona os recursos necessários para investir e implementar práticas de RSE. Isto significa que as empresas financeiramente sólidas dispõem de mais fundos para investir em RSE (Alshorman et al., 2024; Heubeck & Ahrens, 2025; Mattingly & Olsen, 2018) e melhorar o seu desempenho social. Face ao exposto, é formulada a seguinte hipótese:

**H16:** O DEF influencia positivamente o DENF.

A Tabela 3 apresenta a síntese das hipóteses de investigação formuladas neste estudo.

*Tabela 3 - Síntese das hipóteses de investigação formuladas*

<b>Hipóteses</b>	<b>Relação</b>	<b>Autores</b>
H1	PIC - NEG	Bansal e Roth (2000); Liang et al. (2007); González-Benito e González-Benito (2010); Colwell e Joshi (2013); Wijethilake et al. (2017)
H2	PIM - NEG	
H3	PIN - NEG	
H4	NEG - NES	Greenwood (2007); Maak (2007); Park et al. (2021)
H5	NES - DRS	Huang e Kung (2010); Boiral (2013); Pustikaningsih et al. (2024)
H6	PIC - DRS	Deegan (2002); Villiers e van Staden (2006); Jahid et al. (2023); Xiao et al. (2024)
H7	PIM - DRS	
H8	PIN - DRS	
H9	PIC - GRS	Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2017)
H10	PIM - GRS	
H11	PIN - GRS	
H12	DRS - QIS	Fernandez-Feijoo et al. (2014); Chauvey et al. (2015); Carmo e Ribeiro (2022)
H13	GRS - QIS	Hodge et al. (2009); Simnett et al. (2009); Pflugrath et al. (2011); Beelde e Tuybens (2015); Krasodomska et al. (2021)
H14	QIS - DEF	Cuadrado-Ballesteros et al. (2016); F. Gao et al. (2016); Modreanu et al. (2021)
H15	QIS - DENF	Kobrossy et al. (2022); Villiers e van Staden (2006); (Yu e Hu, 2014); Ali et al. (2020); Sanjaya (2020); Zhang (2024)
H16	DEF - DENF	Mattingly e Olsen (2018); Alshorman et al. (2024); Heubeck e Ahrens (2025)

## **CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

---

Após a apresentação dos objetivos da investigação, do modelo conceptual e das respetivas hipóteses de investigação, é fundamental descrever a metodologia de investigação utilizada neste estudo.

#### **4.1 Instrumento de medida**

Tendo em conta o tema em análise e de forma a avaliar o modelo conceptual proposto, optou-se pela pesquisa quantitativa. Para a recolha de dados, recorreu-se a um inquérito por questionário, elaborado no *software Lime Survey*, direcionado a auditores, contabilistas, diretor financeiro ou administrador/gerente de empresas portuguesas, uma vez que estes profissionais estão recentemente obrigados a lidar com as temáticas da informação sobre sustentabilidade.

#### **4.2 Pré-teste**

O pré-teste de um questionário consiste na sua aplicação experimental junto de elementos da população-alvo (Czaja, 1998), permitindo verificar se as questões funcionam adequadamente e se são compreendidas pelos respondentes (Hilton, 2017). Neste estudo, o pré-teste foi dirigido a cinco docentes das áreas da auditoria e da contabilidade, que avaliaram o conteúdo do questionário e forneceram o seu feedback, de modo a permitir a sua melhoria e posterior aplicação. Com base nas suas observações, foram clarificados determinados itens relativos à caracterização do respondente e da empresa, reforçando a qualidade do instrumento antes da sua aplicação definitiva.

#### **4.3 Estrutura do inquérito por questionário**

A versão final do inquérito ficou organizada em seis partes, com um total de 64 perguntas. As duas primeiras partes incluem questões destinadas à caracterização do respondente (Apêndice I) e da empresa (Apêndice II). Estas secções são maioritariamente constituídas por questões fechadas, embora incluam quadro questões abertas, nas quais é solicitado ao inquirido, por exemplo, que indique a sua idade em formato numérico ou que forneça uma resposta alternativa quando a opção pretendida não está disponível.

As restantes quatro partes integram itens que permitem avaliar as variáveis do modelo (PIC, PIM, PIN, NEG, NES, QIS, DEF, DENF). Todas as variáveis foram medidas recorrendo a escalas validadas ou adaptadas de estudos anteriores, seguindo uma escala de *Likert* de 5 pontos, em que 1 corresponde a “discordo totalmente” e 5 corresponde a “concordo totalmente”. Adicionalmente, foi incluída uma sexta opção “não sei/não se

aplica” para contemplar situações em que os inquiridos não dispõem de informação suficiente ou consideram a questão irrelevante para o seu contexto.

Os itens utilizados para medir a pressão institucional foram adaptados do estudo de Kauppi e Luzzini (2022) conforme detalhado na Tabela 4. As pressões institucionais podem assumir três naturezas: coerciva (PIC1 – PIC7), mimética (PIM1 – PIM4) e normativa (PIN1 – PIN6).

*Tabela 4 – Itens relativos à PIC, PIM e PIN*

<b>Cod.</b>	<b>Item</b>	<b>Autores</b>
PIC1	Os principais fornecedores exigem determinadas práticas de RSE.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIC2	Os principais clientes solicitam frequentemente a adoção de certas práticas ou iniciativas de RSE.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIC3	Os principais clientes ameaçam cancelar contratos caso a empresa não cumpra com as suas exigências relacionadas com práticas ou iniciativas de RSE.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIC4	Existem várias regulamentações e restrições impostas ao setor da empresa que promovem práticas de RSE.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIC5	A regulamentação governamental influencia as decisões internas em matéria de RSE.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIC6	Existem frequentemente inspeções ou auditorias governamentais às práticas de RSE para garantir o cumprimento das leis e regulamentos.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIC7	A empresa-mãe estabelece diretrizes rigorosas sobre as práticas de RSE as quais devem ser seguidas.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIM1	A empresa adotou práticas de RSE para acompanhar os seus concorrentes e outras empresas do setor.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIM2	A empresa valoriza as práticas e ferramentas de RSE que parecem beneficiar os concorrentes e outras empresas do setor.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIM3	A empresa tem necessidade de acompanhar as práticas de RSE de concorrentes que tenham os mesmos grandes clientes.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIM4	A empresa faz benchmarking das práticas de RSE dos principais concorrentes e empresas do setor.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIN1	Os recursos humanos trazem para a empresa práticas de RSE que aprenderam durante a sua formação académica.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIN2	Os recursos humanos são influenciados pelas práticas de RSE promovidas pelas suas associações profissionais.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIN3	Os colaboradores de cada departamento são estimulados a adotar práticas de RSE semelhantes.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIN4	A empresa acompanha a investigação académica sobre RSE para identificar práticas a implementar.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIN5	A decisão de implementar práticas de RSE é influenciada pelo que é observado em feiras e exposições de fornecedores.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)
PIN6	No setor de atividade, certas práticas de RSE estão a tornar-se um requisito/exigência.	Adaptado de Kauppi e Luzzini (2022)

A DRS e a GRS foram medidas com base em um item cada, apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Itens relativos à DRS

<b>Cod.</b>	<b>Item</b>	<b>Autores</b>
DRS1	A empresa divulga informação sobre a sustentabilidade empresarial?	Elaboração própria
GRS1	O relato de sustentabilidade está sujeito à auditoria externa?	Elaboração própria

A mensuração da variável QIS foi operacionalizada com base na escala de Monteiro et al. (2022), sendo os respectivos itens apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Itens relativos à QIS

<b>Cod.</b>	<b>Item</b>	<b>Autores</b>
A informação não financeira...		
QIS1	é relevante para a tomada de decisões.	Monteiro et al. (2022)
QIS2	é rigorosamente preparada para garantir a sua qualidade.	Monteiro et al. (2022)
QIS3	é facilmente compreendida pelo seu usuário.	Monteiro et al. (2022)
QIS4	inclui todas as informações necessárias para tomar decisões.	Monteiro et al. (2022)
QIS5	está isenta de juízos de valor	Monteiro et al. (2022)
QIS6	é comparável no tempo	Monteiro et al. (2022)
QIS7	é de qualidade	Monteiro et al. (2022)

No que concerne ao NEGТ, esta variável foi medida através da escala adaptada de Del Gaudio et al. (2024), cujos itens de medida encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7 – Itens relativos ao NEGТ

<b>Cod.</b>	<b>Item</b>	<b>Autores</b>
A gestão de topo...		
NEGТ1	define claramente a política da empresa em matéria de RSE.	Adaptado de Del Gaudio et al. (2024)
NEGТ2	disponibiliza um fundo específico para investimento em práticas de RSE.	Adaptado de Del Gaudio et al. (2024)
NEGТ3	demonstra disponibilidade para a investir os recursos necessários (dinheiro, tempo, pessoal) para implementar práticas de RSE.	Adaptado de Del Gaudio et al. (2024)
NEGТ4	tem uma atitude positiva em relação à RSE.	Adaptado de Del Gaudio et al. (2024)
NEGТ5	apoiar proactivamente a implementação de práticas de RSE.	Adaptado de Del Gaudio et al. (2024)

Já a variável NES foi avaliada com recurso à escala de medida de Alshukri et al. (2024), sendo os itens utilizados expostos na Tabela 8.

Tabela 8 – Itens relativos ao NES

Cod.	Item	Autores
A empresa...		
NES1	possui um site para comunicar com os <i>stakeholders</i> .	Alshukri et al. (2024)
NES2	realiza regularmente, como estratégia de comunicação, conferências e palestras com os <i>stakeholders</i> .	Alshukri et al. (2024)
NES3	adota a prática de educação empresarial como estratégia de comunicação com os <i>stakeholders</i> .	Alshukri et al. (2024)
NES4	divulga os seus relatórios de desempenho (exemplo, relatórios operacionais, financeiros, sociais e ambientais, entre outros) junto dos <i>stakeholders</i> .	Alshukri et al. (2024)
NES5	recorre à cooptação de <i>stakeholders</i> através de iniciativas como fóruns de consulta, aliança estratégica e parcerias entre outras.	Alshukri et al. (2024)
NES6	utiliza estratégias de proteção dos interesses dos seus <i>stakeholders</i> , nomeadamente, através da criação de canais de informação multidirecionais.	Alshukri et al. (2024)
NES7	adota a aprendizagem organizacional para envolver os <i>stakeholders</i> .	Alshukri et al. (2024)
NES8	procura, sempre que possível, resolver problemas em conjunto com os seus <i>stakeholders</i> .	Alshukri et al. (2024)

Por último, o desempenho empresarial está subdividido em duas dimensões: financeiro (DEF1 – DEF5) e não financeiro (DENF1 – DENF7). A avaliação da variável DEF baseou-se na escala proposta por Huo (2012), enquanto a dimensão DENF foi medida com recurso à escala de Monteiro et al. (2022) (Tabela 9).

Tabela 9 – Itens relativos ao DEF e DENF

Cod.	Item	Autores
DEF1	As vendas aumentaram.	Huo (2012)
DEF2	O lucro aumentou.	Huo (2012)
DEF3	A quota de mercado aumentou.	Huo (2012)
DEF4	A rentabilidade do capital próprio aumentou (EBIT/ Capital Próprio).	Huo (2012)
DEF5	A rentabilidade das vendas aumentou (EBIT/Vendas).	Huo (2012)

(Continuação)

Cod.	Item	Autores
A empresa...		
DENF1	melhorou o serviço que presta ao cliente.	(Monteiro et al., 2022)
DENF2	melhorou as condições de trabalho, independentemente do cargo do colaborador.	(Monteiro et al., 2022)
DENF3	melhorou o seu desempenho no âmbito da RSE.	(Monteiro et al., 2022)
DENF4	obteve melhorias ao nível da satisfação dos clientes.	(Monteiro et al., 2022)
DENF5	aumentou as taxas de retenção dos colaboradores.	(Monteiro et al., 2022)
DENF6	aumentou a taxa de retenção dos seus clientes.	(Monteiro et al., 2022)
DENF7	O desempenho (não financeiro) da empresa foi bem-sucedido.	(Monteiro et al., 2022)

#### 4.4 Processo de recolha de dados da amostra

A recolha de dados iniciou-se com a seleção da amostra na base de dados SABI, onde foram aplicados 4 filtros: (1) país/região: Portugal; (2) empresas ativas; (3) todas as empresas com endereço e-mail (Portugal); (4) último número de funcionários: mínimo 50. Desta pesquisa, resultou uma lista de 8.282 empresas portuguesas. Apesar do número elevado, optou-se por enviar o inquérito a todas, devido à potencial dificuldade em obter respostas, uma vez que este questionário é aplicado a auditores, contabilistas, diretor financeiro ou administrador/gerente, profissionais que demonstram alguma indisponibilidade para responder a inquéritos.

O inquérito foi enviado através de um link por email (Apêndice III) às 8.282 empresas e dirigido aos auditores, contabilistas, diretor financeiro ou administrador/gerente. O envio dos emails começou no dia 25 de junho de 2025 e devido ao número reduzido de respostas, procedeu-se ao reforço do pedido de respostas, tendo-se reenviado novamente o *e-mail* (Apêndice IV) a todas as empresas. Assim, entre 25 de junho e 29 de setembro de 2025 obtiveram-se 1077 respostas das quais apenas 431 eram observações completas.

Tendo em consideração o elevado número de empresas existentes em Portugal, torna-se impraticável recolher uma amostra verdadeiramente representativa da população. Por esse motivo, optou-se pela utilização de uma amostra de conveniência em vez de uma amostra probabilística. Esta abordagem é comum em estudos científicos cuja população alvo é bastante numerosa (Cepêda & Monteiro, 2020; Monteiro et al., 2022).

## **4.5 Procedimentos estatísticos na análise de dados**

Concluída a etapa de recolha dos dados, passou-se à análise dos dados, desenvolvida em três fases: (1) análise preliminar dos dados, (2) avaliação do modelo de medida e (3) avaliação do modelo estrutural.

### **4.5.1 Análise preliminar dos dados**

A análise dos dados começa com uma análise preliminar dos dados recolhidos através da plataforma *LimeSurvey*. Para isso, os dados foram exportados para o formato Excel, onde se procedeu à codificação dos itens (conforme apresentado nas tabelas anteriores) para facilitar o tratamento e interpretação dados e ser possível a sua importação para o *software* estatístico SPSS, versão 26.

Neste programa serão realizados todos os procedimentos de “limpeza” dos dados na qual inclui quatro etapas: (1) tratamentos dos dados em falta, (2) análise dos dados extremos (*outliers*), (3) análise da tendência central e da normalidade e (4) análise da dimensão da amostra. Posteriormente, quando os dados estiverem devidamente preparados, procede-se à caracterização e análise da amostra.

### **4.5.2 Avaliação do modelo de medida**

Esta etapa permite verificar se cada grupo de itens medem de forma adequada as variáveis de forma a serem posteriormente inseridas no modelo. Para isso, este estudo, recorreu ao Modelo de Equações Estruturais (MEE), que inclui o modelo de medida e o modelo estrutural.

A análise do modelo de medida, de acordo com (Marôco, 2010), começa com a realização da Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Esta análise é utilizada em estudos que há uma previsão da correlação das várias e apenas é preciso validar a estrutura fatorial. De acordo com (Mueller & Hancock, 2001), esta análise inclui:

- Formulação do modelo conceptual;
- Estimação dos parâmetros;
- Avaliação do ajustamento; e
- Apresentação das possíveis modificações do modelo.

Relativamente à estimação dos parâmetros, o método da máxima verossimilhança é considerado o método padrão para o *software* estatístico, AMOS (Ainur et al., 2017; Alhija, 2010; Byrne, 2001).

Quanto à avaliação da qualidade do ajustamento, é necessário recorrer a medidas absolutas, incrementais e parcimoniosas apresentadas na Tabela 10 (Rohani et al., 2009).

Tabela 10 – Medidas de ajustamento do MEE e valores de referência

Medidas	Descrição	Valor de referência	Autores
<b>Medidas absolutas</b> (determinam o quão bem o modelo se ajusta aos dados da amostra)			
X <sup>2</sup> /g.l.	<i>Normed Chisquare</i> Valor de qui-quadrado obtido em relação ao número de graus de liberdade.	Aproximadamente 1: ajustamento muito bom; 2 - 3: bom ajustamento; Até 5: ajustamento aceitável.	Hair et al. (1998)
RMSEA	<i>Root Mean Square Error of Approximation</i> Mede a discrepância entre o modelo teórico e o modelo observado por graus de liberdade.	< 0,05: bom ajustamento; 0,05 - 0,08: ajustamento razoável; 0,08 - 0,09: ajustamento aceitável.	Hair et al. (1998)
GFI	<i>Goodness-of-Fit Index</i> Mede o grau de ajustamento global comparando os resíduos quadrados dos valores previstos com os dados da amostra.	=0: ajustamento pobre; 0,80 - 0,90: ajustamento aceitável; 0,90 - 0,95: bom ajustamento. = 1: ajustamento perfeito.	Hair et al. (1998)
<b>Medidas incrementais</b> (compara o modelo teórico com um modelo de referência)			
AGFI	<i>Adjusted Goodness-of-Fit Index</i> Similar à medida GFI, tem em consideração os graus de liberdade.	0,80 é valor mínimo para ser aceitável; 0,80 - 0,90: ajustamento aceitável; > 0,90: bom ajustamento.	Hair et al. (1998)
NFI	<i>Normed Fit Index</i> Compara o modelo proposto e o modelo nulo.	0,83 é valor mínimo para ser aceitável; 0,83 - 0,90: ajustamento aceitável; > 0,90; bom ajustamento.	Hair et al. (1998)
CFI	<i>Comparative Fit Index</i> É idêntico ao índice NFI, foi criado para corrigir as limitações do NFI, acrescentando a dimensão da amostra.	< 0,80: ajustamento fraco; 0,80 - 0,90: ajustamento aceitável; 0,90 – 0,99: bom ajustamento; = 1: ajustamento perfeito.	Hair et al. (1998)
<b>Medidas parcimoniosas</b> (ajusta o número de parâmetros do modelo estimado)			
PNFI	<i>Parsimonious Normed Fit Index</i> Adapta o NFI com base nos níveis de liberdade.	< 0,60: mau ajustamento; 0,60 - 0,80: ajustamento razoável; > 0,8: muito bom ajustamento.	Marôco (2010)
PGFI	<i>Parsimonious Goodness-OFFit Index</i> Adapta o GFI com base nos níveis de liberdade.	< 0,60: mau ajustamento; 0,60 - 0,80: ajustamento razoável; > 0,8: bom ajustamento.	Marôco (2010)

Fonte: Vale (2020)

Marôco (2010), acrescenta que para além da avaliação do ajustamento do modelo, é essencial avaliar a unidimensionalidade, fiabilidade e a validade dos construtos. A unidimensionalidade avalia a validade dos construtos (Anderson & Gerbing, 1988), ou seja, garante que os itens representam exclusivamente o construto que se pretende medir.

A sua avaliação pode ser realizada através da AFC, que permite verificar se as cargas fatoriais dos indicadores são adequadas ou se é necessário remover itens com cargas fatoriais reduzidas ou adicionar covariâncias entre erros, de forma a garantir que o construto é medido de forma mais consistente. Para a avaliação da fiabilidade e a validade dos construtos foram utilizadas as medidas apresentadas na Tabela 11.

Tabela 11 – Medidas para a fiabilidade e validade e valores de referência

Medidas	Descrição	Valor de referência	Autores
CR	<i>Composite Reliability</i> Mede a fiabilidade: grau de consistência de cada construto	CR > 0,70	Marôco (2010)
Coefficiente estandardizado	Mede a validade convergente. Há validade convergente quando o comportamento dos itens é explicado pelo fator em estudo.	Coefficiente estandardizado > 0,50	Steenkamp e van Trijp (1991)
MVE	Média da Variância Extraída Mede a validade discriminante, ou seja, se os fatores não estão correlacionados entre si.	MVE > 0,50	Fornell e Larcker (1981)

Fonte: Elaboração própria

Uma vez concluída a verificação do ajustamento do modelo de medida, estão reunidas as condições necessárias para avançar para avaliação do modelo estrutural.

#### 4.5.3 Avaliação do modelo estrutural

A avaliação do modelo estrutural permite avaliar a relação entre as variáveis do modelo teórico de forma simultânea e global. Numa primeira fase, foram testadas as hipóteses de relação direta, no caso de alguma das hipóteses não ser suportada ( $p\text{-value} > 0,05$ ), o modelo terá de ser revisto. Posteriormente, foram analisados os efeitos diretos e indiretos entre variáveis. O efeito direto corresponde ao impacto que uma variável exerce sobre outra, enquanto o efeito indireto representa a influencia que uma variável exerce sobre outra, por meio de influência de pelo menos uma outra variável. O efeito total resulta de ambos os efeitos (Little et al., 2007).

## **CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

---

Concluída a apresentação da metodologia de investigação, este capítulo é dedicado à análise dos dados e à discussão dos resultados obtidos. A análise decorre em três etapas: (1) análise preliminar dos dados e caracterização da amostra, (2) avaliação do modelo de medida e (3) avaliação do modelo estrutural.

## **5.1 Análise preliminar dos dados**

Após a recolha dos dados, estes foram preparados de forma a reunirem os requisitos necessários para poderem ser sujeitos às análises dos modelos de medida e estrutural.

### **5.1.1 Dados em falta**

Os dados em falta (*missing values*) existem quando os inquiridos não respondem a todas as perguntas do questionário (Grung & Manne, 1998). Uma vez que o MEE não permite a existência de dados em falta, é necessário resolver este problema. Segundo as recomendações de Hair et al. (1998), todas as observações com mais de 30% de dados em falta devem ser excluídas da amostra. Neste estudo, foram retiradas 41 observações e, após este procedimento, a amostra ficou constituída por 390 observações. De seguida, para as restantes observações com dados em falta, procedeu-se à substituição desses dados pela média de cada variável (Apêndice V), seguindo as sugestões de Hair et al. (1998) e Howell (2019). Segundo os autores, este procedimento não terá impacto nos resultados.

### **5.1.2 Análise da tendência central e da normalidade**

A análise da tendência central e da normalidade foi efetuada no *software* SPSS com recurso a testes de ajustamento à distribuição normal de Kolmogorov-Smirnov (utilizado para amostras com mais de 50 observações) e de Shapiro-Wilk (recomendado para amostras de menor dimensão, embora também possa ser utilizado em amostras de dimensão superior). Estes testes, são recomendados por (Hanusz & Tarasińska, 2015).

Os resultados dos testes indicam que os dados não se encontram dentro do parâmetro de normalidade, dado que  $p\text{-value} < 0,05$  (Apêndice VI). Contudo, segundo Marôco (2010), apenas se considera uma violação extrema da normalidade se a assimetria for superior a 2-3 e a curtose superior a 7-10, casos em que a qualidade dos índices de ajustamento e das estimativas dos parâmetros é questionável, o que não se verifica neste estudo.

### 5.1.3 Valores extremos

A detecção de *outliers* consiste na identificação de observações que apresentam valores fora do padrão global da restante amostra (Templ et al., 2020). Para identificar a existência de *outliers* na amostra, foi efetuada uma análise *boxplot*, no *software* SPSS, a qual permitiu identificar a existência de *outliers* nas variáveis apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 – Variáveis com outliers

Variáveis	Presença de outliers						
PIC	PIC2	PIC4	PIC5	PIC7			
PIM	PIM1	PIM2	PIM3	PIM4			
PIN	PIN1	PIN2	PIN3	PIN5	PIN6		
QRS	QRS1	QRS2	QRS3	QRS4	QRS5	QRS6	QRS7
NEGT	NEGT1	NEGT3	NEGT4	NEGT5			
NES	NES1	NES3	NES4	NES6	NES7	NES7	
DENF	DENF1	DENF2	DENF3	DENF4	DENF5	DENF6	DENF7
DEF	DEF1	DEF2	DEF3	DEF4	DEF5		

Após uma análise cuidada aos *outliers*, optou-se por reter as variáveis com *outliers* uma vez que são representativas da população, isto é, na escala de 5 pontos de *Likert*, os *outliers* encontram-se entre 1 e 5 (Hair et al., 1998).

### 5.1.4 Dimensão da amostra

Segundo Pilati e Laros (2007), o método da máxima verossimilhança e dos quadrados mínimos ponderados funciona bem para amostras com um número de observações entre 200 e 500. A utilização de variáveis ordinais, como a escala de 5 pontos de *Likert*, por si só, resultará em distribuições anormais. No entanto, se os dados observados tiverem pelo menos cinco categorias e forem aproximadamente normais, poderá ser aplicada a técnica de estimativa da máxima verossimilhança, uma vez que não haverá um nível severo de viés nos índices de ajustamento, nas estimativas e nos erros-padrão dos parâmetros (Hancock & Mueller, 2013). Gao et al. (2008) acrescentam que é comum recorrer ao método da máxima verossimilhança para estimar os parâmetros e avaliar o modelo, mesmo em casos de algum grau de não normalidade multivariada.

Uma vez que o estudo em questão tem uma amostra de 390 observações, utiliza a escala de 5 pontos de *Likert* e não se verifica uma violação extrema da normalidade dos dados, será utilizado o método da máxima verossimilhança para calcular a estimativa dos parâmetros e do modelo de medida e estrutural (Marôco, 2010; Pilati & Laros, 2007).

## 5.1.5 Caracterização da amostra

Após o tratamento dos dados do SPSS, neste ponto, apresenta-se o perfil dos inquiridos, bem como o das empresas que estes representam.

### 5.1.5.1 Caracterização dos respondentes

Os inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (56%) e têm idade igual ou superior a 46 anos (67%) (Figura 3 e 4). No que diz respeito às habilitações académicas, 94% possuem, pelo menos, o grau académico correspondente à licenciatura (Figura 5).

Figura 3 – Género dos inquiridos

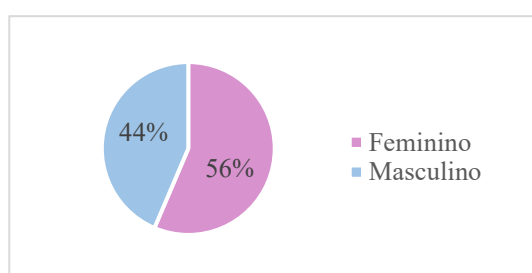


Figura 4 – Idade dos inquiridos

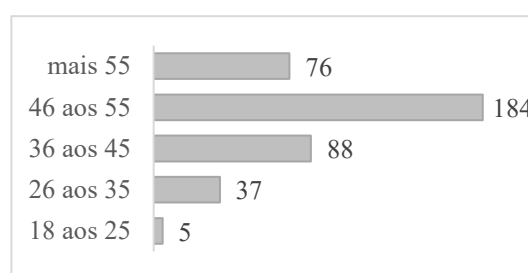
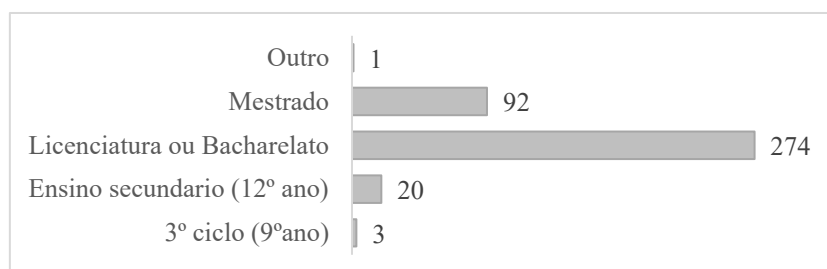


Figura 5 – Nível de escolaridade dos inquiridos



Relativamente à situação profissional, 201 (52%) são contabilistas, 115 (29%) gestores, diretores ou administradores, 29 (7%) auditores e 45 (12%) exercem outras funções na empresa (Figura 6). Quanto à experiência profissional, 234 (60%) têm mais de vinte anos de experiência, enquanto apenas 16 (4%) demonstram ter menos de cinco anos de experiência (Figura 7).

Figura 6 – Função dos inquiridos na empresa

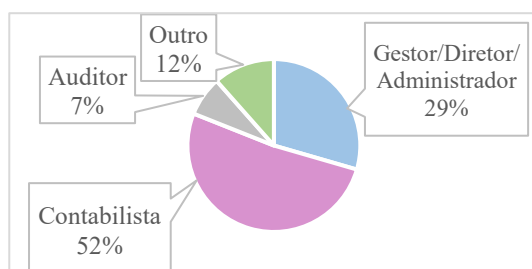
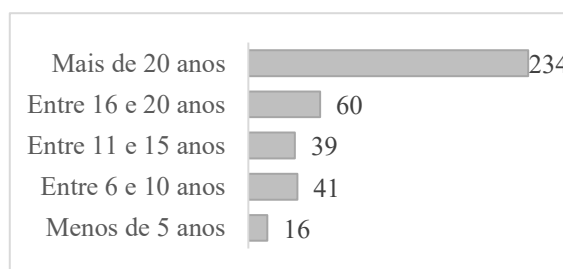


Figura 7 – Experiência profissional dos inquiridos



### 5.1.5.2 Caracterização da empresa

No que respeita à dimensão das empresas que os inquiridos representam, 246 (63%) empresas são consideradas médias empresas, 90 (23%) grandes empresas e 54 (14%) pequenas empresas (Figura 8). Quanto à perceção dos inquiridos, 135 (37%) concordam e 126 (32%) concordam totalmente que as empresas onde trabalham pertencem a indústrias altamente sensíveis (Figura 9). Além disso, 24 (6,2%) inquiridos não sabem ou consideram que a questão não se aplica à sua empresa.

Figura 8 – Dimensão da empresa

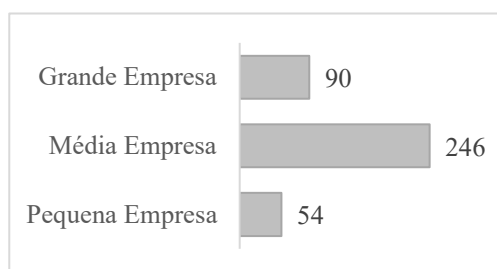
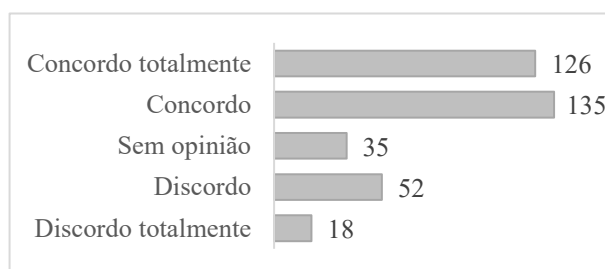


Figura 9 – Indústria altamente sensível



No que se refere à auditoria, 334 (86%) das empresas estão sujeitas a auditoria externa, enquanto 56 (14%) não são empresas auditadas (Figura 10). Entre as empresas auditadas, 242 (62%) recorrem a firmas que não pertencem às *Big Four* e apenas 92 (24%) são auditadas pelas *Big Four* (Figura 11).

Figura 10 – Empresas auditadas

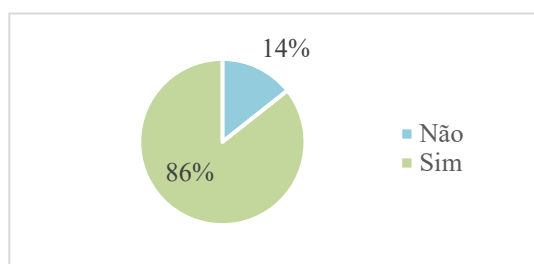
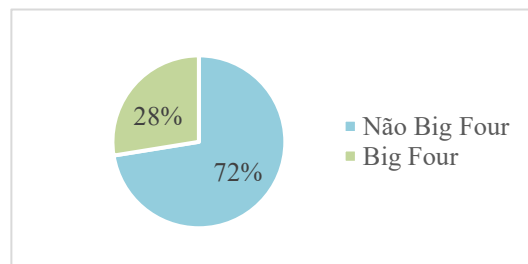
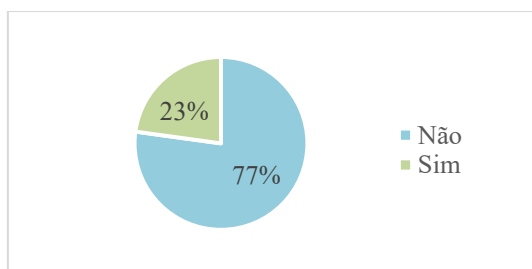


Figura 11 – Auditorias realizadas por Big Four



No que toca à RSE, a maioria das empresas (77%) não tem um comité dedicado à RSE, enquanto 23% das empresas dispõem desse órgão (Figura 12).

Figura 12 – Empresas com comité dedicado à RSE



Relativamente à DRS empresarial, 297 (76%) empresas não estão obrigadas a divulgar relatórios de sustentabilidade, enquanto 93 (24%) são obrigadas a fazê-lo (Figura 14). No entanto, na prática 181 (46%) empresas optam por divulgá-los (Figura 13) o que significa que, 88 empresas divulgam os relatórios voluntariamente. As empresas utilizam vários meios para divulgar os seus relatórios de sustentabilidade (Figura 15). Para além dos meios apresentados na Figura 15, 1 empresa envia por e-mail, 2 nas redes sociais, 1 no relatório interno e 1 na formação profissional aos trabalhadores,

Figura 13 – Divulgação de informação sobre sustentabilidade

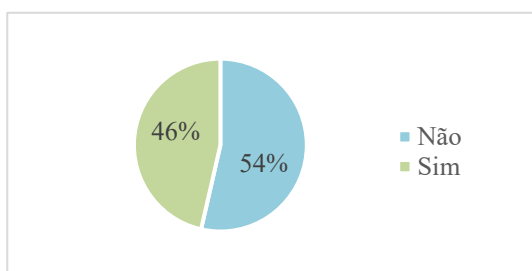


Figura 14 – A divulgação do relato de sustentabilidade obrigatória

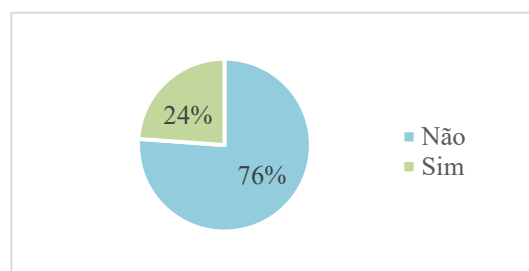
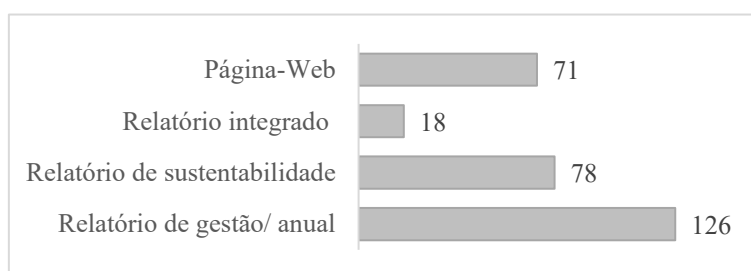


Figura 15 – Meios de comunicação do relato de sustentabilidade



Relativamente à auditoria externa dos relatórios de sustentabilidade, das 181 empresas que os divulgam, 102 (56%) dos relatórios não são auditados externamente, sendo apenas 79 (20%) sujeitos a este tipo de auditoria (Figura 16). Tendo em conta a nova legislação da UE, 333 (85%) empresas não estão abrangidas pela Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD) e apenas 57 (15%) estão abrangidas (Figura 17).

Figura 16 – Relatos de sustentabilidade sujeitos à auditoria externa

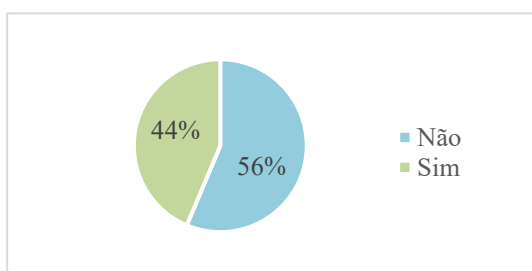
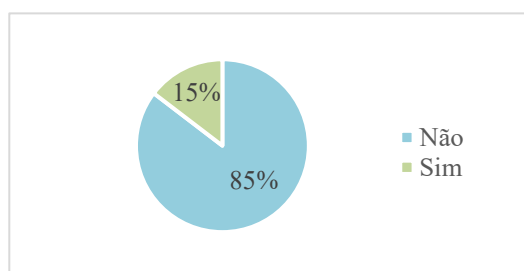


Figura 17 – Empresas abrangidas pela Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD)



Concluída a análise descritiva dos dados, que permitiu caracterizar a amostra, avança-se para a análise do modelo de medida.

## 5.2 Avaliação do modelo de medida

A avaliação do modelo de medida, resulta de uma análise individual de cada construto. Para esse efeito, foi utilizado o *software* AMOS, que avaliou a unidimensionalidade das medidas, a fiabilidade e a validade (convergente e discriminante).

A Tabela 13 apresenta os resultados da estimação do ajustamento do modelo de medida inicial para as dimensões PIC, PIM, PIN, QIS, NEG, NES, DENF e DEF. As dimensões DRS e GRS não estão apresentadas na tabela, uma vez que são representadas por um único item, ou seja, são variáveis diretamente observáveis. Quaisquer arredondamentos, são executados automaticamente pelo *software* estatístico AMOS.

Tabela 13 – Medidas de ajustamento de cada construto antes do ajustamento

	Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniosas	
	X2/gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
<b>PIC</b>	16,141	0,197	0,848	0,696	0,837	0,845	0,558	0,424
<b>PIM</b>	5,91	0,112	0,985	0,923	0,987	0,989	0,329	0,197
<b>PIN</b>	8,322	0,137	0,94	0,86	0,942	0,948	0,565	0,403
<b>QRS</b>	5,709	0,11	0,943	0,886	0,964	0,97	0,643	0,472
<b>NEG</b>	25,595	0,251	0,879	0,638	0,93	0,932	0,465	0,293
<b>NES</b>	9,747	0,15	0,882	0,787	0,917	0,925	0,655	0,49
<b>DEF</b>	12,843	0,174	0,935	0,805	0,957	0,96	0,479	0,312
<b>DENF</b>	6,831	0,122	0,927	0,854	0,94	0,948	0,626	0,463

Os resultados da estimação do modelo de medida inicial mostram um ajustamento inaceitável ( $RMSEA > 0,08$ ), pelo que foi necessário eliminar alguns itens dos construtos, de fim de melhorar o ajustamento do modelo de medida. A Tabela 14 apresenta os itens retidos, bem como os que foram eliminados.

Tabela 14 – Itens retidos e eliminados com base na análise fatorial confirmatória

	Itens eliminados			Itens retidos				
	PIC5	PIN6	PIC7	PIC1	PIC2	PIC3	PIC4	
PIC								
PIM				PIM1	PIM2	PIM3	PIM4	
PIN	PIN2	PIN4		PIN1	PIN3	PIN5	PIN6	
QRS	QRS2	QRS4		QRS1	QRS3	QRS5	QRS6	QRS7
NEG	NEG2			NEG1	NEG3	NEG4	NEG5	
NES	NES1	NES2	NES8	NES3	NES4	NES5	NES6	NES7
DEF	DEF1			DEF2	DEF3	DEF4	DEF5	
DENF	DENF5	DENF6		DENF1	DENF2	DENF3	DENF4	DENF7

Relativamente à dimensão PIM, a análise dos índices de modificação mostrou que a correlação entre os erros dos itens PIM3 e PIM4 diminuiria significativamente o valor do *Chi-square* (que passaria de 11,820 para 0,438) e, conseqüentemente, diminuiria o valor do RMSEA. Uma vez que o conteúdo dos itens PIM3 (“A empresa tem necessidade de acompanhar as práticas de RSE de concorrentes que tenham os mesmos grandes clientes”) e do item PIM4 (“A empresa faz benchmarking das práticas de RSE dos principais concorrentes e empresas do setor”), estão associados ao mesmo fator, os resíduos dos itens foram correlacionados de forma a melhorar o ajustamento do modelo. Tal como realizado em outros estudos (Penha et al., 2016; Tian et al., 2018).

Após a eliminação dos itens e a introdução da covariância entre os erros dos itens PIM3 e PIM4, foi efetuada uma nova avaliação dos modelos de medida, tendo-se verificado uma melhoria substancial de todos os índices, e todos estão dentro dos valores de referência (Hair et al., 1998; Marôco, 2010). Os ajustamentos dos modelos de medida resultaram em: ajustamentos aceitáveis (NEGT), ajustamento razoável (PIC, PIN, NES, DEF, DENF) e bom ajustamento (PIM, QRS) (Tabela 15).

Tabela 15 – Medidas de ajustamento de cada construto após ajustamentos

	Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniosas	
	X2/gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
<b>PIC</b>	3,461	0,08	0,992	0,958	0,99	0,992	0,33	0,198
<b>PIM</b>	0,438	0	0,999	0,994	1	1	0,167	0,100
<b>PIN</b>	2,822	0,068	0,993	0,965	0,989	0,993	0,33	0,199
<b>QRS</b>	1,154	0,020	0,994	0,982	0,995	0,999	0,498	0,331
<b>NEGT</b>	3,716	0,084	0,995	0,953	0,998	0,998	0,166	0,100
<b>NES</b>	2,603	0,064	0,987	0,96	0,991	0,994	0,495	0,329
<b>DEF</b>	2,85	0,069	0,993	0,963	0,995	0,997	0,332	0,199
<b>DENF</b>	2,055	0,052	0,990	0,970	0,991	0,995	0,495	0,330

Posteriormente, foi avaliada a unidimensionalidade das medidas, a validade (convergente e discriminante) e a fiabilidade dos construtos, considerando apenas os itens retidos, de forma a verificar a adequabilidade das escalas de medida (Marôco, 2010).

A Tabela 16, mostra que os valores dos coeficientes estandardizados de cada item são superiores a 0,50, o que confere validade convergente às medidas (Steenkamp & van Trijp, 1991). As CR medem a fiabilidade e, uma vez que os valores são superiores a 0,70 em cada um dos construtos, está comprovada a fiabilidade dos modelos (Marôco, 2010).

Por fim, o modelo também tem validade discriminante, uma vez que a MVE de cada construto é superior a 0,50 (Fornell & Larcker, 1981). Os cálculos da CR e da MVE estão apresentados no Apêndice IIX.

Tabela 16 – Análise fatorial confirmatória de cada construto

<b>Construto</b>	<b>c.e.</b>
<b>Pressões institucionais coercivas (CR= 0,906; MVE= 0,589)</b>	
Os principais fornecedores exigem determinadas práticas de RSE.	0,716
Os principais clientes solicitam frequentemente a adoção de certas práticas ou iniciativas de RSE.	0,902
Os principais clientes ameaçam cancelar contratos caso a empresa não cumpra com as suas exigências relacionadas com práticas ou iniciativas de RSE.	0,789
Existem várias regulamentações e restrições impostas ao setor da empresa que promovem práticas de RSE.	0,637
<b>Pressões institucionais miméticas (CR= 0,933; MVE= 0,666)</b>	
A empresa adotou práticas de RSE para acompanhar os seus concorrentes e outras empresas do setor.	0,849
A empresa valoriza as práticas e ferramentas de RSE que parecem beneficiar os concorrentes e outras empresas do setor.	0,896
A empresa tem necessidade de acompanhar as práticas de RSE de concorrentes que tenham os mesmos grandes clientes.	0,820
A empresa faz benchmarking das práticas de RSE dos principais concorrentes e empresas do setor.	0,683
<b>Pressões institucionais normativas (CR= 0,888; MVE= 0,536)</b>	
Os recursos humanos trazem para a empresa práticas de RSE que aprenderam durante a sua formação académica.	0,726
Os colaboradores de cada departamento são estimulados a adotar práticas de RSE semelhantes.	0,778
A decisão de implementar práticas de RSE é influenciada pelo que é observado em feiras e exposições de fornecedores.	0,737
No setor de atividade, certas práticas de RSE estão a tornar-se um requisito/exigência.	0,684
<b>Qualidade da informação sustentabilidade (CR= 0,944; MVE= 0,657)</b>	
A informação não financeira é relevante para a tomada de decisões.	0,675
A informação não financeira é rigorosamente preparada para garantir a sua qualidade.	0,782
A informação não financeira está isenta de juízos de valor.	0,771
A informação não financeira é comparável no tempo.	0,877
A informação não financeira é de qualidade	0,925
<b>Nível de envolvimento da gestão de topo (CR= 0,965; MVE= 0,792)</b>	
A gestão de topo define claramente a política da empresa em matéria de RSE.	0,820
A gestão de topo demonstra disponibilidade para a investir os recursos necessários (dinheiro, tempo, pessoal) para implementar práticas de RSE.	0,819
A gestão de topo tem uma atitude positiva em relação à RSE.	0,942
A gestão de topo apoia proactivamente a implementação de práticas de RSE.	0,968
<b>Nível de envolvimento dos stakeholders (CR= 0,953; MVE= 0,692)</b>	
A empresa adota a prática de educação empresarial como estratégia de comunicação com os stakeholders.	0,809
A empresa divulga os seus relatórios de desempenho (exemplo, relatórios operacionais, financeiros, sociais e ambientais, entre outros) junto dos stakeholders.	0,716
A empresa recorre à cooptação de stakeholders através de iniciativas como fóruns de consulta, aliança estratégica e parcerias entre outras.	0,872
A empresa utiliza estratégias de proteção dos interesses dos seus stakeholders, nomeadamente, através da criação de canais de informação multidirecionais.	0,899
A empresa adota a aprendizagem organizacional para envolver os stakeholders.	0,851

(continuação)

<b>Construto</b>	<b>c.e.</b>
<b>Desempenho empresarial financeiro (CR= 0,951; MVE= 0,733)</b>	
O lucro aumentou.	0,818
A quota de mercado aumentou.	0,696
A rentabilidade do capital próprio aumentou (EBIT/ Capital Próprio).	0,946
A rentabilidade das vendas aumentou (EBIT/Vendas).	0,940
<b>Desempenho empresarial não financeiro (CR= 0,935; MVE= 0,624)</b>	
A empresa melhorou o serviço que presta ao cliente.	0,845
A empresa melhorou as condições de trabalho, independentemente do cargo do colaborador.	0,837
A empresa melhorou o seu desempenho no âmbito da RSE.	0,642
A empresa obteve melhorias ao nível da satisfação dos clientes.	0,873
O desempenho (não financeiro) da empresa foi bem-sucedido.	0,730

Legenda: c.e. = coeficiente estandardizado

### 5.3 Avaliação do modelo estrutural

Finalizada a avaliação do modelo de medida, o passo seguinte consiste em analisar o modelo estrutural e testar as hipóteses de investigação formuladas. Inicialmente, serão aplicadas técnicas que permitam melhorar o ajustamento do modelo inicial proposto e, posteriormente apresentados os resultados do modelo estrutural revisto.

#### 5.3.1 Avaliação do modelo estrutural inicial

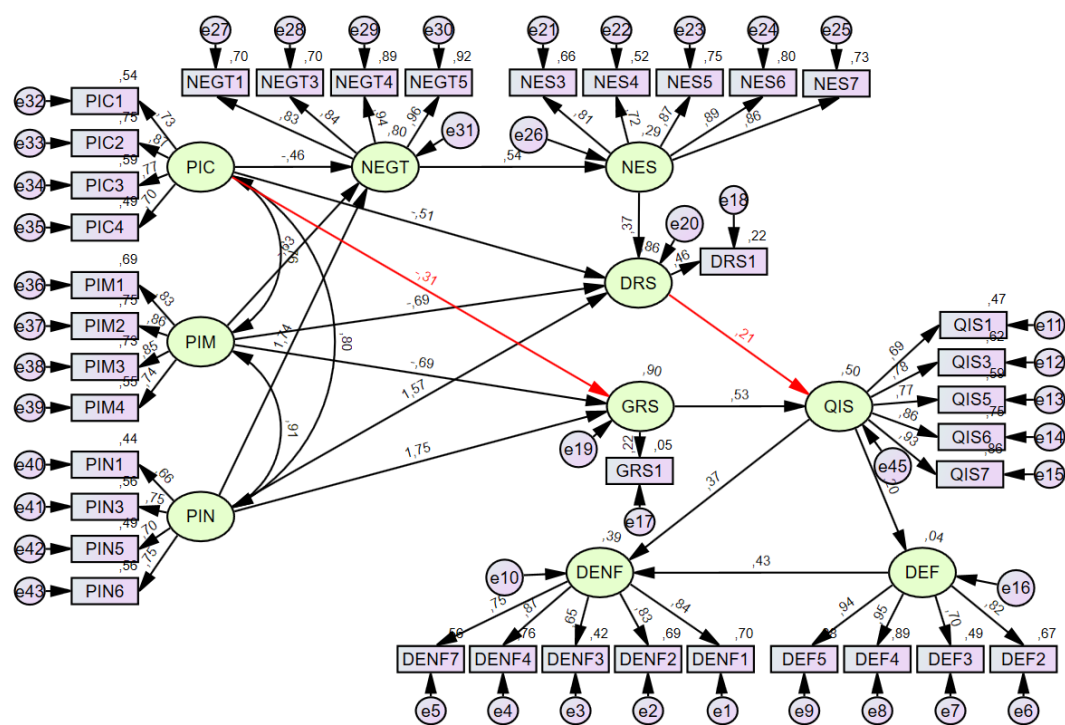
Para analisar o modelo estrutural inicial, foram utilizados os índices recomendados por diversos autores (Hair et al., 1998; Marôco, 2010). A Tabela 17 mostra que o modelo estrutural inicial apresenta um ajustamento razoável (RMSEA = 0,061) e que todas as outras medidas apresentam valores adequados face aos critérios definidos pelos autores.

Tabela 17 – Medidas de ajustamento global do modelo estrutural inicial

<b>Medidas absolutas</b>			<b>Medidas incrementais</b>			<b>Medidas parcimoniosas</b>	
<b>X2/gl</b>	<b>RMSEA</b>	<b>GFI</b>	<b>AGFI</b>	<b>NFI</b>	<b>CFI</b>	<b>PNFI</b>	<b>PGFI</b>
2,457	0,061	0,830	0,804	0,869	0,918	0,796	0,720
2 - 3	0,05 - 0,08	0,80 - 0,90	0,80 - 0,90	0,83 - 0,90	0,90 - 0,99	0,60 - 0,80	0,60 - 0,80
Bom ajustamento	Ajustamento razoável		Ajustamento aceitável		Bom ajustamento	Ajustamento razoável	

A Figura 18 apresenta os coeficientes estandardizados resultantes da avaliação do modelo estrutural inicial.

Figura 18 – Diagrama de caminhos do modelo estrutural inicial



Nota:

Todas as relações são significativas, exceto as que se encontram a vermelho; os arredondamentos foram realizados pelo *software* AMOS.

A Tabela 18 apresenta os resultados da avaliação do modelo estrutural inicial, permitindo concluir que as relações PIC-GRS e DRS-QIS não são estatisticamente significativas, uma vez que  $p\text{-value} > 0,05$ .

Tabela 18 – Resultados da avaliação do modelo estrutural inicial

Parâmetros	Coefficiente não estandardizado	Coefficiente estandardizado	$p\text{-value}$
PIC - NEG	-0,573	-0,464	***
PIM - NEG	-0,731	-0,634	0,001
PIN - NEG	1,959	1,743	***
NEG - NES	0,504	0,541	***
NES - DRS	0,110	0,372	0,005
PIN - DRS	0,483	1,566	***
PIM - DRS	-0,220	-0,694	0,044
PIC - DRS	-0,173	-0,511	0,024
PIN - GRS	0,206	1,750	***
PIM - GRS	-0,083	-0,687	0,036
PIC - GRS	-0,040	-0,312	0,158
DRS - QIS	0,528	0,211	0,187
GRS - QIS	3,449	0,527	0,013
QIS - DEF	0,283	0,200	***
QIS - DENF	0,359	0,373	***
DEF - DENF	0,296	0,435	***

Legenda: \*\*\* valor significativo para 0,1%

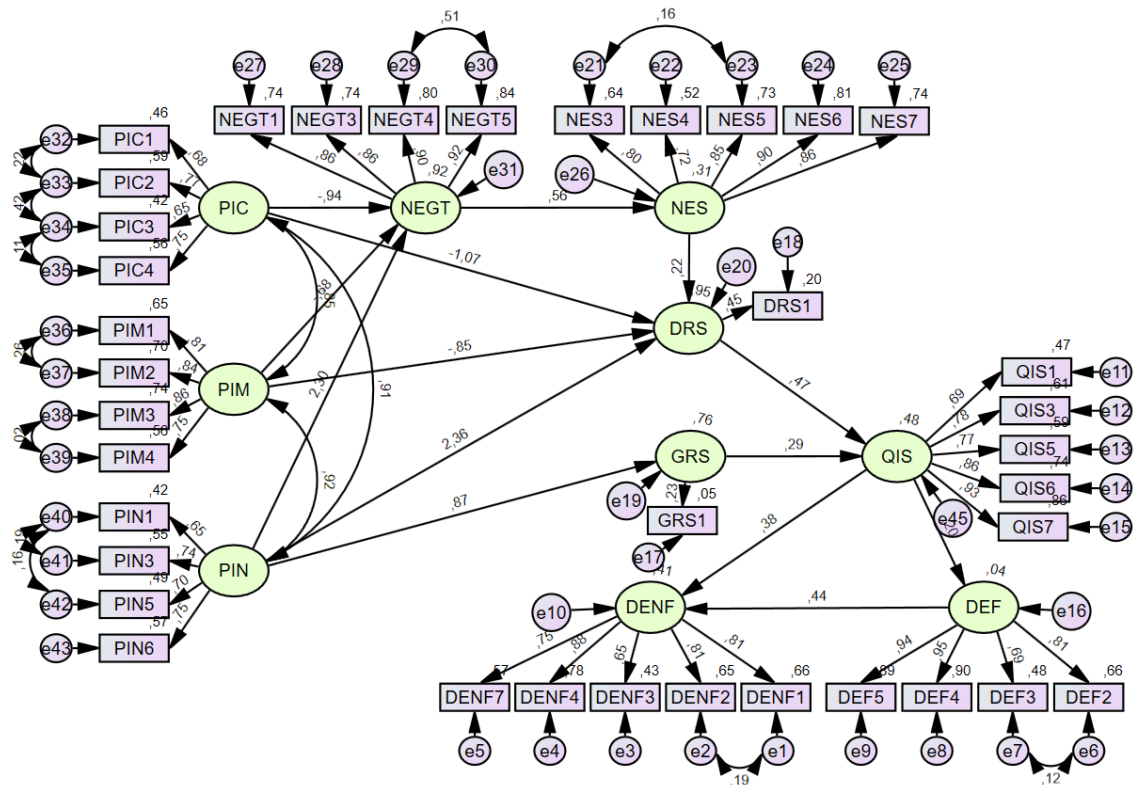
Com base nesta constatação, procedeu-se à revisão do modelo estrutural para eliminar as relações que não são estatisticamente significativas.

### 5.3.2 Avaliação do modelo estrutural revisto

O modelo inicial foi revisto e apenas foram mantidas as relações estatisticamente significativas. Além da eliminação da relação PIC-GRS, foi também necessário eliminar as relações PIM-GRS e PIC-GRS, uma vez que, após a eliminação da primeira relação (PIC-GRS), estas também deixaram de ser estatisticamente significativas. Optou-se por manter a relação DRS-QIS que, apesar de não ser significativa no modelo inicial, passou a ser depois dos procedimentos acima mencionados. Assim, no modelo final, todas as relações são estatisticamente significativas ( $p\text{-value} < 0,05$ ) (Figura 19).

O *software* AMOS permite melhorar a qualidade do ajustamento global do modelo e a resolver eventuais problemas de unidimensionalidade, através dos índices de modificação que sugerem a adição de covariâncias entre erros que (Baumgartner & Homburg, 1996; Ping, 2004). Assim, foram adicionadas as seguintes covariâncias: e1-e2; e6-e7; 21-e23; e29-e30; e32-e33; e33-e34; e34-e35; e36-e37; e38-e39; e40-e41; e40-e42 (Figura 19).

Figura 19 – Diagrama de caminho do modelo estrutural revisto



Nota: Todas as relações são significativas; os arredondamentos foram realizados pelo *software* AMOS.

Os índices de ajustamento obtidos demonstram uma melhoria geral do modelo estrutural (Tabela 19). Embora alguns índices tenham se mantido no mesmo nível de classificação, observou-se uma evolução positiva nos valores do GFI e do PGFI, que passaram de ajustamento razoável para bom ajustamento, de acordo com os critérios de Hair et al. (1998) e Marôco (2010).

Tabela 19 – Medidas de ajustamento global do modelo estrutural final

Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniosas	
X2/gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
2,265	0,057	0,930	0,82	0,881	0,930	0,795	0,839
2 - 3	0,05 - 0,08	> 0,90	0,80 – 0,90	0,83 – 0,90	0,90 – 0,99	0,60 – 0,80	> 0,80
Bom ajustamento	Ajustamento razoável	Bom ajustamento	Ajustamento aceitável		Bom ajustamento	Ajustamento razoável	Bom ajustamento

A Tabela 20 confirma que, no modelo revisto, todas as hipóteses testadas são estatisticamente significativas ( $p\text{-value} < 0,05$ ). No entanto, as hipóteses H1, H2, H6 e H7 apresentam coeficientes estandardizados com sinal negativo, o que contraria o pressuposto teórico inicial de que as PIC e PIM impulsionariam o NEGT e a DRS.

O valor dos coeficientes de determinação corresponde à variação total explicada pelas variáveis independentes (Cornell & Berger, 1987). Assim, pode-se concluir que: (1) as variáveis PIC, PIM e PIN explicam 92,3% da variância do NEGT; (2) as PIC, PIM, PIN e o NEGT explica 31,5% da variância de NES; (3) as PIC, PIM PIN, o NEGT e o NES explicam 95% da variância de DRS; (4) a PIN explicam 75,5% da variância GRS; (5) as PIC, PIM, PIN, o NEGT, o NES, a DRS e a GRS explicam 47,7% da variância da QIS; (6) as PIC, PIM, PIN, o NEGT, o NES, a DRS a GRS e a QIS explica 4% do DEF; (7) as variáveis do modelo explicam cerca de 41% da variância da variável dependente (DENF).

Tabela 20 – Resultados da avaliação do modelo estrutural revisto

Hipóteses	Parâmetros	Coefficiente não estandardizado	Coefficiente estandardizado	p-value	R <sup>2</sup>
H1	PIC - NEGT	-1,109	-0,939	0,002**	0,923
H2	PIM - NEGT	-0,798	-0,678	0,021*	
H3	PIN - NEGT	2,640	2,298	***	
H4	NEGT - NES	0,498	0,561	***	0,315
H5	NES - DRS	0,063	0,216	0,033*	0,950
H6	PIC - DRS	-0,325	-1,067	0,006**	
H7	PIM - DRS	-0,258	-0,848	0,028*	
H8	PIN - DRS	0,699	2,357	***	
H11	PIN - GRS	0,106	0,869	***	0,755

(continuação)

Hipóteses	Parâmetros	Coefficiente não estandardizado	Coefficiente estandardizado	p-value	R <sup>2</sup>
H12	DRS - QIS	1,224	0,475	***	0,477
H13	GRS - QIS	1,806	0,288	0,043*	
H14	QIS - DEF	0,281	0,200	***	0,040
H15	QIS - DENF	0,360	0,384	***	0,405
H16	DEF - DENF	0,291	0,437	***	

Legenda: R<sup>2</sup>- coeficiente de determinação; \*\*\* valor significativo para 0,1%; \*\* valor significativo para 1%; \* valor significativo para 5%.

### 5.3.3 Avaliação do efeito direto, indireto e total

A análise do modelo estrutural permite ainda identificar os efeitos diretos, indiretos e totais das relações estabelecidas. Os valores desses efeitos foram obtidos no software AMOS e estão apresentados na Tabela 21.

Tabela 21 – Avaliação do efeito direto, indireto e total

Efeito	Construto	PIN	PIM	PIC	NEGT	NES	DRS	GRS	QIS	DEF
<b>Direto</b>	NEGT	2,298	-0,678	-0,939	-	-	-	-	-	-
	NES	-	-	-	0,561	-	-	-	-	-
	DRS	2,357	-0,848	-1,067	-	0,216	-	-	-	-
	GRS	0,869	-	-	-	-	-	-	-	-
	QIS	-	-	-	-	-	0,475	0,288	-	-
	DEF	-	-	-	-	-	-	-	0,200	-
	DENF	-	-	-	-	-	-	-	0,384	0,437
<b>Indireto</b>	NEGT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	NES	1,289	-0,380	-0,526	-	-	-	-	-	-
	DRS	0,278	-0,082	-0,114	0,121	-	-	-	-	-
	GRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	QIS	1,502	-0,442	-0,561	0,058	0,103	-	-	-	-
	DEF	0,300	-0,088	-0,112	0,012	0,021	0,095	0,058	-	-
	DENF	0,707	-0,208	-0,264	0,027	0,048	0,224	0,136	0,087	-
<b>Total</b>	NEGT	2,298	-0,678	-0,939	-	-	-	-	-	-
	NES	1,289	-0,380	-0,526	0,561	-	-	-	-	-
	DRS	2,635	-0,930	-1,180	0,121	0,216	-	-	-	-
	GRS	0,869	-	-	-	-	-	-	-	-
	QIS	1,502	-0,442	-0,561	0,058	0,103	0,475	0,288	-	-
	DEF	0,300	-0,088	-0,112	0,012	0,021	0,095	0,058	0,200	-
	DENF	0,707	-0,208	-0,264	0,027	0,048	0,224	0,136	0,471	0,437

Verifica-se que a variável NEGTE é influenciada unicamente de forma direta pelas variáveis PIC, PIM, PIN. Conseqüentemente, o efeito direto coincide com o efeito total, apresentando valores de  $\beta = 2,298$ ;  $\beta = -0,678$ ;  $\beta = -0,939$  respectivamente.

O NES é influenciado diretamente apenas pelo NEGTE ( $\beta = 0,561$ ). Além disso, apresenta efeitos indiretos provenientes das variáveis PIN ( $\beta = 1,289$ ), PIM ( $\beta = -0,380$ ) e PIC ( $\beta = -0,526$ ), todos mediados pelo NEGTE. Assim, o efeito total no NES resulta da soma dos efeitos diretos e indiretos: NEGTE ( $\beta = 0,561$ ), PIN ( $\beta = 1,289$ ), PIM ( $\beta = -0,380$ ) e PIC ( $\beta = -0,526$ ).

A DRS é afetada diretamente pelas variáveis PIN ( $\beta = 2,357$ ), PIM ( $\beta = -0,848$ ), PIC ( $\beta = -1,067$ ) e pelo NES ( $\beta = 0,216$ ). Verificaram-se ainda efeitos indiretos de PIN ( $\beta = 0,278$ ), PIM ( $\beta = -0,082$ ), PIC ( $\beta = -0,114$ ) e NEGTE ( $\beta = 0,121$ ) mediados pelo NEGTE e NES. O efeito total demonstra que a PIN ( $\beta = 2,635$ ) exerce a maior influência global sobre a DRS.

A variável GRS evidencia apenas um efeito direto, correspondente ao efeito total proveniente da PIN ( $\beta = 0,869$ ).

A QIS é influenciada diretamente pela DRS ( $\beta = 0,475$ ) e pela GRS ( $\beta = 0,288$ ). Além disso apresenta efeitos indiretos provenientes das variáveis PIN ( $\beta = 1,502$ ), PIM ( $\beta = -0,442$ ), PIC ( $\beta = -0,561$ ), NEGTE ( $\beta = 0,058$ ) e NES ( $\beta = 0,103$ ). O efeito total mais relevante corresponde ao efeito indireto da PIN ( $\beta = 1,502$ ).

O DEF é influenciado diretamente pela QIS ( $\beta = 0,200$ ). Observa-se que o efeito indireto mais forte provem da PIN ( $\beta = 0,300$ ). O efeito total mostra que a QIS ( $\beta = 0,200$ ) e a PIN ( $\beta = 0,300$ ) são as variáveis com maior impacto, enquanto as restantes apresentam efeitos pouco relevantes.

Por fim, a variável DENF apresenta efeitos diretos provenientes da QIS ( $\beta = 0,384$ ) e DEF ( $\beta = 0,437$ ). Os efeitos indiretos mais relevantes são observados pela PIN ( $\beta = 0,707$ ). No efeito total, destacam-se a PIN ( $\beta = 0,707$ ), a QIS ( $\beta = 0,471$ ) e DEF ( $\beta = 0,437$ ).

#### **5.4 Discussão dos resultados**

O presente estudo analisou o impacto das PIC, PIM e PIN no NEGTE, bem como na DRS e na GRS. Adicionalmente, avaliou-se o papel do NEGTE no NES e o efeito deste na DRS. Por fim, foi ainda analisada a influencia da DRS e da GRS na QIS e, conseqüentemente, no DEF e no DENF.

Inicialmente, o modelo teórico incluía 16 hipóteses. No entanto, as hipóteses H9 e H10 foram excluídas por não serem estatisticamente significativas. Assim, o modelo final conta com um total de 14 hipóteses (H1, H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8, H11, H12, H13, H14, H15 e H16).

Os resultados revelam que as hipóteses H1 e H2 apresentam efeitos negativos e significativos ( $\beta = -0,939$ ;  $p\text{-value} < 0,01$  e  $\beta = -0,678$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ , respetivamente), o que significa que, quanto maior a PIC e PIM menor o NEGT, o que contraria o esperado com base na literatura. Uma possível explicação para o resultado obtido encontra-se suportado por Oliver (1991), que argumenta que, quando as PIC são demasiado intensas, as organizações tendem a reagir de forma defensiva, procurando preservar a legitimidade e evitar penalizações, em vez de promover um envolvimento genuíno. De forma semelhante, o estudo de Graafland e Bovenberg (2020) realizado com 2.373 PMES de 12 países europeus, evidenciou que uma regulamentação excessiva pode reduzir as motivações da gestão de topo. Relativamente à PIM, Chen et al. (2018) salientam que é essencial que a gestão reconheça os potenciais benefícios que as práticas de RSE podem trazer para o desempenho da empresa. No entanto, as PIM podem levar as empresas a adotar essas práticas, não por convicção ou análise estratégica, mas por receio de perda de reputação ou legitimidade (Christmann, 2004) ou para reduzir os custos de investigação (Shi et al., 2008). Assim, as empresas, quando expostas a esta pressão podem adotar práticas de RSE sem o verdadeiro envolvimento da gestão de topo.

Por outro lado, os resultados mostram que a PIN tem um efeito positivo e significativo sobre o NEGT ( $\beta = 2,298$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ), o que suporta a hipótese H3. Esta descoberta está em conformidade com a literatura existente, a qual demonstra que os gestores expostos a redes profissionais e associações que valorizam a RSE tendem a incorporar essas práticas nas suas decisões, uma vez que estas passam a ser percecionadas como normas de conduta legítimas e desejáveis (Oware et al., 2024).

A hipótese H4 foi confirmada, evidenciando os efeitos positivos do NEGT sobre o NES ( $\beta = 0,561$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ). Este resultado está em conformidade com a literatura existente, a qual reconhece o envolvimento dos *stakeholders* como um mecanismo de gestão estratégica e vantajoso para ambas as partes (Greenwood, 2007; Maak, 2007; Park et al., 2021).

A hipótese H5 previa que o NES teria um impacto positivo na DRS. Os resultados confirmam esta hipótese, uma vez que a relação entre ambas se revelou positiva e estatisticamente significativa ( $\beta = 0,216$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ ). Tal era expectável face à pressão externa, às expectativas crescentes e à exigência de maior transparência por parte dos *stakeholders* (Boiral, 2013; Huang & Kung, 2010; Pustikaningsih et al., 2024).

Os resultados das hipóteses H6 e H7 apresentam efeitos negativos e significativos sobre a DRS ( $\beta = -1,067$ ;  $p\text{-value} < 0,01$  e  $\beta = -0,848$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ , respetivamente), o que contraria a hipótese formulada. Estes resultados sugerem que, embora as PIC e PIM possam incentivar a adoção de práticas de RSE, não conduzem necessariamente a um aumento da DRS. Ou seja, as empresas podem implementar práticas de RSE em resposta a exigências regulatórias e pressões de imitação e sem divulgar essa informação. Tal não está em conformidade com a literatura que refere que as empresas recorrem à DRS para demonstrar conformidade com as normas e reforçar a sua legitimidade (Villiers & van Staden, 2006; Deegan, 2002).

Por outro lado, a hipótese H8, que referia que a PIN para a implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS apresentou um resultado positivo e significativo ( $\beta = 2,357$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ), confirmando a hipótese. Este resultado sugere que as empresas inseridas em ambientes que apoiam as práticas de RSE também reforçam a importância da sua divulgação. Tal está em consonância com Villiers e van Staden (2006) e Deegan (2002) que afirmam que as empresas recorrem à DRS como meio para demonstrar conformidade com as normas sociais e profissionais.

As hipóteses H9, H10 e H11, propunham que as PIC, PIM e PIN para a implementação de práticas de RSE influenciam positivamente a GRS. No presente estudo, apenas a PIN apresentou um efeito positivo e significativo sobre a GRS ( $\beta = 0,869$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ), corroborando a hipótese formulada (H11). Tal vai ao encontro da literatura que sugere a PIN como a principal impulsionadora da GRS Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2017). Por outro lado, as hipóteses H9 e H10, relacionadas com as PIC e PIM respetivamente, não se revelaram estatisticamente significativas e, por isso, foram excluídas do modelo final. Uma possível explicação é o reduzido número de empresas da amostra que submetem os relatórios de sustentabilidade a auditoria externa. A amostra é constituída maioritariamente por empresas de média dimensão (63%). A Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD) propôs um faseamento da sua implementação e, de facto, as médias empresas só estão obrigadas a emitir o primeiro relatório em 2028, relativo ao exercício de 2027. Os

resultados mostram isso mesmo: 181 empresas divulgam os relatórios de sustentabilidade, mas apenas 79 empresas da amostra decorrem à GRS externamente e, além disso, 333 (85%) não estão abrangidas pela Diretiva 2022/2464 (CSRD). Isto, mostra que a GRS ainda se encontra numa fase inicial de institucionalização, sobretudo devido à necessidade de desenvolver competências técnicas e recursos (Strakova et al., 2025).

A hipótese H12 propunha que DRS influencia positivamente a QIS. Os resultados confirmam a hipótese ( $\beta = 0,475$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ). Esta informação está alinhada com os estudos de (Carmo & Ribeiro, 2022; Chauvey et al., 2015) . Por outro lado Stocker et al. (2020), salientam que o envolvimento dos *stakeholders* pode aprimorar a qualidade e a relevância da informação divulgada nos relatórios de sustentabilidade. Os resultados estão alinhados com esta afirmação, demonstrando que a o envolvimento dos *stakeholders* tem um efeito indireto de 0,103 na QIS.

A hipótese H13 previa que a GRS influenciaria positivamente a QIS. Os resultados do modelo confirmam esta hipótese ( $\beta = 0,288$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ ). Este resultado está em conformidade com a literatura existente (Beelde & Tuybens, 2015; Hodge et al., 2009; Krasodomska et al., 2021; Pflugrath et al., 2011).

A hipótese H14 previa que a QIS teria um impacto positivo no DEF. Os resultados confirmam esta hipótese ( $\beta = 0,200$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ). Esta evidência vai de encontro à literatura desenvolvida por Cuadrado-Ballesteros et al. (2016) e F. Gao et al. (2016).

A hipótese H15 propunha que a QIS teria um impacto positivo no DENF. Os resultados confirmam esta hipótese ( $\beta = 0,384$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ). Este resultado está em conformidade com a literatura que reconhece que a QIS é um fator essencial para fortalecer a lealdade e satisfação dos clientes e dos colaboradores (Koh & Boo, 2004; Sanjaya, 2020; Zhang, 2024), bem como para reforça a reputação e legitimidade (Villiers & van Staden, 2006; Deegan, 2002; Panwar et al., 2014).

A hipótese H16 propunha que o DEF influencia positivamente o DENF. Os resultados confirmam esta hipótese ( $\beta = 0,437$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ ). Esta conclusão está em conformidade com a literatura, a qual identifica o DEF como um suporte para a implementação estratégia de RSE e potenciar o seu valor social (Alshorman et al., 2024; Heubeck & Ahrens, 2025; Mattingly & Olsen, 2018).

Concluída a discussão dos resultados, a Tabela 22 apresenta uma síntese dos resultados obtidos no teste das hipóteses apresentadas no modelo.

*Tabela 22 - Síntese das hipóteses do modelo teórico*

<b>Designação</b>	<b>Resultado</b>
H1: A PIC tem impacto positivo no NEGTE em práticas de RSE.	Não suportada
H2: A PIM tem impacto positivo no NEGTE em práticas de RSE.	Não suportada
H3: A PIN tem impacto positivo no NEGTE em práticas de RSE.	Suportada
H4: O NEGTE influencia positivamente o NES.	Suportada
H5: O NES influencia positivamente a DRS.	Suportada
H6: A PIC para implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS.	Não suportada
H7: A PIM para implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS.	Não suportada
H8: A PIN para implementação de práticas de RSE influencia positivamente a DRS.	Suportada
H9: A PIC para implementação de práticas de RSE influencia positivamente a GRS.	Não suportada
H10: A PIM para implementação de práticas de RSE influencia positivamente a GRS.	Não suportada
H11: A PIN para implementação de práticas de RSE influencia positivamente a GRS.	Suportada
H12: A DRS influencia positivamente a QIS.	Suportada
H13: A GRS influencia positivamente a QIS.	Suportada
H14: A QIS influencia positivamente o DEF.	Suportada
H15: A QIS influencia positivamente o DENF	Suportada
H16: O DEF influencia positivamente o DENF	Suportada



Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões do estudo, as contribuições e limitações do mesmo e, por fim, as linhas de investigação futuras.

## **6.1 Principais conclusões**

A informação sobre sustentabilidade complementa a informação financeira divulgada (Cambourg et al., 2019) e, atualmente, é considerada extremamente importante nas decisões dos *stakeholders* (van Wyk & Els, 2023). Contudo, as recentes alterações legislativas relacionadas com a DRS e a GRS criaram desafios e aumentaram as exigências profissionais para os auditores e contabilistas, bem como para a gestão de topo que se vê obrigada a enfrentar simultaneamente pressões institucionais (PIC, PIM e PIN), ao mesmo tempo que avalia os potenciais benefícios da implementação de práticas socialmente responsáveis no desempenho empresarial (Chen et al., 2018).

Desta forma, o objetivo do estudo consistiu em verificar se as PIC, PIM e PIN influenciam o NEGTE, a DRS e GRS; o NEGTE influencia o NES; o NES influencia a DRS; a DRS e a GRS influenciam a QIS; a QIS influencia o DEF e o DENF; e, por fim, o DEF influencia o DENF.

Relativamente ao primeiro objetivo (avaliar o impacto das pressões institucionais no NEGTE), os resultados permitem concluir que apenas as PIN têm um impacto positivo no NEGTE. Ou seja, quanto maior a PIN, maior o NEGTE nas práticas de RSE. Este resultado reforça o papel das associações educativas e profissionais, bem como das sociedades civis, enquanto entidades com poderes determinantes na adoção de comportamentos empresariais socialmente responsáveis (Muthuri & Gilbert, 2011).

Por outro lado, os resultados das PIC e PIM no NEGTE sugerem que a legislação, os requisitos contratuais e a imitação de empresas de referência, por si só, não são suficientes para promover um verdadeiro compromisso da gestão de topo na RSE. Assim, o NEGTE depende mais da interiorização de valores e normas partilhados no contexto profissional do que da imposição regulatória ou de tendências organizacionais.

Conclui-se ainda que a PIN tem um impacto positivo e significativo sobre a DRS e a GRS, reforçando a ideia de que as normas e os valores transmitidos durante a formação dos profissionais sobre a implementação de práticas de RSE abordam a importância da elaboração de relatórios de sustentabilidade e da realização de auditorias externas. Tal vai

ao encontro das conclusões de Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2017) que afirmam que as PIN são as principais impulsionadoras da GRS.

Verificou-se também que o NEGТ tem um impacto positivo no NES. Tal evidencia que o envolvimento dos *stakeholders* pode ser considerado um mecanismo de gestão estratégica que permite alinhar os interesses externos com os objetivos organizacionais e estabelecer uma relação mutuamente benéfica (Greenwood, 2007; Park et al., 2021). Por sua vez, o NES apresentou um impacto positivo na DRS, o que demonstra que a interação entre a empresa e os *stakeholders* potencia a DRS, tal como foi concluído noutros estudos (Boiral, 2013; Pustikaningsih et al., 2024; Stocker et al., 2020).

Além disso, os resultados indicaram que tanto a DRS como a GRS contribuem de forma significativa para a QIS, reforçando a importância da auditoria independente e da comunicação transparente. Estes resultados vão ao encontro à literatura existente sobre o tema (Carmo & Ribeiro, 2022; Chauvey et al., 2015; Krasodomska et al., 2021; Simnett et al., 2009) Por sua vez, a QIS reflete-se positivamente no desempenho empresarial, tanto DEF como DENF, comprovando que a sustentabilidade não é apenas uma obrigação ética, mas também um fator estratégico de criação de valor.

## **6.2 Contribuições do estudo**

A revisão da literatura permitiu identificar uma lacuna relativa à escassez de estudos que relacionam as pressões institucionais com o NEGТ nas práticas de RSE. O presente estudo contribui para colmatar essa lacuna, demonstrando que as PIN influenciam positivamente e de forma significativa o NEGТ. Além disso, realça a importância do envolvimento dos *stakeholders*, bem como da divulgação e garantia dos relatórios de sustentabilidade na qualidade da informação sobre sustentabilidade e o seu impacto no desempenho empresarial.

## **6.3 Limitações do estudo**

Como qualquer investigação, este estudo apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, a utilização de uma amostra por conveniência, em vez de probabilística limita a generalização dos resultados (Etikan et al., 2016).

Em segundo lugar, dado que o tema da GRS é ainda recente e o número de empresas da amostra abrangidas pela Diretiva (UE) 2022/2464 ou que submetem os seus relatórios a auditoria externa é reduzida, é possível que os resultados tenham sido condicionados.

Em terceiro lugar, o questionário foi dirigido a auditores, contabilistas e diretores/gerentes, permitindo captar as suas perceções sobre as pressões e o NEGТ, mas não as pressões efetivamente sentidas pelos gestores de topo.

Por último, o facto de o questionário ter sido elaborado em português pode ter limitado a participação de respondentes que não dominavam o idioma.

#### **6.4 Linhas de investigação futura**

Com base nos resultados obtidos e nas limitações identificadas, são propostas as seguintes linhas de investigação futura: (1) incluir novas variáveis, nomeadamente as práticas de RSE implementadas pelas empresas, para avaliar se o NEGТ atua como variável mediadora entre as pressões institucionais e as práticas de RSE; (2) aplicar o estudo a empresas abrangidas pela Diretiva (UE) 2022/2464, cujos os relatórios de sustentabilidade sejam submetidos a auditoria externa, permitindo uma análise mais aprofundada dos efeitos das pressões na GRS; (3) desenvolver estudos qualitativos com gestores de topo, de modo a explorar e compreender de forma mais detalhada as pressões institucionais que estes sentem e quais as suas implicações; (4) replicar o estudo noutros países, de forma a comparar os resultados e verificar se as relações observadas mantêm-se em contextos institucionais semelhantes ou distintos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- Abubakar, A. M., Elrehail, H., Alatailat, M. A., & Elçi, A. (2019). Knowledge management, decision-making style and organizational performance. *Journal of Innovation & Knowledge*, 4(2), 104–114. <https://doi.org/10.1016/j.jik.2017.07.003>
- Adamczyk, J. (2019). The quality of non-financial information in the perspective of data disclosure. *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego we Wrocławiu*, 63(10), 147–160. <https://doi.org/10.15611/pn.2019.10.11>
- Aggarwal, V. S., & Jha, A. (2019). Pressures of CSR in India: an institutional perspective. *Journal of Strategy and Management*, 12(2), 227–242. <https://doi.org/10.1108/JSMA-10-2018-0110>
- Ainur, A., Sayang, M. D., & Jannoo, Z. (2017). Sample size and non-normality effects on goodness of fit measures in structural equation model. *Pertanika Journal of Science and Technology*, 25(2), 575–586. <http://www.pertanika.upm.edu.my/>
- Alhija, F. A. N. (2010). Factor analysis: An overview and some contemporary advances. In *International Encyclopedia of Education* (pp. 162–170). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-044894-7.01328-2>
- Ali, H. Y., Danish, R. Q., & Asrar-ul-Haq, M. (2020). How corporate social responsibility boosts firm financial performance: the mediating role of corporate image and customer satisfaction. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(1), 166–177. <https://doi.org/10.1002/csr.1781>
- Alshorman, S., Qaderi, S., Alhmoud, T., & Meqbel, R. (2024). The role of slack resources in explaining the relationship between corporate social responsibility disclosure and firm market value: a case from an emerging market. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 14(2), 307–326. <https://doi.org/10.1080/20430795.2022.2119833>
- Alshukri, T., Seun Ojekemi, O., Öz, T., & Alzubi, A. (2024). The interplay of corporate social responsibility, innovation capability, organizational learning, and sustainable value creation: does stakeholder engagement Matter? *Sustainability*, 16(13), 5511. <https://doi.org/10.3390/su16135511>
- Anderson, J. C., & Gerbing, D. W. (1988). Structural equation modeling in practice: A review and recommended two-step approach. *Psychological Bulletin*, 103(3), 411–423. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.103.3.411>

- Awa, H. O., Etim, W., & Ogbonda, E. (2024). Stakeholders, stakeholder theory and Corporate Social Responsibility (CSR). *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 9(1), 11. <https://doi.org/10.1186/s40991-024-00094-y>
- Baetz, M. C., & Bart, C. K. (1996). Developing mission statements which work. *Long Range Planning*, 29(4), 526–533. [https://doi.org/10.1016/0024-6301\(96\)00044-1](https://doi.org/10.1016/0024-6301(96)00044-1)
- Bagozzi, R. P. (1992). The self-regulation of attitudes, intentions, and behavior. *Social Psychology Quarterly*, 55(2), 178–204. <https://doi.org/10.2307/2786945>
- Bagur-Femenias, L., Llach, J., & del Mar Alonso-Almeida, M. (2013). Is the adoption of environmental practices a strategic decision for small service companies? An empirical approach. *Management Decision*, 51(1), 41–62. <https://doi.org/10.1108/00251741311291300>
- Balluchi, F., Furlotti, K., & Torelli, R. (2020). Italy towards mandatory sustainability reporting. Voluntary Corporate Social Responsibility disclosure of Italian companies and legislative Decree 254/2016 statements. A quantitative analysis of the last 10 years. In *Sustainability and Law* (pp. 257–274). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-42630-9\\_14](https://doi.org/10.1007/978-3-030-42630-9_14)
- Bansal, P., & Roth, K. (2000). Why Companies Go Green: A Model of Ecological Responsiveness. *Academy of Management Journal*, 43(4), 717–736. <https://doi.org/10.5465/1556363>
- Barnett, M. L. (2007). Stakeholder influence capacity and the variability of financial returns to corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 32(3), 794–816. <https://doi.org/10.5465/amr.2007.25275520>
- Baumgartner, H., & Homburg, C. (1996). Applications of structural equation modeling in marketing and consumer research: A review. *International Journal of Research in Marketing*, 13(2), 139–161. [https://doi.org/10.1016/0167-8116\(95\)00038-0](https://doi.org/10.1016/0167-8116(95)00038-0)
- Beelde, I. De, & Tuybens, S. (2015). Enhancing the credibility of reporting on corporate social responsibility in Europe. *Business Strategy and the Environment*, 24(3), 190–216. <https://doi.org/10.1002/bse.1814>
- Bennett, M., James, P., & Klinkers, L. (2017). *Sustainable measures: Evaluation and reporting of environmental and social performance*. Routledge.

- Berg, N., Holtbrügge, D., Egri, C. P., Furrer, O., Sinding, K., & Dögl, C. (2018). Stakeholder pressures, CSR practices, and business outcomes in Denmark, Germany and the Netherlands. *European Journal of International Management*, *12*(4), 472–500. <https://doi.org/10.1504/EJIM.2018.092846>
- Berry, M. A., & Rondinelli, D. A. (1998). Proactive corporate environmental management: A new industrial revolution. *Academy of Management Perspectives*, *12*(2), 38–50. <https://doi.org/10.5465/ame.1998.650515>
- Bhakoo, V., & Choi, T. (2013). The iron cage exposed: Institutional pressures and heterogeneity across the healthcare supply chain. *Journal of Operations Management*, *31*(6), 432–449. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2013.07.016>
- Billedeau, D. B., Palaschuk, N., & Wilson, J. (2025). Corporate Social Responsibility theories in the context of global transformational events: a scoping review. *Business Ethics, the Environment and Responsibility*, 1–19. <https://doi.org/10.1111/beer.12792>
- Boesso, G., Favotto, F., & Michelon, G. (2015). Stakeholder prioritization, strategic Corporate Social Responsibility and company performance: further evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *22*(6), 424–440. <https://doi.org/10.1002/csr.1356>
- Boiral, O. (2013). Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *26*(7), 1036–1071. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2012-00998>
- Boubakri, N., El Ghouli, S., Wang, H., Guedhami, O., & Kwok, C. C. Y. (2016). Cross-listing and corporate social responsibility. *Journal of Corporate Finance*, *41*, 123–138. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2016.08.008>
- Bowen, F., & Aragon-Correa, J. A. (2014). Greenwashing in corporate environmentalism research and practice. *Organization & Environment*, *27*(2), 107–112. <https://doi.org/10.1177/1086026614537078>
- Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman* (New York: Harper & Row, Ed.).

- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571–580. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>
- Byrne, B. M. (2001). Structural equation modeling with AMOS, EQS, and LISREL: Comparative approaches to testing for the factorial validity of a measuring instrument. *International journal of testing*, 1(1), 55–86. [https://doi.org/10.1207/S15327574IJT0101\\_4](https://doi.org/10.1207/S15327574IJT0101_4)
- Cambourg, P. de, Gardes, C., & Viard, V. (2019). Garantir la pertinence et la qualité de l'information extra-financière des entreprises: une ambition et un atout pour une Europe durable. *Rapport présenté au Ministre de l'Economie et des Finances*. <https://www.aefr.eu/fr/document/telechargement/event/553>
- Campbell, J. L. (2006). Institutional analysis and the paradox of Corporate Social Responsibility. *American Behavioral Scientist*, 49(7), 925–938. <https://doi.org/10.1177/0002764205285172>
- Campbell, J. L. (2007). Why would corporations behave in socially responsible ways? an institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 32(3), 946–967. <https://doi.org/10.5465/amr.2007.25275684>
- Campos, L. M. de S., Sehnem, S., Oliveira, M. de A. S., Rossetto, A. M., Coelho, A. L. de A. L., & Dalfovo, M. S. (2013). Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gestão & Produção*, 20(4), 913–926. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2013005000013>
- Carmo, C., & Ribeiro, C. (2022). Mandatory non-financial information disclosure under European Directive 95/2014/EU: evidence from Portuguese listed Companies. *Sustainability (Switzerland)*, 14(8). <https://doi.org/10.3390/su14084860>
- Carroll, A. B. (2008). A history of Corporate Social Responsibility: concepts and practices. Em *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility* (pp. 19–46). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199211593.003.0002>

- Carroll, A. B. (2015). Corporate social responsibility: the centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44(2), 87–96. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.02.002>
- CDP. (2023). *CDP media factsheet*. [https://cdn.cdp.net/cdp-production/comfy/cms/files/files/000/008/529/original/CDP\\_Media\\_Factsheet\\_Oct\\_2023.pdf](https://cdn.cdp.net/cdp-production/comfy/cms/files/files/000/008/529/original/CDP_Media_Factsheet_Oct_2023.pdf)
- CDSB. (2022). *CDSB Framework for reporting environmental and social information*. [https://www.cdsb.net/sites/default/files/cdsb\\_framework\\_2022.pdf](https://www.cdsb.net/sites/default/files/cdsb_framework_2022.pdf)
- Cepêda, C., & Monteiro, A. (2020). The accountant's perception of the usefulness of financial information in decision making – a study in Portugal. *Review of Business Management*, 22(2), 363–380. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4050>
- Chauvey, J. N., Giordano-Spring, S., Cho, C. H., & Patten, D. M. (2015). The normativity and legitimacy of CSR disclosure: evidence from France. *Journal of Business Ethics*, 130(4), 789–803. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2114-y>
- Chen, C.-J., Guo, R.-S., Hsiao, Y.-C., & Chen, K.-L. (2018). How business strategy in non-financial firms moderates the curvilinear effects of corporate social responsibility and irresponsibility on corporate financial performance. *Journal of Business Research*, 92, 154–167. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.07.030>
- Cho, C. H., Phillips, J. R., Hageman, A. M., & Patten, D. M. (2009). Media richness, user trust, and perceptions of corporate social responsibility: an experimental investigation of visual web site disclosures. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 22(6), 933–952. <https://doi.org/10.1108/09513570910980481>
- Christmann, P. (2004). Multinational companies and the natural environment: determinants of global environmental policy. *Academy of Management Journal*, 47(5), 747–760. <https://doi.org/10.5465/20159616>
- Clarkson, M. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, 20(1), 92–117. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9503271994>
- CMVM. (2024). *Comunicado sobre a aplicação da Diretiva do relato de sustentabilidade das empresas (CSRD)*. <https://www.cmvm.pt/>

- Colwell, S. R., & Joshi, A. W. (2013). Corporate Ecological Responsiveness: Antecedent Effects of Institutional Pressure and Top Management Commitment and Their Impact on Organizational Performance. *Business Strategy and the Environment*, 22(2), 73–91. <https://doi.org/10.1002/bse.732>
- Combs, J. G., Michael, S. C., & Castrogiovanni, G. J. (2009). Institutional influences on the choice of organizational form: the case of franchising. *Journal of Management*, 35(5), 1268–1290. <https://doi.org/10.1177/0149206309336883>
- Comissão Europeia. (2001). *Livro Verde: promover um quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. Jornal Oficial da União Europeia. [https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a\\_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf)
- Comissão Europeia. (2014). *Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos*. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095>
- Comissão Europeia. (2017). *Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras (metodologia a seguir para a comunicação de informações não financeiras)*. Jornal Oficial da União Europeia. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XC0705\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XC0705(01))
- Comissão Europeia. (2020). *Summary report of the public consultation on the review of the non-financial reporting directive 20 february 2020 - 11 june 2020*. Jornal Oficial da União Europeia. [https://eurlex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=PI\\_COM:Ares\(2020\)3997889](https://eurlex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=PI_COM:Ares(2020)3997889)
- Comissão Europeia. (2021). *Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2013/34/UE, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n. o 537/2014, no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas*. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021PC0189>

Comissão Europeia. (2022). *Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas*. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022L2464>

Comissão Europeia. (2023). *The Commission adopts the European Sustainability Reporting Standards*. Jornal Oficial da União Europeia. [https://finance.ec.europa.eu/news/commission-adopts-european-sustainability-reporting-standards-2023-07-31\\_en](https://finance.ec.europa.eu/news/commission-adopts-european-sustainability-reporting-standards-2023-07-31_en)

Comissão Europeia. (2024). *Directive (EU) 2024/1760 of the European Parliament and of the Council of 13 June 2024 on corporate sustainability due diligence and amending Directive (EU) 2019/1937 and Regulation (EU) 2023/2859*. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2024/1760/oj>

Comissão Europeia. (2025a). *Diretiva (UE) 2025/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de abril de 2025, que altera as Diretivas (UE) 2022/2464 e (UE) 2024/1760 no que diz respeito às datas a partir das quais os Estados-Membros devem aplicar determinados requisitos de comunicação de informações sobre a sustentabilidade empresarial e de diligência devida*. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2025/794/oj/eng>

Comissão Europeia. (2025b). *Proposal for a directive of the European Parliament and of the Council amending Directives 2006/43/EC, 2013/34/EU, (EU) 2022/2464 and (EU) 2024/1760 as regards certain corporate sustainability reporting and due diligence requirements*. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52025PC0081>

Comissão Europeia. (2025c, Outubro 16). *Simplificação das regras da UE*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/simplification/#:~:text=Omnibus%20I:%20sustentabilidade%20O%20primeiro%20pacote%20omnibus%2C,Mecanismo%20de%20Ajustamento%20Carb%C3%B3nico%20Fronteiri%C3%A7o%20da%20UE.>

- Córdova-Aguirre, L. J., & Ramón-Jerónimo, J. M. (2024). Designing a sustainability assessment framework for peruvian manufacturing small and medium enterprises applying the stakeholder theory approach. *Sustainability*, *16*(5), 1853. <https://doi.org/10.3390/su16051853>
- Cornell, J. A., & Berger, R. D. (1987). Factors that influence the value of the coefficient of determination in simple linear and nonlinear regression models. *Phytopathology*, *77*(1), 63–70.
- Cuadrado-Ballesteros, B., Garcia-Sanchez, I.-M., & Martinez Ferrero, J. (2016). How are corporate disclosures related to the cost of capital? The fundamental role of information asymmetry. *Management Decision*, *54*(7), 1669–1701. <https://doi.org/10.1108/MD-10-2015-0454>
- Czaja, R. (1998). Questionnaire pretesting comes of age. *Marketing Bulletin-Department of Marketing Massey University*, *9*, 52–66. <http://marketing-bulletin.massey.ac.nz>
- Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, Diário da República n.º 145, Série I de 2017-07-28 (2017). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/89-2017-107773645>
- Deegan, C. (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *15*(3), 282–311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Del Gaudio, G., Parvez, M. O., Hossain, M. S., Di Taranto E, E., Cobanoglu, C., & Della Corte, V. (2024). The antecedents of top management’s involvement in green technology innovation. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, *33*(8), 1129–1152. <https://doi.org/10.1080/19368623.2024.2367463>
- Deloitte. (2022). *Corporate sustainability reporting directive: the future landscape of sustainability reporting*. <https://www.deloitte.com/mt/en/services/audit-assurance/perspectives/corporate-sustainability-reporting-directive.html>
- Devin, B. L., & Lane, A. B. (2014). Communicating engagement in Corporate Social Responsibility: a meta-level construal of engagement. *Journal of Public Relations Research*, *26*(5), 436–454. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2014.956104>
- Digalwar, A. K., Tagalpall, A. R., & Sunnapwar, V. K. (2013). Green manufacturing performance measures: an empirical investigation from Indian manufacturing

- industries. *Measuring Business Excellence*, 17(4), 59–75.  
<https://doi.org/10.1108/MBE-09-2012-0046>
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *Source: American Sociological Review*, 48(2), 147–160. <http://www.jstor.org/stable/2095101>
- Dmytriiev, S. D., Freeman, R. E., & Hörisch, J. (2021). The relationship between stakeholder theory and corporate social responsibility: differences, similarities, and implications for social issues in management. *Journal of Management Studies*, 58(6), 1441–1470. <https://doi.org/10.1111/joms.12684>
- Dossi, A., & Patelli, L. (2010). You learn from what you measure: financial and non-financial performance measures in multinational companies. *Long Range Planning*, 43(4), 498–526. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2010.01.002>
- Dowling, J., & Pfeffer, J. (1975). Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. *The Pacific Sociological Review*, 18(1), 122–136. <https://doi.org/10.2307/1388226>
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. *Management Science*, 60(11), 2835–2857. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2014.1984>
- Elkington, J. (1997). *The triple bottom line*. Environmental management: Readings and cases.
- Ervits, I. (2021). CSR reporting by Chinese and Western MNEs: patterns combining formal homogenization and substantive differences. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 6(1), 1–24. <https://doi.org/10.1186/s40991-021-00060-y>
- Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1. <https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11>
- Eugénio, T., Gomes, S., Branco, M. C., & Morais, A. I. (2022). Non-Financial reporting and assurance: a new opportunity for auditors? Evidence from Portugal. *Sustainability (Switzerland)*, 14(20). <https://doi.org/10.3390/su142013469>

- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014). Effect of stakeholders' pressure on transparency of sustainability reports within the GRI framework. *Journal of Business Ethics*, 122(1), 53–63. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1748-5>
- Figueira, S., Gauthier, C., & Torres de Oliveira, R. (2023). CSR and stakeholder salience in MNE subsidiaries in emerging markets. *International Business Review*, 32(5). <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2023.102159>
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50. <https://doi.org/10.1177/002224378101800104>
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman Publishing.
- Gao, F., Dong, Y., Ni, C., & Fu, R. (2016). Determinants and economic consequences of non-financial disclosure quality. *European Accounting Review*, 25(2), 287–317. <https://doi.org/10.1080/09638180.2015.1013049>
- Gao, S., Mokhtarian, P. L., & Johnston, R. A. (2008). Nonnormality of Data in Structural Equation Models. *Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board*, 2082(1), 116–124. <https://doi.org/10.3141/2082-14>
- Garriga, E., & Melé, D. (2004). Corporate Social Responsibility theories: mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, 53(1/2), 51–71. <https://doi.org/10.1023/B:BUSI.0000039399.90587.34>
- Ghezal, R. (2024). Determinants of engagement with and of stakeholders in CSR decision-making: a stakeholder perspective. *European Business Review*, 36(5), 771–790. <https://doi.org/10.1108/EBR-03-2023-0085>
- Gond, J.-P., Kang, N., & Moon, J. (2011). The government of self-regulation: on the comparative dynamics of corporate social responsibility. *Economy and Society*, 40(4), 640–671. <https://doi.org/10.1080/03085147.2011.607364>
- González-Benito, J., & González-Benito, Ó. (2010). A study of determinant factors of stakeholder environmental pressure perceived by industrial companies. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 164–181. <https://doi.org/10.1002/bse.631>

- Graafland, J., & Bovenberg, L. (2020). Government regulation, business leaders' motivations and environmental performance of SMEs. *Journal of Environmental Planning and Management*, 63(8), 1335–1355. <https://doi.org/10.1080/09640568.2019.1663159>
- Greenwood, M. (2007). Stakeholder Engagement: Beyond the Myth of Corporate Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 74(4), 315–327. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9509-y>
- GRI. (sem data). *A short introduction to the GRI Standards* . Obtido 30 de Setembro de 2025, de <https://www.globalreporting.org/media/wtafl4tw/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf>
- Grimstad, S. M. F., Glavee-Geo, R., & Fjørtoft, B. E. (2020). SMEs motivations for CSR: an exploratory study. *European Business Review*, 32(4), 553–572. <https://doi.org/10.1108/EBR-01-2019-0014>
- Grung, B., & Manne, R. (1998). Missing values in principal component analysis. *Chemometrics and Intelligent Laboratory Systems*, 42(1–2), 125–139. [https://doi.org/10.1016/S0169-7439\(98\)00031-8](https://doi.org/10.1016/S0169-7439(98)00031-8)
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (1998). *Multivariate Data Analysis* (5.<sup>a</sup> ed.). Prentice Hall, New Jersey.
- Han, S., & Ito, K. (2024). What explains the spread of corporate social responsibility? The role of competitive pressure and institutional isomorphism in the diffusion of voluntary adoption. *Journal of Management & Organization*, 30(3), 765–786. <https://doi.org/10.1017/jmo.2023.21>
- Hancock, G. R., & Mueller, R. O. (2013). Quantitative methods in education and the behavioral sciences: Issues, research, and teaching. Em *Structural equation modeling: A second course*. Information Age Publishing.
- Hanusz, Z., & Tarasińska, J. (2015). Normalization of the Kolmogorov–Smirnov and Shapiro–Wilk tests of normality. *Biometrical Letters*, 52(2), 85–93. <https://doi.org/10.1515/bile-2015-0008>
- Harcourt, M., Lam, H., & Harcourt, S. (2005). Discriminatory practices in hiring: institutional and rational economic perspectives. *The International Journal of*

- Human Resource Management*, 16(11), 2113–2132.  
<https://doi.org/10.1080/09585190500315125>
- He, H., & Harris, L. (2020). The impact of Covid-19 pandemic on corporate social responsibility and marketing philosophy. *Journal of Business Research*, 116, 176–182. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.05.030>
- Heubeck, T., & Ahrens, A. (2025). Governing the Responsible Investment of Slack Resources in Environmental, Social, and Governance (ESG) Performance: How Beneficial are CSR Committees? *Journal of Business Ethics*, 198(2), 365–385. <https://doi.org/10.1007/s10551-024-05798-6>
- Hilton, C. E. (2017). The importance of pretesting questionnaires: a field research example of cognitive pretesting the Exercise referral Quality of Life Scale (ER-QLS). *International Journal of Social Research Methodology*, 20(1), 21–34. <https://doi.org/10.1080/13645579.2015.1091640>
- Hodge, K., Subramaniam, N., & Stewart, J. (2009). Assurance of sustainability reports: Impact on report users' confidence and perceptions of information credibility. *Australian Accounting Review*, 19(3), 178–194. <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2009.00056.x>
- Hoffman, A. J. (1999). Institutional Evolution and Change: Environmentalism and the U.S. Chemical Industry. *Academy of Management Journal*, 42(4), 351–371. <https://doi.org/10.5465/257008>
- Howell, D. C. (2019). Missing Values: How to Treat Them Appropriately. In *A Guide to the Scientific Career* (pp. 639–647). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118907283.ch69>
- Huang, C.-L., & Kung, F.-H. (2010). Drivers of Environmental Disclosure and Stakeholder Expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of Business Ethics*, 96(3), 435–451. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0476-3>
- Huo, B. (2012). The impact of supply chain integration on company performance: an organizational capability perspective. *Supply Chain Management: An International Journal*, 17(6), 596–610. <https://doi.org/10.1108/13598541211269210>

- IAASB. (2023). *Proposed International Standard on Sustainability Assurance 5000, General Requirements for Sustainability Assurance Engagements*. .  
<https://www.iaasb.org/publications/proposed-international-standard-sustainability-assurance-5000-general-requirements-sustainability>
- IAASB. (2024). *International Standard on Sustainability Assurance 5000, General Requirements for Sustainability Assurance Engagements*.  
<https://www.iaasb.org/publications/international-standard-sustainability-assurance-5000-general-requirements-sustainability-assurance>
- IESBA. (2024). *IESBA Exposure Draft on Sustainability Reporting and Assurance*.  
<https://www.ethicsboard.org/publications/proposed-international-ethics-standards-sustainability-assurance-including-international?page=1>
- IFAC. (2013). *International Standard on Assurance Engagements (ISAE) 3000 (Revised): Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*. [https://www.iaasb.org/\\_flysystem/azure-private/publications/files/ISAE%203000%20Revised%20-%20for%20IAASB.pdf](https://www.iaasb.org/_flysystem/azure-private/publications/files/ISAE%203000%20Revised%20-%20for%20IAASB.pdf)
- IIRC. (2013). *The International <IR> Framework*.  
<https://www.mcguinnessinstitute.org/wp-content/uploads/2020/04/IIRC-2013.pdf>
- ISO. (2010). *Guidance on Social Responsibility - ISO 26000*. <https://www.iso.org/iso-26000-social-responsibility.html>
- ISO. (2015). *Environmental management systems - Requirements with guidance for use - ISO 14001*. <https://www.iso.org/standard/60857.html>
- ISSB. (sem data). *About the International Sustainability Standards Board*. Obtido 5 de Outubro de 2025, de <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>
- Jahid, M. A., Yaya, R., Pratolo, S., & Pribadi, F. (2023). Institutional factors and CSR reporting in a developing country: evidence from the neo-institutional perspective. *Cogent Business & Management*, 10(1).  
<https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2184227>

- Jastrzębska, E. (2016). Reporting of non-financial information as a stakeholder engagement method. *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego we Wrocławiu*, 423, 61–78. <https://doi.org/10.15611/pn.2016.423.05>
- Kauppi, K., & Luzzini, D. (2022). Measuring institutional pressures in a supply chain context: scale development and testing. *Supply Chain Management*, 27(7), 79–107. <https://doi.org/10.1108/SCM-04-2021-0169>
- Ke, W., Liu, H., Wei, K. K., Gu, J., & Chen, H. (2009). How do mediated and non-mediated power affect electronic supply chain management system adoption? The mediating effects of trust and institutional pressures. *Decision Support Systems*, 46(4), 839–851. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2008.11.008>
- Khan, M., Lockhart, J., & Bathurst, R. (2021). The institutional analysis of CSR: Learnings from an emerging country. *Emerging Markets Review*, 46, 100752. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2020.100752>
- Kim, B., Lee, S., & Kang, K. H. (2018). The moderating role of CEO narcissism on the relationship between uncertainty avoidance and CSR. *Tourism Management*, 67, 203–213. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.01.018>
- Kobrossy, S., Karaszewski, R., & AlChami, R. (2022). The institutionalization of implicit and explicit CSR in a developing country context: the case of Lebanon. *Administrative Sciences*, 12(4), 142. <https://doi.org/10.3390/admsci12040142>
- Koh, H. C., & Boo, E. H. Y. (2004). Organisational ethics and employee satisfaction and commitment. *Management Decision*, 42(5), 677–693. <https://doi.org/10.1108/00251740410538514>
- Krasodomska, J., Simnett, R., & Street, D. L. (2021). Extended external reporting assurance: Current practices and challenges. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 32(1), 104–142. <https://doi.org/10.1111/jifm.12127>
- Krivogorsky, V. (2024). Sustainability reporting with two different voices: The European Union and the International Sustainability Standards Board. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 56, 100635. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2024.100635>

- Liang, Saraf, Hu, & Xue. (2007). Assimilation of enterprise systems: the effect of institutional pressures and the mediating role of top management. *MIS Quarterly*, 31(1), 59. <https://doi.org/10.2307/25148781>
- Lin, W. (2022). Corporate non-financial reporting in the UK: diversions from the EU sustainability reporting framework. *Sustainability*, 14(15), 9134. <https://doi.org/10.3390/su14159134>
- Little, T. D., Bovaird, J. A., & Card, N. A. (2007). *Modeling contextual effects in longitudinal studies*. Routledge.
- Luo, X. R., Zhang, J., & Marquis, C. (2016). Mobilization in the internet age: internet activism and corporate response. *Academy of Management Journal*, 59(6), 2045–2068. <https://doi.org/10.5465/amj.2015.0693>
- Lyon, T. P., & Maxwell, J. W. (2011). Greenwash: corporate environmental disclosure under threat of audit. *Journal of Economics & Management Strategy*, 20(1), 3–41. <https://doi.org/10.1111/j.1530-9134.2010.00282.x>
- Maak, T. (2007). Responsible Leadership, Stakeholder Engagement, and the Emergence of Social Capital. *Journal of Business Ethics*, 74(4), 329–343. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9510-5>
- Madime, E., & Gonçalves, T. C. (2022). Determining factors for social and environmental practices of corporate responsibility in Mozambique. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 16(2), 1–23. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v16n2-017>
- Manes-Rossi, F., Tiron-Tudor, A., Nicolò, G., & Zanellato, G. (2018). Ensuring more sustainable reporting in Europe using non-financial disclosure - de facto and de jure evidence. *Sustainability*, 10(4), 1162. <https://doi.org/10.3390/su10041162>
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber, Lda.
- Marquis, C., Glynn, M. A., & Davis, G. F. (2007). Community isomorphism and corporate social action. *Academy of Management Review*, 32(3), 925–945. <https://doi.org/10.5465/amr.2007.25275683>
- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I.-M. (2017). Coercive, normative and mimetic isomorphism as determinants of the voluntary assurance of sustainability reports.

- International Business Review*, 26(1), 102–118.  
<https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2016.05.009>
- Matten, D., & Moon, J. (2008). “Implicit” and “Explicit” CSR: A Conceptual Framework for a Comparative Understanding of Corporate Social Responsibility. *Academy of Management Review*, 33(2), 404–424. <https://doi.org/10.5465/amr.2008.31193458>
- Mattingly, J. E., & Olsen, L. (2018). Performance Outcomes of Investing Slack Resources in Corporate Social Responsibility. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 25(4), 481–498. <https://doi.org/10.1177/1548051818762336>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American journal of sociology*, 83(2), 340–363.
- Michelon, G., Boesso, G., & Kumar, K. (2013). Examining the link between strategic corporate social responsibility and company performance: an analysis of the best corporate citizens. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(2), 81–94. <https://doi.org/10.1002/csr.1278>
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of who and What Really Counts. *Academy of Management Review*, 22(4), 853–886. <https://doi.org/10.5465/amr.1997.9711022105>
- Modreanu, A., Andrisan, G. N., & Sarbu, M.-A. (2021). Corporate social responsibility: An overview. *Ovidius University Annals, Economic Sciences Series*, 21(1), 359–368.
- Monteiro, A. P., Vale, J., Leite, E., Lis, M., & Kurowska-Pysz, J. (2022). The impact of information systems and non-financial information on company success. *International Journal of Accounting Information Systems*, 45, 100557. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100557>
- Mousa, G. A., & Hassan, N. (2015). Legitimacy theory and environmental practices: short notes. *International Journal of Business and Statistical Analysis*, 2(1), 41–53. <https://doi.org/10.12785/ijbsa/020104>

- Mueller, R. O., & Hancock, G. R. (2001). Factor analysis and latent structure, confirmatory. Em *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 5239–5244). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/00426-5>
- Mullane, J. V. (2002). The mission statement is a strategic tool: when used properly. *Management Decision*, 40(5), 448–455. <https://doi.org/10.1108/00251740210430461>
- Muthuri, J. N., & Gilbert, V. (2011). An institutional analysis of Corporate Social Responsibility in Kenya. *Journal of Business Ethics*, 98(3), 467–483. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0588-9>
- Ng, P. M. L., Wut, T. M., Lit, K. K., & Cheung, C. T. Y. (2022). Drivers of corporate social responsibility and firm performance for sustainable development—An institutional theory approach. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(4), 871–886. <https://doi.org/10.1002/csr.2241>
- Olateju, D. J., & Olateju, O. A. (2021). A critical review of the application of the legitimacy theory to corporate social responsibility. *International Journal of Managerial Studies and Research*, 9(3), 1–6. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.0903001>
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, 16(1), 145–179. <https://doi.org/10.5465/amr.1991.4279002>
- Omondi-Ochieng, P. (2019). Financial performance trends of United States Hockey Inc: a resource-dependency approach. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, 24(48), 327–344. <https://doi.org/10.1108/JEFAS-02-2018-0022>
- Oware, K. M., Nkansah, E., & Adalety, J. E. (2024). The past, current and future trends of institutional theory in Corporate Social Responsibility (CSR) studies: a bibliometric review and research agenda. *International Journal of Innovation and Development*, 2(1), 33–55. <https://ijid.kstu.edu.gh/index.php/ijid/article/view/34>
- Pache, A.-C., & Santos, F. (2013). Inside the hybrid organization: selective coupling as a response to competing institutional logics. *Academy of Management Journal*, 56(4), 972–1001. <https://doi.org/10.5465/amj.2011.0405>

- Panwar, R., Hansen, E., & Kozak, R. (2014). Evaluating Social and Environmental Issues by Integrating the Legitimacy Gap With Expectational Gaps. *Business & Society*, 53(6), 853–875. <https://doi.org/10.1177/0007650312438884>
- Parast, M. M., & Adams, S. G. (2012). Corporate social responsibility, benchmarking, and organizational performance in the petroleum industry: A quality management perspective. *International Journal of Production Economics*, 139(2), 447–458. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2011.11.033>
- Park, B. Il, Chidlow, A., & Choi, J. (2014). Corporate social responsibility: stakeholders influence on MNEs' activities. *International Business Review*, 23(5), 966–980. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2014.02.008>
- Park, H., Kim, Y., & Popelish, B. (2021). Corporate social responsibility and stakeholder engagement: a content analysis of PRSA silver anvil award-winning CSR campaigns. *Journal of Sustainability Research*, 3(3). <https://doi.org/10.20900/jsr20210015>
- Penha, E. D. dos S., Rebouças, S. M. D. P., Abreu, M. C. S. de, & Parente, T. C. (2016). Percepção de responsabilidade social e satisfação no trabalho: um estudo em empresas brasileiras. *REGE - Revista de Gestão*, 23(4), 306–315. <https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.09.006>
- Pflugrath, G., Roebuck, P., & Simnett, R. (2011). Impact of assurance and assurer's professional affiliation on financial analysts' assessment of credibility of corporate social responsibility information. *Auditing*, 30(3), 239–254. <https://doi.org/10.2308/ajpt-10047>
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205–216. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200011>
- Ping, R. A. (2004). On assuring valid measures for theoretical models using survey data. *Journal of Business Research*, 57(2), 125–141. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(01\)00297-1](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(01)00297-1)
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard business review*, 84(12), 78–92.

- Pustikaningsih, A., Karunia, A. N., Buchori, W. P. M., Arianisari, S., Pratista, A. R. H., & Waluyo, I. (2024). The Effect of Stakeholder Pressure on Sustainability Report Exposition. *Journal of Vocational Applied Research and Studies*, 1(2). <https://doi.org/10.21831/jvars.v1i2.807>
- Rhee, Y. P., Park, C., & Petersen, B. (2021). The effect of local stakeholder pressures on responsive and strategic CSR activities. *Business and Society*, 60(3), 582–613. <https://doi.org/10.1177/0007650318816454>
- Rivera, D. E., Piferrer, M. R. T., & Mundet, M. H. B. (2021). Measuring territorial social responsibility and sustainability using the EFQM excellence model. *Sustainability*, 13(4), 1–25. <https://doi.org/10.3390/su13042153>
- Rohani, J. M., Yusof, S. M., & Mohamad, I. (2009). The relationship between statistical process control critical success factors and performance: A structural equation modeling approach. *2009 IEEE International Conference on Industrial Engineering and Engineering Management*, 1352–1356. <https://doi.org/10.1109/IEEM.2009.5373033>
- Sanjaya, V. F. (2020). The mediating role of company non-financial performance and religiosity as a moderating variable between learning orientation and company financial performance. *REVENUE: Jurnal Manajemen Bisnis Islam*, 1(01), 31–46. <https://doi.org/10.24042/revenue.v1i01.5682>
- SASB. (sem data). *SASB standard-setting archive*. Obtido 5 de Outubro de 2025, de <https://sasb.org/standards/archive/>
- Sen, S., & Bhattacharya, C. B. (2001). Does doing good always lead to doing better? Consumer reactions to corporate social responsibility. *Journal of Marketing Research*, 38(2), 225–243. <https://doi.org/10.1509/jmkr.38.2.225.18838>
- Sharma, S., & Henriques, I. (2005). Stakeholder influences on sustainability practices in the Canadian forest products industry. *Strategic Management Journal*, 26(2), 159–180. <https://doi.org/10.1002/smj.439>
- Shi, W., Shambare, N., & Wang, J. (2008). The adoption of internet banking: An institutional theory perspective. *Journal of Financial Services Marketing*, 12(4), 272–286. <https://doi.org/10.1057/palgrave.fsm.4760081>

- Shin, Y., & Thai, V. V. (2015). The impact of Corporate Social responsibility on customer satisfaction, relationship maintenance and loyalty in the shipping industry. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(6), 381–392. <https://doi.org/10.1002/csr.1352>
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on sustainability reports: an international comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937–967. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>
- Srivastva, S. (1983). *The Executive Mind: New Insights on Managerial Thought and Action*. Wiley. <https://books.google.pt/books?id=5vWxAAAAIAAJ>
- Steenkamp, J.-B. E. M., & van Trijp, H. C. M. (1991). The use of lisrel in validating marketing constructs. *International Journal of Research in Marketing*, 8(4), 283–299. [https://doi.org/10.1016/0167-8116\(91\)90027-5](https://doi.org/10.1016/0167-8116(91)90027-5)
- Stocker, F., de Arruda, M. P., de Mascena, K. M. C., & Boaventura, J. M. G. (2020). Stakeholder engagement in sustainability reporting: A classification model. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(5), 2071–2080. <https://doi.org/10.1002/csr.1947>
- Strakova, J., Traxler, A. A., Aschauer, E., Greiling, D., & Daurer, U. (2025). The institutionalisation of sustainability information assurance: preparing for upcoming obligations in the EU. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 21(7), 196–216. <https://doi.org/10.1108/JAOC-02-2024-0066>
- Tarquinio, L., & Posadas, S. C. (2020). Exploring the term “non-financial information”: an academics’ view. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 727–749. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2019-0602>
- TCFD. (2017). *Final report: recommendations of the task force on climate-related financial disclosures*. <https://assets.bbhub.io/company/sites/60/2021/10/FINAL-2017-TCFD-Report.pdf>
- Templ, M., Gussenbauer, J., & Filzmoser, P. (2020). Evaluation of robust outlier detection methods for zero-inflated complex data. *Journal of Applied Statistics*, 47(7), 1144–1167. <https://doi.org/10.1080/02664763.2019.1671961>

- Tian, L., Zhang, D., & Huebner, E. S. (2018). Psychometric properties of the positivity scale among Chinese adults and early adolescents. *Frontiers in Psychology, 9*, 197. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00197>
- Trapp, N. L. (2014). Stakeholder involvement in CSR strategy-making? Clues from sixteen Danish companies. *Public Relations Review, 40*(1), 42–49. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.11.005>
- Vale, J. A. M. (2020). *Determinantes do sucesso das empresas portuguesas: o papel da qualidade dos sistemas de controlo interno e contabilístico e da informação empresarial* [Master's Thesis, Instituto Politécnico do Porto]. <https://search.proquest.com/openview/ba747145e668e80df60bf035c499d4a5/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- Van Der Heijden, A., Driessen, P. P. J., & Cramer, J. M. (2010). Making sense of corporate social responsibility: exploring organizational processes and strategies. *Journal of Cleaner Production, 18*(18), 1787–1796. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.07.024>
- van Wyk, M., & Els, G. (2023). The relevance of integrated reporting in future standard setting of the International Sustainability Standards Board. *Frontiers in Sustainability, 4*. <https://doi.org/10.3389/frsus.2023.1218985>
- Vashchenko, M. (2017). An external perspective on CSR: What matters and what does not? *Business Ethics: A European Review, 26*(4), 396–412. <https://doi.org/10.1111/beer.12162>
- Villiers, C., & van Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society, 31*(8), 763–781. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.001>
- Virvilaite, R., & Daubaraite, U. (2011). Corporate social responsibility in forming corporate image. *Engineering Economics, 22*(5), 534–543. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.22.5.972>
- VRF. (sem data). *The Value Reporting Foundation has now consolidated into the IFRS Foundation*. Obtido 5 de Outubro de 2025, de <https://www.valuereportingfoundation.org/>

- Walsh, J. P. (1988). Selectivity and selective perception: an investigation of managers' belief structures and information processing. *Academy of Management Journal*, 31(4), 873–896. <https://doi.org/10.5465/256343>
- Wang, S., Wang, H., & Wang, J. (2019). Exploring the effects of institutional pressures on the implementation of environmental management accounting: Do top management support and perceived benefit work? *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 233–243. <https://doi.org/10.1002/bse.2252>
- Wijethilake, C., Munir, R., & Appuhami, R. (2017). Strategic responses to institutional pressures for sustainability: the role of management control systems. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(8), 1677–1710. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2015-2144>
- Williams, R. I., Morrell, D. L., & Mullane, J. V. (2014). Reinvigorating the mission statement through top management commitment. *Management Decision*, 52(3), 446–459. <https://doi.org/10.1108/MD-10-2012-0736>
- Wood, D. J. (1991). Corporate Social Performance Revisited. *Academy of Management Review*, 16(4), 691–718. <https://doi.org/10.5465/amr.1991.4279616>
- Wu, C. C., Cheng, F. C., & Sheh, D. Y. (2023). Exploring the factors affecting the implementation of corporate social responsibility from a strategic perspective. *Humanities and Social Sciences Communications*, 10(1), 1–11. <https://doi.org/10.1057/s41599-023-01664-4>
- Xiao, T., Chan, H. K., Ni, W., & Tan, K. H. (2024). Answer to whom? A comparative empirical study on institutional drivers for firms' CSR reporting in China and the United States. *Journal of Business Research*, 182, 114792. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2024.114792>
- Yin, J. (2017). Institutional drivers for corporate social responsibility in an emerging economy: a mixed-method study of Chinese business executives. *Business & Society*, 56(5), 672–704. <https://doi.org/10.1177/0007650315592856>
- Yu, W., & Hu, H. (2014). Corporate social responsibility in shaping corporate image: an empirical study of state-owned enterprises in China. In *Corporate Social Responsibility in Asia: practice and experience* (pp. 3–18). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-01532-3\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-01532-3_1)

- Yuen, K. F., Thai, V. V., & Wong, Y. D. (2016). The effect of continuous improvement capacity on the relationship between of corporate social performance and business performance in maritime transport in Singapore. *Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review*, 95, 62–75. <https://doi.org/10.1016/j.tre.2016.09.003>
- Yuen, K. F., Wang, X., Wong, Y. D., & Li, K. X. (2020). The role of stakeholder participation and sustainability integration in maritime transport: A structure-conduct-performance analysis. *Transport Policy*, 99, 44–53. <https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2020.08.011>
- Yuen, K. F., Wang, X., Wong, Y. D., & Ma, F. (2019). A contingency view of the effects of sustainable shipping exploitation and exploration on business performance. *Transport Policy*, 77, 90–103. <https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2019.03.004>
- Zhang, S. (2024). An analysis of the relationship between corporate social responsibility and employee satisfaction. *Open Journal of Social Sciences*, 12(11), 375–385. <https://doi.org/10.4236/jss.2024.1211027>
- Zsidisin, G. A., Melnyk, S. A., & Ragatz, G. L. (2005). An institutional theory perspective of business continuity planning for purchasing and supply management. *International Journal of Production Research*, 43(16), 3401–3420. <https://doi.org/10.1080/00207540500095613>



## Apêndice I – Grupo de questões relacionadas com a caracterização do respondente

**\*Indique qual a situação na empresa:**

Escolha uma das seguintes respostas

- Contabilista certificado
- Contabilista não certificado
- Auditor
- Revisor oficial de contas
- Outro:

**\*Sexo**

Feminino

Masculino

**\*Idade**

Neste campo só é possível introduzir números.

**\*Nível de escolaridade:**

Escolha uma das seguintes respostas

- 1º ciclo (4º ano)
- 2º ciclo (6º ano)
- 3º ciclo (9º ano)
- Ensino secundário (12º ano)
- Licenciatura ou Bacharelato
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro:

**\*Anos de Experiência:**

Escolha uma das seguintes respostas

- Menos de 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Mais de 20 anos

## Apêndice II – Grupo de questões relacionadas com a caracterização da empresa

### \*Indique a dimensão da empresa

De acordo com a Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia e o Decreto-Lei n.º 372/2007, as empresas podem ser classificadas em:

#### Pequena empresa:

- Menos de 50 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual ou Balanço total anual não excede os 10 milhões de euros;
- Não está classificada como uma microempresa.

#### Média empresa:

- Entre 50 e 250 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual entre 10 e 50 milhões de euros ou Balanço total anual entre 10 e 43 milhões de euros.

#### Grande empresa:

- Mais de 250 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual maior que 50 milhões de euros ou Balanço total anual maior que 43 milhões de euros.

📌 Escolha uma das seguintes respostas

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória

- Pequena Empresa
- Média Empresa
- Grande Empresa

### \*Indique o seu grau de concordância com a seguinte afirmação:

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória

📌 Please complete all parts.

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente	Não sei / Não se aplica
A empresa pertence a uma indústria altamente sensível a questões ambientais e sociais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### \*A empresa divulga informação sobre a sustentabilidade empresarial?

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória

Sim  Não

### \*O relato da sustentabilidade é obrigatório?

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória

Sim  Não

### \*A empresa tem um comité dedicado à RSE?

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória

Sim  Não

### \*A empresa está sujeita à revisão de contas?

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória

Sim  Não

\*O relato da sustentabilidade está sujeito à auditoria externa?

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória



Sim



Não

\*A empresa é abrangida pela Diretiva (UE) 2022/2464 - CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive)?

📌 A resposta a esta pergunta é obrigatória



Sim



Não

## Apêndice III – Primeiro e-mail enviado às empresas

### Participação na investigação - ISCAP

Exmo(a). Sr.(a) Dr.(a) / Eng.º(ª),

Bom dia,

O meu nome é Marta Magalhães, sou aluna do 2º ano do mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

No âmbito do trabalho de investigação sobre as pressões institucionais que influenciam a implementação de práticas de Responsabilidade Social Empresarial, venho solicitar a participação de V. Exa.

O questionário pode ser respondido por qualquer um dos seguintes profissionais: Auditor/Revisor de Contas, Contabilista, Diretor Financeiro ou Administrador/Gerente.

Por favor, encaminhe o questionário para o profissional que achar mais conveniente.

O questionário é **anónimo e confidencial**.

O tempo de resposta esperado é aproximadamente **8 minutos**. Basta aceder ao seguinte link:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/869448?lang=pt>

Muito obrigada!

Marta Magalhães

**Para qualquer dúvida, disponha:**

**Número:** 918620144

**E-mail:** [2230108@iscap.ipp.pt](mailto:2230108@iscap.ipp.pt)

## Apêndice IV – Restantes e-mails enviados às empresas

### Participação na investigação - ISCAP

Exmo(a). Sr.(a) Dr.(a) / Eng.º(a),  
Bom dia,

O meu nome é Marta Magalhães, sou aluna do 2º ano do mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

No âmbito do trabalho de investigação sobre as pressões institucionais que influenciam a implementação de práticas de Responsabilidade Social Empresarial, venho solicitar a participação de V. Exa.

O questionário pode ser respondido por qualquer um dos seguintes profissionais: Auditor/Revisor de Contas, Contabilista, Diretor Financeiro ou Administrador/Gerente.

Por favor, encaminhe o questionário para o profissional que achar mais conveniente.

O questionário é **anónimo e confidencial**.

O tempo de resposta esperado é aproximadamente **8 minutos**. Basta aceder ao seguinte link:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/869448?lang=pt>

Falta um número reduzido de respostas para concluir esta fase de recolha de dados. Caso já tenha participado, agradeço a sua colaboração e peço desculpa por este novo envio.

Muito obrigada!  
Marta Magalhães

**Para qualquer dúvida, disponha:**

**Número:** 918620144

**E-mail:** [2230108@iscap.ipp.pt](mailto:2230108@iscap.ipp.pt)

## Apêndice V – Descrição dos valores em falta

Variáveis	N	Média	Desvio Padrão	Dados em falta		Após Retiradas as observações > 30% dados em falta	
				Total	%	Dados em falta	Total observações
PIC1	354	3,15	1,054	77	18%	44	390
PIC2	347	3,35	1,079	84	19%	47	390
PIC3	330	2,84	1,148	101	23%	63	390
PIC4	346	3,39	1,050	85	20%	48	390
PIC5	358	3,56	1,004	73	17%	36	390
PIC6	342	2,98	1,160	89	21%	54	390
PIC7	305	3,32	1,115	126	29%	88	390
PIM1	347	3,38	1,056	84	19%	45	390
PIM2	343	3,43	0,997	88	20%	50	390
PIM3	337	3,37	1,056	94	22%	55	390
PIM4	334	3,18	1,076	97	23%	61	390
PIN1	365	3,32	1,044	66	15%	30	390
PIN2	362	3,31	0,990	69	16%	34	390
PIN3	375	3,54	0,980	56	13%	23	390
PIN4	356	3,14	1,073	75	17%	41	390
PIN5	332	3,09	1,002	99	23%	62	390
PIN6	360	3,68	1,046	71	16%	34	390
QRS1	396	4,03	0,859	35	8%	16	390
QRS2	390	3,96	0,877	41	10%	22	390
QRS3	384	3,84	0,841	47	11%	26	390
QRS4	386	3,78	0,923	45	10%	25	390
QRS5	383	3,71	0,960	48	11%	25	390
QRS6	387	3,90	0,898	44	10%	23	390
QRS7	386	3,99	0,831	45	10%	24	390
NEGT1	384	3,63	1,030	47	11%	13	390
NEGT2	355	3,15	1,097	76	18%	37	390
NEGT3	383	3,59	0,998	48	11%	15	390
NEGT4	387	3,81	0,933	44	10%	11	390
NEGT5	386	3,75	0,972	45	10%	13	390
NES1	363	3,75	1,042	68	16%	38	390
NES2	345	3,24	1,098	86	20%	54	390
NES3	347	3,34	1,048	84	19%	52	390
NES4	367	3,65	1,081	64	15%	37	390
NES5	340	3,25	1,083	91	21%	57	390
NES6	333	3,28	1,049	98	23%	63	390
NES7	342	3,36	1,043	89	21%	54	390
NES8	363	3,70	0,957	68	16%	37	390

<b>DENF1</b>	416	4,32	0,675	15	3%	7	390
<b>DENF2</b>	422	4,25	0,767	9	2%	3	390
<b>DENF3</b>	391	4,01	0,843	40	9%	16	390
<b>DENF4</b>	409	4,17	0,716	22	5%	10	390
<b>DENF5</b>	401	3,63	1,037	30	7%	13	390
<b>DENF6</b>	376	4,01	0,823	55	13%	33	390
<b>DENF7</b>	415	4,11	0,698	16	4%	5	390
<b>DEF1</b>	394	4,20	0,871	37	9%	18	390
<b>DEF2</b>	384	3,91	1,042	47	11%	27	390
<b>DEF3</b>	354	3,88	0,999	77	18%	53	390
<b>DEF4</b>	382	3,96	0,928	49	11%	27	390
<b>DEF5</b>	375	3,95	0,918	56	13%	31	390

## Apêndice VI – Teste de normalidade

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
PIC1	0,177	390	0,000	0,914	390	0,000
PIC2	0,185	390	0,000	0,918	390	0,000
PIC3	0,177	390	0,000	0,922	390	0,000
PIC4	0,188	390	0,000	0,914	390	0,000
PIC5	0,212	390	0,000	0,900	390	0,000
PIC6	0,195	390	0,000	0,913	390	0,000
PIC7	0,173	390	0,000	0,924	390	0,000
PIM1	0,207	390	0,000	0,907	390	0,000
PIM2	0,196	390	0,000	0,908	390	0,000
PIM3	0,184	390	0,000	0,915	390	0,000
PIM4	0,191	390	0,000	0,919	390	0,000
PIN1	0,211	390	0,000	0,908	390	0,000
PIN2	0,204	390	0,000	0,906	390	0,000
PIN3	0,249	390	0,000	0,885	390	0,000
PIN4	0,181	390	0,000	0,919	390	0,000
PIN5	0,223	390	0,000	0,906	390	0,000
PIN6	0,228	390	0,000	0,874	390	0,000
QRS1	0,313	390	0,000	0,800	390	0,000
QRS2	0,292	390	0,000	0,818	390	0,000
QRS3	0,271	390	0,000	0,833	390	0,000
QRS4	0,264	390	0,000	0,851	390	0,000
QRS5	0,236	390	0,000	0,879	390	0,000
QRS6	0,269	390	0,000	0,831	390	0,000
QRS7	0,295	390	0,000	0,822	390	0,000
NEGT1	0,262	390	0,000	0,876	390	0,000
NEGT2	0,166	390	0,000	0,918	390	0,000
NEGT3	0,262	390	0,000	0,879	390	0,000
NEGT4	0,292	390	0,000	0,841	390	0,000
NEGT5	0,268	390	0,000	0,862	390	0,000
NES1	0,211	390	0,000	0,875	390	0,000
NES2	0,167	390	0,000	0,912	390	0,000
NES3	0,180	390	0,000	0,915	390	0,000
NES4	0,212	390	0,000	0,886	390	0,000
NES5	0,166	390	0,000	0,918	390	0,000
NES6	0,170	390	0,000	0,915	390	0,000
NES7	0,181	390	0,000	0,917	390	0,000
NES8	0,251	390	0,000	0,861	390	0,000
DENF1	0,262	390	0,000	0,753	390	0,000
DENF2	0,270	390	0,000	0,758	390	0,000

DENF3	0,303	390	0,000	0,812	390	0,000
DENF4	0,275	390	0,000	0,797	390	0,000
DENF5	0,260	390	0,000	0,869	390	0,000
DENF6	0,295	390	0,000	0,825	390	0,000
DENF7	0,294	390	0,000	0,796	390	0,000
DEF1	0,291	390	0,000	0,761	390	0,000
DEF2	0,274	390	0,000	0,823	390	0,000
DEF3	0,264	390	0,000	0,842	390	0,000
DEF4	0,308	390	0,000	0,804	390	0,000
DEF5	0,310	390	0,000	0,803	390	0,000

## Apêndice VII – Análise descritiva

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Assimetria		Curtose	
					Estatística	Desvio padrão	Estatística	Desvio padrão
PIC1	1	5	3,142	3,000	-0,084	0,124	-0,594	0,247
PIC2	1	5	3,344	3,344	-0,289	0,124	-0,469	0,247
PIC3	1	5	2,844	2,844	0,191	0,124	-0,471	0,247
PIC4	1	5	3,395	3,395	-0,424	0,124	-0,134	0,247
PIC5	1	5	3,551	4,000	-0,520	0,124	-0,017	0,247
PIC6	1	5	2,973	3,000	0,182	0,124	-0,556	0,247
PIC7	1	5	3,318	3,318	-0,280	0,124	-0,123	0,247
PIM1	1	5	3,391	3,391	-0,362	0,124	-0,456	0,247
PIM2	1	5	3,432	3,432	-0,457	0,124	0,023	0,247
PIM3	1	5	3,379	3,379	-0,419	0,124	-0,136	0,247
PIM4	1	5	3,182	3,182	-0,225	0,124	-0,267	0,247
PIN1	1	5	3,314	3,314	-0,393	0,124	-0,352	0,247
PIN2	1	5	3,312	3,312	-0,398	0,124	-0,149	0,247
PIN3	1	5	3,545	4,000	-0,559	0,124	-0,063	0,247
PIN4	1	5	3,135	3,000	-0,036	0,124	-0,448	0,247
PIN5	1	5	3,101	3,000	-0,122	0,124	-0,044	0,247
PIN6	1	5	3,680	4,000	-0,773	0,124	0,287	0,247
QRS1	1	5	4,027	4,000	-1,014	0,124	1,216	0,247
QRS2	1	5	3,951	4,000	-0,816	0,124	0,433	0,247
QRS3	1	5	3,832	4,000	-0,707	0,124	0,428	0,247
QRS4	1	5	3,764	4,000	-0,657	0,124	0,054	0,247
QRS5	1	5	3,696	4,000	-0,539	0,124	-0,152	0,247
QRS6	1	5	3,880	4,000	-0,860	0,124	0,748	0,247
QRS7	1	5	3,978	4,000	-0,791	0,124	0,847	0,247
NEGT1	1	5	3,618	4,000	-0,601	0,124	-0,246	0,247
NEGT2	1	5	3,153	3,000	-0,049	0,124	-0,644	0,247
NEGT3	1	5	3,571	4,000	-0,565	0,124	-0,207	0,247
NEGT4	1	5	3,797	4,000	-0,821	0,124	0,435	0,247
NEGT5	1	5	3,740	4,000	-0,729	0,124	0,189	0,247
NES1	1	5	3,730	4,000	-0,629	0,124	-0,168	0,247
NES2	1	5	3,211	3,211	0,004	0,124	-0,738	0,247
NES3	1	5	3,311	3,311	-0,150	0,124	-0,570	0,247
NES4	1	5	3,623	4,000	-0,500	0,124	-0,517	0,247
NES5	1	5	3,228	3,228	-0,090	0,124	-0,567	0,247
NES6	1	5	3,251	3,251	-0,091	0,124	-0,529	0,247
NES7	1	5	3,336	3,336	-0,253	0,124	-0,382	0,247
NES8	1	5	3,680	4,000	-0,757	0,124	0,413	0,247
DENF1	1	5	4,316	4,000	-1,002	0,124	2,175	0,247

DENF2	1	5	4,256	4,000	-1,139	0,124	1,970	0,247
DENF3	1	5	4,016	4,000	-0,970	0,124	1,312	0,247
DENF4	1	5	4,168	4,000	-0,749	0,124	1,158	0,247
DENF5	1	5	3,607	4,000	-0,445	0,124	-0,730	0,247
DENF6	1	5	4,000	4,000	-0,695	0,124	0,552	0,247
DENF7	2	5	4,109	4,000	-0,612	0,124	0,671	0,247
DEF1	1	5	4,196	4,000	-1,337	0,124	1,964	0,247
DEF2	1	5	3,923	4,000	-0,921	0,124	0,230	0,247
DEF3	1	5	3,887	4,000	-0,750	0,124	0,057	0,247
DEF4	1	5	3,956	4,000	-0,970	0,124	0,731	0,247
DEF5	1	5	3,953	4,000	-0,977	0,124	0,854	0,247

## Apêndice IIX – Fiabilidade das medidas

Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro	
<b>PIC</b>				$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$
PIC1	0,716	0,513	0,284	
PIC2	0,902	0,814	0,098	<b>MVE</b> 0,589
PIC3	0,789	0,623	0,211	<b>CR</b> 0,906
PIC4	0,637	0,406	0,363	
<b>PIM</b>				$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \varepsilon}$
PIM1	0,849	0,721	0,151	
PIM2	0,896	0,803	0,104	<b>MVE</b> 0,666
PIM3	0,82	0,672	0,180	<b>CR</b> 0,933
PIM4	0,683	0,466	0,317	
<b>PIN</b>				
PIN1	0,726	0,527	0,274	
PIN3	0,778	0,605	0,222	<b>MVE</b> 0,536
PIN5	0,737	0,543	0,263	<b>CR</b> 0,888
PIN6	0,684	0,468	0,316	
<b>QRS</b>				
QRS1	0,675	0,456	0,325	
QRS3	0,782	0,612	0,218	<b>MVE</b> 0,657
QRS5	0,771	0,594	0,229	<b>CR</b> 0,944
QRS6	0,877	0,769	0,123	
QRS7	0,925	0,856	0,075	
<b>NEGT</b>				
NEGT1	0,82	0,672	0,180	
NEGT3	0,819	0,671	0,181	<b>MVE</b> 0,792
NEGT4	0,942	0,887	0,058	<b>CR</b> 0,965
NEGT5	0,968	0,937	0,032	
<b>NES</b>				
NES3	0,809	0,654	0,191	
NES4	0,716	0,513	0,284	<b>MVE</b> 0,692
NES5	0,872	0,760	0,128	<b>CR</b> 0,953
NES6	0,899	0,808	0,101	
NES7	0,851	0,724	0,149	
<b>DEF</b>				
DEF2	0,818	0,669	0,182	
DEF3	0,696	0,484	0,304	<b>MVE</b> 0,733
DEF4	0,946	0,895	0,054	<b>CR</b> 0,951
DEF5	0,94	0,884	0,060	
<b>DENF</b>				
DENF1	0,845	0,714	0,155	

DENF2	0,837	0,701	0,163	<b>MVE</b>	0,624
DENF3	0,642	0,412	0,358	<b>CR</b>	0,935
DENF4	0,873	0,762	0,127		
DENF7	0,73	0,533	0,270		